

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

João Gabriel Selles Pelegrini

**AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: a dinâmica do conceito durante os governos do
PT (2003-2013)**

Guarulhos,

2017

JOÃO GABRIEL SELLES PELEGRINI

**AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: a dinâmica do conceito durante os governos do
PT (2003-2012)**

Texto de dissertação apresentado à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre (Stricto Sensu)

Orientador: Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim

Guarulhos,

2017

Pelegriani, João Gabriel S.

As classes sociais no Brasil: a dinâmica do conceito durante os governos do PT (2003-2013) / João Gabriel Selles Pelegriani – Guarulhos, 2017

122 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia e Ciências Humanas, 2017

Orientador: Henrique José Domiciano Amorim

Título em inglês: Social classes in Brazil: the concept's dynamics throughout the Workers' Party (PT) governments

Classes sociais; 2. Classes sociais e governos do PT; 3. Teoria social; I. As classes sociais no Brasil: a dinâmica do conceito durante os governos do PT; II. Henrique Amorim.

JOÃO GABRIEL SELLES PELEGRINI

**AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL:
A DINÂMICA DO CONCEITO DURANTE OS GOVERNOS DO PT (2003-2013)**

Texto de dissertação apresentado à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra (Stricto Sensu)

Orientador: Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim

Banca:

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – Campus Guarulhos)

Prof. Dr. Davisson Charles Cangussu de Souza

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – Campus Guarulhus)

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus Marília)

AGRADECIMENTOS

Depender da memória e das palavras para descrever relações importantes, pessoas e afetos que fizeram/fazem parte de um percurso de nossa vida é muito arriscado. Sempre uma falta, sempre uma imprecisão, sempre uma redução simplista da imensidão de tudo que se viveu/vive. Por isso, admitindo a simplicidade do instrumento que temos, agradecerei de forma carinhosa, mas modesta.

Antes de agradecermos as pessoas, tratemos das instituições. Agradeço à agência de fomento CAPES que possibilitou o financiamento e o desenvolvimento desta pesquisa por 24 meses. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, aos professores e professoras que fazem parte deste programa e contribuíram para a formação desta pesquisa. Destaco aqui, especialmente, o secretário Rafael Ferreira, por ter sido sempre muito atencioso, prestativo e paciente com os meus ataques de desespero diante das burocracias.

Palavras de agradecimento são insuficientes quando se trata da minha mãe. Aliás, o próprio nome das pessoas que encarnam esse papel se tornam menor diante do que significa *mãe*. No caso da minha, que tem como segundo nome Eliana, gostaria de destacar aqui o importante papel que teve em minha formação, por ter sido a minha base emocional e material; sendo minha mãe e também meu pai por grande parte da minha vida, teve de fazer muitos sacrifícios pessoais, para que eu pudesse me dedicar a estudar e buscar meus sonhos.

Ao meu pai José, que participou por pouco tempo da minha trajetória, um agradecimento diferente, pois não será ouvido, mas lido e que, como todo gesto de amor pelos nossos mortos, se resume ao vazio do silêncio.

Os meus amigos e amigas, todos eles, nem toda gratidão seria suficiente. Basta o fato, para eu ser grato, de compartilharem essa vida por tantos anos e, sobretudo, durante os 30 meses que fizeram parte desta pesquisa. Todos sabemos que este é o período em que as amizades e a paciência com a ausência é testada. Cada um, a sua maneira, se fizeram pessoas peculiares e importantíssimas em tudo que eu faço e vivo: aos Pedros que se distinguem entre Pepo e Mouro; a Bianca, ao Andrei, a Thainã, ao Rodolfo (que trabalhou comigo a primeira versão do projeto de pesquisa que se transformou nesta dissertação), ao Marcus, ao Diego, ao Danny e a companheira de mestrado e de longa amizade Júlia.

Aos amigos do Grupo Classes Sociais e Trabalho (GPCT): Ana Clara Guedes, André, Breno Augusto Santos, Bruna Fávaro, Guilherme Henrique Guilherme, João Gabriel Tury, Maurício Reis, Sandro Oliveira e Vinícius Lena. Não seria possível chegar a forma atual deste

texto sem as leituras e correções, sempre muito generosas; sem as indicações de leitura; sem o olhar crítico e estimulante deste grupo. Obviamente, as cervejas, as mesas de bar e as trocas que estão para além da pesquisa transformaram muitos destes pesquisadores e pesquisadoras em amigos queridos. Nossos caminhos podem não se cruzar com tanta frequência, mas o afeto continua.

Um agradecimento especial à Lívia. Companheira querida que escolheu compartilhar as alegrias e perrengues da existência comigo. Sem você, os últimos anos e os meses desta pesquisa teriam sido mais vazios e, talvez, insuportáveis. Obrigado pela generosidade com as minhas ausências e por ter trabalhado comigo por esta dissertação.

Aos professores Davisson Cangussu de Souza e Leandro Galastri que contribuíram com esta pesquisa ao participarem da banca de qualificação e defesa desta dissertação. Os comentários, as leituras críticas e as indicações foram essências para que esta pesquisa ganhasse em qualidade após a banca de qualificação, muito obrigado!

Ao meu orientador o professor Henrique Amorim, um agradecimento duplo. O seu trabalho, desde a primeira leitura do meu projeto foi fundamental não apenas para o desenvolvimento da dissertação, mas para a minha formação pessoal. Acredito que eu termino esta etapa com uma formação teórica mais sólida, com algumas pistas do que eu quero daqui para frente e com um texto (acadêmico) melhor do que tinha antes de começar todo o percurso. Além disso, esta parceria me trouxe mais um amigo para a vida.

E por fim, mas não menos importante, um agradecimento em forma de ronronado a Cléo e a Dara, dois seres felinos que, ao lado do *ser profeta* Hernanes, sem ronronado para este, deram mais alegrias ao meu ano.

(...) o pensamento, afinal de contas, já por outros, ou o mesmo, foi dito, é como um grosso novelo de fio enrolado sobre si mesmo, frouxo nuns pontos, noutros apertados até à sufocação e ao estrangulamento, está aqui, dentro da cabeça, mas é impossível conhecer-lhe a extensão toda, seria preciso desenrolá-lo, estendê-lo, e finalmente medi-lo (...) alguém tem de (...) atar o pensamento à sua causa.

José Saramago, *O evangelho segundo Jesus Cristo*

RESUMO

Esse texto de dissertação tem como objeto da análise crítica o debate sobre as formulações do conceito de classes sociais no Brasil. Debate que se formou a partir da análise sobre elementos da conjuntura relacionados à formalização do emprego, ao crescimento de certos tipos de vaga no mercado de trabalho, ao aumento do valor do salário mínimo, à ampliação do acesso ao crédito para a população de baixa renda, ao crescimento da renda via previdência social ou às políticas de distribuição de renda (como o Programa Bolsa Família) e à ampliação do acesso ao ensino superior e o crescimento do PIB que formou-se durante os governos do PT de 2003 a 2013. Como forma de apresentar a dinâmica do conceito de classes sociais no Brasil durante esse período, faremos uma análise crítica, centralmente, das teses que escolheram, em lugar de caracterizar a classe trabalhadora em suas múltiplas determinações, situá-la conceitualmente dentro de uma esfera social particular. Para isso, partiremos da indicação de que Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012), autores que sintetizam este debate, delimitaram a caracterização conceitual da classe trabalhadora no período às esferas do econômico, do político-ideológico e da cultura, respectivamente.

Palavras-chave: classes sociais no Brasil; governos do PT e classes sociais; esferas sociais; classe trabalhadora no Brasil.

ABSTRACT

The present dissertation essay has as its critical analysis object the ongoing debate concerning the theoretical formulations about the Brazilian social classes concepts. This dispute has been formed through the analysis of the conjunctural elements regarding multiple factors, such as: the employment formalization, the growth of specific positions in the labour market, the rise in minimum wage, the broadening of the lower classes access to credit, the increase of the income mainly due social security or income distribution policies (like the governmental program Bolsa Família), the expansion of access in superior education courses and the enlargement of Brazilian PIB during the presidential terms of PT between 2003 and 2013. Our main approach, as concerning the dynamics of the social classes concepts in Brazil during the forementioned period, is to elaborate a critical analysis of the thesis that choose to situate the social classes inside a particular social sphere, in spite of characterizing them for their (and in their) multiple determinations. To achieve that, we depart from the designation that Pochmann (2012;2014), Singer (2012) and Souza (2012), authors who summarised the debate, restricted the conceptual characterization of the working class to the fields of economics, political-ideological and culture, respectively.

Keywords: Social Classes in Brazil; PT presidential terms and social classes; Social spheres; Brazilian working class.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I. AS CLASSES SOCIAIS E SEUS ASPECTOS ECONÔMICOS	24
1.1 As classes sociais no Brasil: a renda, o consumo e os tipos de trabalho	24
1.2 Pobreza e classes sociais	40
II. AS CLASSES SOCIAIS E SEUS ASPECTOS POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS	53
2.1 As classes sociais no Brasil: o sentido político-ideológico da estratificação por renda	54
2.2 Política e classes sociais	66
III. AS CLASSES SOCIAIS E SEUS ASPECTOS CULTURAIS	81
3.1 As classes sociais no Brasil: a determinação simbólica do conceito	82
3.2 A tese da “nova classe trabalhadora”	100
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

As classes sociais no Brasil: a conjuntura político social

As classes sociais entre os anos de 2003 e 2013, como forma de classificação e de compreensão do mundo emergiram com destaque, não apenas nas Ciências Sociais. Era comum identificar uma noção de classes sociais nas páginas dos jornais, em discursos políticos, nas publicações das Secretarias e Ministérios do governo federal, ou dos Institutos de Pesquisa como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e até mesmo na maneira como os grupos e indivíduos se pensavam e se identificavam. Dessa maneira, há alguma lógica na centralidade que o tema ganhou nesse período em diversos trabalhos acadêmicos da Sociologia, das Ciências Políticas e da Ciência Econômica. Ou seja, a sociedade brasileira foi compreendida a partir de análises pautadas pelo conceito de classes sociais, ou mais especificamente, por variadas formas de compreender e dividir a sociedade baseada no recorte classista.

Dessa forma, se pressupõe aqui que as mudanças político-econômicas e culturais dos governos do PT influenciaram a produção teórica das Ciências Sociais. Mudanças relacionadas à formalização do emprego, ao crescimento de certos tipos de vaga no mercado de trabalho, ao aumento do valor do salário mínimo, à ampliação do acesso ao crédito para a população de baixa renda, ao crescimento da renda via previdência social ou às políticas de distribuição de renda (como o Programa Bolsa Família), à ampliação do acesso ao ensino superior e o crescimento do PIB fomentaram a percepção de uma conjuntura social na qual existiria crescimento econômico e distribuição de renda. Ao mesmo tempo, e relacionado ao debate sobre o impacto dessas políticas na composição das classes sociais no Brasil, tangenciaram-se temas como a ascensão social, a diminuição da pobreza e da miséria no país, o crescimento do consumo entre certos estratos de renda, a participação política, a luta de classes e a precarização nas condições de trabalho.

Para além do debate teórico sobre as classes sociais no Brasil e no centro do imaginário sobre a classe trabalhadora e sua ascensão social, ou dos estratos de renda D e E e sua ascensão à classe de renda C, essas percepções encontrariam, em dados estatísticos, a correspondência empírica desse tipo de diagnóstico.

Podemos, para efeito de demonstração, indicar que o mercado de trabalho teria expandido a partir da análise de dados do “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED), que informa a criação líquida de empregos formais no país, observa-se que nos dez anos que vão de 2004 a 2013 foram gerados 13,4

milhões de empregos” (SABOIA, 2014, p. 116). Ou ainda indicar o aumento na formalização do trabalho que em 2013 chegou a 55% da População Economicamente Ativa (PEA), número que era de 44% em 2004 (SABOIA, 2014, p. 120).

Na publicação do IPEA (2014), *Mercado de trabalho conjuntura e análise*,¹ é possível identificar estatisticamente, pelo viés da ocupação profissional, como esse crescimento se deu para a classe trabalhadora. O setor de serviços, o comércio, a construção civil e a indústria extrativista e de transformação foram os setores em que as vagas de emprego mais cresceram. Ainda segundo dados apresentados nessa publicação, de 2003 a 2013 os rendimentos médios desses tipos de ocupação nas regiões metropolitanas apresentaram crescimento. Como exemplo deste crescimento médio da renda, destaca-se os trabalhadores do setor privado com carteira assinada que recebiam, em 2003, R\$ 1.541,30 e passaram a receber, em média, R\$ 1.791,80 em 2013. Os ganhos médios dos trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho assinado também expressaram aumento, posto que em 2003 recebiam R\$ 913,90 e em 2013 recebiam R\$ 1.421,00.

No mesmo caminho de relacionar o crescimento do emprego, do salário mínimo e da formalização do emprego com a melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, demonstrando-a pela apresentação de dados estatísticos, uma notícia do Portal Brasil², site oficial do governo federal, indica que “*desde 2003, o valor do mínimo teve crescimento real (já descontada a inflação) de 72,31%, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)*” e conclui que esses dados expressariam o crescimento econômico e o fortalecimento da classe trabalhadora, além de indicar a redução dos índices de pobreza.

O crédito, outro fator apontado como indicativo do crescimento do poder de compra das camadas de menores rendimentos e salários, seria, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)³ “*uma das razões que explicam o crescimento da economia brasileira no período recente (...) Em dezembro de 2002, a relação crédito/PIB era de 23,8%, passando a 55,8% em fevereiro de 2014*” (DIEESE, 2014, p. 2). Esse crescimento se deu, sobretudo, para operações de crédito destinadas a pessoas físicas, ou seja,

¹Extraído de: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_completo.pdf Acesso em: 20/10/2016.

²Extraído de: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/salario-minimo-teve-ganho-real-de-72-3-em-dez-anos-e-ajudou-a-reduzir-pobreza-no-pais> Acesso em: 19/05/2015.

³Extraído de: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf> Acesso em: 20/10/2015.

destinada ao consumo e complemento da renda das famílias; como verificamos na tabela abaixo (DIEESE, 2014, p. 11):

Tabela 1 – Saldo das operações de crédito da economia brasileira com recursos livres – Pessoa Física/ Brasil – Janeiro de 2008 e dezembro de 2013
(em milhões de reais de dez/2013)

Modalidade	jan/08	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	Varição Real Acumulada
Cartão de crédito total	57.853	78.355	100.911	119.462	127.802	134.098	144.589	149,9%
Crédito pessoal consignado total	96.911	109.275	135.647	162.735	178.621	200.043	221.842	128,9%
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	11.649	10.284	8.130	12.985	17.006	22.750	21.195	81,9%
Crédito pessoal não consignado	56.501	61.840	66.266	77.957	89.121	95.558	97.758	73,0%
Aquisição de veículos	114.910	108.721	119.020	167.542	199.156	204.636	192.793	67,8%
Cheque especial	19.608	21.155	19.961	19.414	19.721	19.369	20.217	3,1%
Desconto de cheques	1.760	1.919	1.840	1.713	1.676	1.772	1.562	-11,3%
Aquisição de outros bens	17.785	15.301	11.936	12.373	10.565	11.068	11.373	-36,1%
Arrendamento mercantil total	59.986	100.733	100.218	68.284	39.186	18.972	7.906	-86,8%
Outros créditos livres	12.766	17.022	18.843	20.356	21.518	25.281	25.905	102,9%
Total	449.728	524.604	582.771	662.822	704.372	733.544	745.139	65,7%

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários
Obs.: Deflator IPCA-IBGE

Dessa maneira, estes dados de órgãos como o DIEESE, o CAGED, o IPEA e as publicações oficiais do governo federal evidenciariam a base material deste diagnóstico que relaciona a ampliação de vagas no mercado de trabalho, o aumento dos salários e do acesso ao crédito às alterações na classe trabalhadora e consequentemente na composição das classes sociais no Brasil. Ao mesmo tempo, vislumbra-se nestas representações sobre os dados uma possível redução da desigualdade social, a mobilidade entre as classes sociais, a diminuição da pobreza e a centralidade, na cena política, destes estratos de renda.

O Programa Bolsa Família (PBF) seria, nesse sentido, outro instrumento econômico que comprovaria, por via estatística, esse diagnóstico mais amplo sobre as classes sociais no Brasil. Em outubro de 2003, data de sua criação⁴, o Programa Bolsa Família atendia a 3.600.000 famílias, em janeiro de 2016 esse número chegou a 13.969.391 (um total de 41.339.675 de pessoas) que recebiam o benefício médio de R\$161, 26⁵. Esses números indicariam quantas

⁴Extraído de: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/linhadotempo> Acesso em: 12/01/2016.

⁵Extraído de: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#> Acesso em: 09/01/2016.

pessoas teriam deixado a pobreza ou a miséria e ascendido socialmente, já que nas regras da Lei Federal número 10.836⁶, de 9 de janeiro de 2004, é estabelecido que os benefícios devem ser destinados a unidades familiares que estejam em situação de pobreza, ou seja, renda per capita de até R\$140,00 ou em extrema pobreza, com renda per capita de até R\$70,00.

Se olhássemos de uma perspectiva quantitativa, que podemos aqui inicialmente pressupor como econômica, faria sentido concluir que essa política de distribuição de renda, ao ativar no mercado de consumo mais de 40 milhões de brasileiras e brasileiros, os teria tirado da pobreza rumo aos estratos de renda mais elevados da sociedade brasileira. Ou, usando uma outra forma de classificação, mas ainda se mantendo no campo dos dados econômicos, poderíamos concluir que o salto da pobreza via crescimento da renda levou esses indivíduos e famílias a comporem as fileiras da classe trabalhadora ao lado dos trabalhadores que tiveram seus salários ampliados por novos empregos, crédito ou o aumento do salário mínimo.

Estes pareciam ser diagnósticos que emergiam destes dados. É importante notar que estes dados sustentavam não apenas a circulação de ideias na sociedade de uma maneira geral, ou fundamentavam a imagem pública que o governo buscava construir de si, mas, também, apareceu com evidência nas disputas que surgiam em torno dele nas Ciências Sociais

Mas esse debate não ficou restrito apenas a dimensão econômica da vida social.

Do ponto de vista político-eleitoral, se fosse um pressuposto da análise a quantidade de votos que um determinado partido ou político recebe em um pleito, não seria absurdo supor ou argumentar que as vitórias eleitorais do PT em 2006 e 2010 estivessem, em algum sentido, ligadas a esse conjunto de aspectos político-econômicos que indicamos até aqui.

A imprensa, de maneira geral, publicou uma série de artigos que relacionavam estes dados de renda, de emprego, de crescimento do consumo, de crédito e do Bolsa Família às vitórias eleitorais do PT, sobretudo, nos pleitos para presidente em 2006 e 2010. Nessa leitura, a massa da população impactada por essas políticas apareceria como a base eleitoral da reeleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2006 e da eleição de Dilma Rousseff quatro anos depois. Em 2006 análises desse tipo apareceram depois do expressivo resultado do candidato à reeleição em municípios de menor renda per capita, ou de vitórias nas regiões Norte e Nordeste⁷. Em 2010, esse debate ocorreu durante todo o processo eleitoral, criando a percepção

⁶ Extraído de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm Acesso em: 12/01/2016.

⁷ Dados com a distribuição dos mais de 46 milhões de votos que o PT recebeu no segundo turno de 2016 e sua distribuição pelas regiões do país podem ser consultados na página do Superior Tribunal Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/votacao-por-zona-eleitoral-2006> Acessado em: 19/10/2016.

de que os candidatos estariam disputando os votos, sobretudo, entre estes estratos de renda ou dessa “nova classe social”⁸. Dessa forma, a relação entre classes sociais e voto, mesmo tendo o conceito de classes sociais um viés profundamente reducionista, pareceu predominar no imaginário social, chegando, em vários sentidos, à disputa teórica que movimentou o conceito de classes sociais no Brasil.

Do ponto de vista cultural, se assim pudéssemos recortar a realidade, é possível indicar de maneira introdutória, que o consumo de certos bens, o acesso à educação e à universidade e o recebimento de uma renda melhor levariam a percepções que atestavam a melhora nas condições de vida dessa classe da sociedade brasileira impactada por essas políticas. No documento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), *A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014*, podemos encontrar alguns aspectos que apareciam como parte deste debate.

Entre as políticas que teriam ampliado o acesso à educação superior do governo federal, destaca-se o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES) que se destinava aos alunos inseridos em famílias de baixa renda que recebiam uma bolsa para o custeio de sua vaga em instituições privadas de educação superior.

De acordo com os dados oficiais do governo, em 2014, o Prouni ultrapassou as 300 mil bolsas, o maior número de bolsas anuais concedidas desde o ano em que foi criado, 2005. Já o FIES, “(...) também cresceu em número de financiamentos contratados, que alcançaram, em 2014, mais de 660 mil estudantes. Essas medidas representam um salto histórico em direção à superação da baixa taxa de jovens que alcançam os níveis mais altos de educação no país” (MEC, 2014, p. 12).

A partir de 2009, outras mudanças foram adotadas para ingresso no Ensino Superior em Instituições Federais. O Exame Nacional do Ensino Médio passou a ser o mecanismo de seleção para o ingresso nessas instituições, além da adoção de políticas afirmativas. A Lei nº 12.711/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.824/2012, criou como critério para a seleção a reserva de “(...) parte das vagas das universidades federais para grupos considerados

⁸Durante a disputa eleitoral pelo Executivo federal, em 2016, matérias e artigos em jornais indicavam que os votos “dessa nova classe social” estariam no centro da disputa política. Como exemplo desta relação, citamos aqui o seguinte artigo: “Voto da classe média deve decidir eleição, dizem analistas. Ascensão social leva classe C a ser maioria em pleito. Pré-candidatos já disputam votos do segmento e paternidade das mudanças.” Extraído de: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/05/voto-da-classe-media-deve-decidir-eleicao-dizem-analistas.html> Acessado em: 19/10/2016.

vulneráveis socialmente a discriminações. No caso brasileiro (...) foram os estudantes oriundos de escolas públicas, com reserva específica para pretos, pardos e indígenas” (MEC, 2014, p. 49).

Outro aspecto da ampliação das vagas do Ensino Superior, que indicaria a redução das desigualdades de acesso à universidade por uma parcela da classe trabalhadora, seria a política do governo federal em aumentar a oferta de vagas em regiões onde, historicamente, o número de vagas no Ensino Superior era menor. Nesse sentido, como resultado desta mudança, foi nas regiões norte e nordeste onde as matrículas em universidades mais cresceram, respectivamente 76% e 94% maiores em 2013 se comparadas aos números de 2003 (MEC, 2014, p. 21)⁹.

Autores como Antunes (2009; 2015), Arenari & Torres (2012), Berg (2012), Bianchi (2017), Boito Jr. (2005; 2007; 2011; 2013a; 2013b), Druck (2011), Galastri (2014; 2015), Hirata (2014), Lamounier & Souza (2010), Maciel (2012), Madsen (2013), Mariano (2009), Medeiros (2012), Neri (2011), Oliveira (2007; 2010), Olivério (2012), Paulani (2010); Pochmann (2012; 2014), Quadros & Maia (2010), Quadros, Gimenez & Antunes (2013), Rego (2013), Sá & Barbosa (2012), Sallum Jr (2005), Simionatto (2009), Singer (2012; 2016), Souza (2006; 2012) e Visser (2012) inseriram-se, em alguma medida, no debate sobre as classes sociais no Brasil compreendido no período entre 2003 e 2013.

Embora evidencie-se, da análise das construções analíticas destes autores e autoras, as diferentes perspectivas teóricas, os diferentes pontos de partida, as divergentes teses produzidas para o período e de como significam os aspectos apresentados até aqui, é possível identificar que as mudanças relacionadas à formalização do emprego, ao crescimento de certos tipos de vaga no mercado de trabalho, ao aumento do valor do salário mínimo, à ampliação do acesso ao crédito para a população de baixa renda, ao crescimento da renda via previdência social ou às políticas de distribuição de renda (como o Programa Bolsa Família), à ampliação do acesso ao ensino superior e, por fim, o crescimento do PIB influenciaram o debate teórico sobre a composição da classe trabalhadora no Brasil.

Ao fazerem isso, estes autores e autoras buscaram formular respostas aos temas que estavam para além das questões formuladas no campo das Ciências Sociais, mas, como

⁹Outro dado que indicaria a ampliação do acesso à educação, e não apenas a educação superior, seria o orçamento total do MEC que em 2003 apresentava o valor corrente de 19,8 bilhões e em 2013 chegou aos 101,9 bilhões. Segundo informações do site: “Valores correntes são os valores das metas fiscais, ano a ano, estabelecidas com base no cenário macroeconômico, ou seja, os valores são estabelecidos de acordo com as perspectivas da economia, crescimento de rol de contribuintes, elevação de alíquotas, índices de inflação, etc.” (MEC, 2014, p. 28).

indicamos até aqui, mobilizavam intensamente o debate político e da sociedade brasileira no período.

Com o objetivo de apresentar, de maneira introdutória, como as questões sociais da conjuntura de 2003 a 2013 influenciaram as Ciências Sociais brasileiras forçando-as a redefinir, repensar ou reconstruir teoricamente o conceito de classes sociais neste período, partimos da hipótese, a ser comprovada nesta dissertação, que o debate sobre as classes sociais em vez de caracterizar conceitualmente a classe trabalhadora brasileira com base em suas múltiplas dimensões, optou por situá-la conceitualmente dentro de um esfera social particular. Ou seja, nossa leitura do debate sobre as classes sociais, em especial da classe trabalhadora, no período de 2003-2013 parte da indicação de que Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012), autores que sintetizam este debate, limitaram a caracterização conceitual da classe trabalhadora no período às esferas do econômico, do político-ideológico e da cultura, respectivamente.

Ao se utilizarem de tal procedimento metodológico acabaram aprisionando o conceito de classes sociais a um universo limitado de possibilidades analíticas. Assim, mesmo valendo-se de um arsenal teórico e empírico vasto, estes autores se tornaram reféns de uma compreensão “espacial” da sociedade capitalista, restringindo seu objeto de análise, as classes sociais, a uma ou outra esfera social como se tais esferas, do econômico, do político-ideológico e da cultura existissem realmente. A pressuposição de esferas sociais, assim, nos parece, limita a análise da classe trabalhadora. Com isso, nossa dissertação tem exatamente o objetivo de apontar tais fronteiras deste debate, isto é, demonstrar como o conceito de classe trabalhadora é compreendido por Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012) e quais são os limites de suas respectivas análises.

As classes sociais na perspectiva econômica, político-ideológico e cultural: as três faces do mesmo debate

Até aqui, a apresentação de dados de órgãos ligados ao Estado, análises da imprensa e da sociedade sobre aspectos econômicos, políticos-ideológicos e culturais que eram associados a uma noção de classes sociais, mesmo que reduzida, teve a função de localizar o recorte histórico em que emergem as teses que são objeto desta dissertação. Isso porque, pressupomos que a análise das classes sociais em seu processo histórico deve ser, do ponto de vista analítico, articulada a uma certa conjuntura. Ao mesmo tempo, como movimento lógico, a formulação da análise deve estar articulada com os dados que aparecem como mais evidentes, ou como empiria do conceito.

Isto quer dizer que escolher abordar as classes sociais no Brasil a partir das análises que são objeto desta dissertação, ou seja, de uma certa perspectiva metodológica que compreende que as classes sociais estariam circunscritas a esferas sociais, tais como: a econômica, a política-ideológica e a cultural, não é afirmar que o exame das classes sociais deve se delimitar por um ou outro aspecto destas dimensões sociais.

É nesse sentido, inicialmente, que à luz da conjuntura brasileira do decênio de 2003 a 2013 e a partir da leitura crítica das teses de Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012), nos questionamos: qual é o conceito de classes sociais utilizado pelos autores? Em que medida procuram atualizar, analiticamente, este conceito? E, ao se inserirem no debate a partir do recorte econômico, político-ideológico e cultural, quais seriam os limites dessas atualizações?

Ao mesmo tempo, pressupõe-se aqui, como hipótese, que os autores centrais a essa dissertação dividem o conhecimento em esferas ou instâncias sociais e, ao fazerem isso, enfatizam mais uma dimensão em detrimento da outra. Com isso, o conceito de classes sociais delimitar-se-ia em Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012) a partir da ênfase em aspectos econômicos, políticos-ideológicos e culturais, respectivamente.

Mas isso não significa que, para nós, uma destas dimensões analíticas deva ser preterida em favor de outra, ou que estamos questionando a escolha do ponto de partida de cada autor. No entanto, pretende-se inquirir sobre os supostos limites analíticos de circunscrever a análise das classes sociais e das relações que constituem às classes sociais nas conjunturas históricas, a apenas uma dimensão da sociedade e ao pressuposto de que o conceito se limitaria à esferas sociais particulares.

Ao formular a crítica nesses termos, não se pretende propor, como resultado da análise das teses, o conceito de classes sociais que seria o mais *correto*, nem uma análise de classes sociais em lugar da apresentada por esses autores, mas, o que pretendemos, é indicar os possíveis limites e o consequente aprisionamento das classe sociais e seu movimento histórico, sobretudo da classe trabalhadora.

Para dar mais evidência a este ponto de nossa leitura crítica que se desenvolverá nos capítulos desta dissertação, é necessário evidenciar de qual perspectiva analítica partem estes questionamentos e, ao mesmo tempo, esclarecer o que se está afirmando aqui quando indicamos que haveria um *aprisionamento do conceito nas dimensões econômica, política-ideológica e cultural* em lugar de tomarem a dinâmica das classes sociais em seu movimento histórico, em suas múltiplas determinações.

Dessa maneira, com o objetivo de estabelecer de onde partimos, retornamos a Karl Marx (2007). Quando o autor afirma que “*A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes (...) em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição*” (MARX, 2007, p. 40) Marx pressupõe que a contradição entre duas classes que se constituem nessa oposição produz e é produzida por relações sociais, relações históricas que dão movimento ao real ao mesmo tempo em que impulsionam a análise a atualizações históricas e conceituais.

Neste sentido do conceito de classes sociais, podemos demonstrar essa leitura no próprio Marx (2011) quando em *Os Grundrisse* (2011) o autor afirmou que as: “*(...) classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam*” (MARX, 2011, p. 54). Isso significa que a sua teoria social, embora pressuponha um modo de produção que se constitui da contradição entre as classes sociais, não parte de uma análise que prescreve categorias prontas para a interpretação das relações sociais.

Essa forma de compreender o conceito em Marx, pode ser melhor exemplificada a partir da leitura de Daniel Bensaïd. Segundo o autor:

Enquanto a sociologia positiva pretende ‘tratar os fatos sociais como coisas’, Marx os trata sempre como relações. Ele não define o seu objeto, de uma vez por todas, por critérios ou por atributos. Ele segue a lógica de suas múltiplas determinações. Não ‘define’ uma classe. Apreende as relações de conflitos entre classes. Não fotografa um único facto social, etiquetado como classe. Ele visa a relação de classe na sua dinâmica conflitual. Uma classe isolada não é um objeto teórico, mas um contrassenso (BENSAÏD, 2013, p. 151).

Assim, não faria sentido pensar as classes sociais como um conceito econômico, político-ideológico ou cultural, isto é, não se apresentaria uma análise das classes sociais em seu movimento histórico apenas descrevendo uma ou outra dimensão se ela: primeiramente, se constitui na compreensão das formas que se expressam conjuntamente a oposição entre as classes sociais; em segundo lugar, se, para a lógica expositiva pode-se partir do exame de um dos aspectos que as constituem, dever-se-ia, ao mesmo tempo, buscar a compreensão dos *elementos que a constituem*.

Ao afirmarmos isso, mediante esse pressuposto teórico, é possível que surja o seguinte questionamento: se consideramos que as classes sociais é um conceito do real e, o econômico, o político-ideológico e o cultural são aspectos desse real; não faria sentido considerar que as análises que enfatizam um aspecto em detrimento do outro estariam produzindo um conceito válido nos mesmos termos metodológicos?

A resposta a este questionamento é afirmativa, *desde que* se considere que o aspecto enfatizado na construção analítica seja uma síntese, no pensamento, de múltiplas articulações do real. Além disso, essa escolha metodológica não se dá por uma questão estilística, mas por pressupormos que o todo social se constitui no conflito e nas relações sociais, logo, faz sentido a análise questionar-se e apresentar esse múltiplo através do pensamento, o que Marx chamou de “concreto mental”:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 54).

Ou seja, se referir a dimensão econômica, política-ideológica e cultural e articulá-las às *múltiplas determinações* que constituem as classes sociais é analisá-las na medida em que estes aspectos possam *representar* uma síntese, ou, nos termos de Marx, do concreto mental que no: “(...) *curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo*” (MARX, 2011, p. 56).

No entanto, se essas dimensões aparecerem como determinação única, ou como o recorte conceitual correspondente à uma suposta “esfera social” isolada pela subjetividade do pesquisador, esse método significa, para nós, circunscrever o conceito ao pensamento, como forma que se eleva do real se destacando dele, ou que se sobrepõe ao real que pretende conhecer¹⁰. Mesmo a demonstração empírica, neste caso, significaria a correspondência entre a empiria e o conceito produzido pela subjetividade do pesquisador ou pesquisadora.

Mediante esta exposição, nos parece, surgir uma outra questão metodológica importante: esse método de análise das classes sociais, que lemos em Marx, não seria, também, uma representação do real na qual, ao invés de um aspecto, se somam as partes da realidade?

No pensamento, ou melhor seria dizer, na lógica do pensamento, o pesquisador pode partir de qualquer um dos pontos, mas a *concreção*, nos termos de Marx, não é um imperativo subjetivo da ciência, mas a forma de *representar* os processos sociais que ocorrem para além dos indivíduos que estão buscando compreendê-los. Ou seja, seria um engano pensar que os

¹⁰ Segundo a leitura de Bensaïd, Marx concebe as relações sociais: “(...) como relações conflituais. Em vez de fotografar em repouso, penetra no seu movimento íntimo. Em vez de procurar um critério de classificação dos indivíduos, revela as linhas de polarização das grandes massas cujo os contornos e fronteiras permanecem imprecisos. Em vez de partir à procura de um princípio de classificação, percorre um caminho infinito de determinações que visam a totalidade, sem a alcançar. Em vez de separar o sujeito do objeto, parte dos seus enlacs e das suas desordens amorosas. As classes não existem como realidades separáveis, mas apenas na dialética da sua luta” (BENSAÏD, 2013, p. 160-161).

métodos se equivaleriam e que teriam como única diferença a escolha de destacar, para a análise, um aspecto ou uma soma deles. A diferença está na concepção da análise, na forma de executá-la e, sobretudo, na construção das categorias analíticas, posto que:

(...) as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e tem sua plena validade só para essas relações e no interior delas (MARX, 2011, p. 58).

Assim, localizando-se nesta perspectiva, as classes sociais não seriam, apenas, determinadas economicamente, ou politicamente, ou ideologicamente, ou culturalmente, ou apenas por um procedimento abstrato, mas como uma síntese histórica dos múltiplos elementos que as compõem.

Ao pressupor à análise crítica a hipótese de que Pochmann (2012; 2014), Singer (2012; 2016) e Souza (2012) dividem o conhecimento em instâncias e dão ênfase a uma delas em detrimento de outras estamos, ao mesmo tempo, nos inserindo no debate a partir de uma certa corrente metodológica. Ou seja, a crítica, neste caso, deve indicar os limites do conceito circunscrito pelo pressuposto das esferas sociais como balizas teóricas das classes sociais.

Exemplos mais taxativos desta divisão que serão apresentados de maneira mais profunda ao longo da dissertação, podem ser encontrados quando Neri (2011) formula a tese de que no Brasil formou-se, já em 2009, uma “nova classe média”, fundamentando sua análise em dados do crescimento da renda e do consumo, o autor estaria localizando seu conceito de classes sociais em uma esfera específica, a econômica. Da mesma forma, embora de uma perspectiva teórica diversa, Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013) colocam-se nessa perspectiva do debate ao criarem uma análise da estrutura social brasileira partindo de um conceito de classe social produzido a partir da relação entre renda e tipos de ocupação profissional. Ainda nessa perspectiva econômica, encontramos em Pochmann (2012; 2014) a tese da ampliação da classe trabalhadora no Brasil, fundamentada em um conceito centrado na renda, nos tipos de trabalho, no padrão de consumo de massas e na estrutura social do modo de produção capitalista como forma de negar as perspectivas econômicas que só centram na estratificação de renda para a análise do período.

Em uma perspectiva do debate que nomeamos como política, Singer (2012; 2016) interpreta o crescimento da renda e do emprego e a diminuição da pobreza como o impulso para um movimento duplo de deslocamento de uma fração de classe, o subproletariado. Este movimento seria, ao mesmo tempo, de integração econômica desta fração à classe trabalhadora e de deslocamento político, pois o subproletariado, a partir de 2006, teria deixado o

conservadorismo eleitoral rumo a identidade ideológica e política com o “reformismo fraco” do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ao trazer ao debate estas teses, Singer apresenta a inserção política que deu dinâmica ao conceito de classes sociais no Brasil e que será, no desenvolvimento desta dissertação, a base da análise crítica deste recorte.

Por fim, encontramos em Souza (2006; 2012) a perspectiva da dimensão cultural. Neste recorte, o que é central para a análise de classes sociais é a aquisição e reprodução de aspectos simbólicos e sua desigual distribuição na sociedade, ou seja, as desigualdades entre as classes sociais no Brasil não estariam ligadas apenas à distribuição e acesso a bens materiais. Dessa forma, Souza (2006; 2012) defenderá a tese que uma “nova classe trabalhadora” se formou no Brasil a partir da incorporação do “novo espírito do capitalismo”.

Tomando essas três linhas do debate, ou estes três cortes analíticos, desenvolveremos a análise crítica dessas teses com o objetivo de responder as questões indicadas acima e de nossa hipótese. Para isso, desenvolveremos nos capítulos da dissertação o que apresentamos nessa introdução da seguinte forma:

No primeiro capítulo, *As classes sociais e seus aspectos econômicos*, exporemos de maneira crítica as teses que delimitam o conceito a partir da esfera econômica. Esta exposição está organizada em duas partes do capítulo. Na primeira, *As classes sociais no Brasil: renda, consumo e tipos de trabalho*, buscaremos discutir, iniciando pela leitura crítica das teses econômicas de Neri, Pochmann e Quadros, o que é possível avançar na compreensão do conceito de classes sociais, a partir de uma análise de classe que tem como núcleo central aspectos econômicos e que é produzida da forma como os autores estratificam a sociedade brasileira. Na segunda parte, *Pobreza e classes sociais*, discutiremos o tema que tangencia o debate e recebe tratamento analítico semelhante à perspectiva econômica, buscando questionar em que medida a noção de pobreza pode ser incorporado pelo debate das classes sociais sob esta perspectiva econômica; em que medida a incorporação desse debate faria avançar o conceito de classes sociais; ou ainda, quais os limites deste recorte?

No segundo capítulo, *As classes sociais e seu aspecto político-ideológico*, a partir da exposição crítica da tese de Singer, a da incorporação política do subproletariado à classe trabalhadora, desenvolveremos a apresentação do debate a partir da inserção que destaca o aspecto político-ideológico como a determinação central do conceito de classe sociais. Para isso, o capítulo está organizado referenciado na seguinte questão inicial: da perspectiva política do debate, há aspectos evidenciados nesta inserção do conceito que apresentam às classes sócias de maneira não dicotômica? E, em que medida, a análise que enfatiza a política como aspecto

determinante da definição conceitual atualizaria o conceito de classes sociais? Na primeira parte do capítulo, *As classes sociais no Brasil: o sentido político-ideológico da estratificação por renda*, partiremos da leitura crítica dos argumentos que compõem a análise de classe social feita por Singer e apresentaremos as questões que emergem e dão dinâmica ao conceito. Na segunda parte do capítulo, *Política e classes sociais*, traremos ao debate as críticas, do ponto de vista do debate conceitual, que aparecem como consequência da tese de Singer. Além disso, evidenciaremos ao longo do capítulo as conexões possíveis entre os recortes analíticos que fundamentam as teses de Pochmann e Singer.

Por fim, no capítulo três, *As classes sociais e seus aspectos culturais*, desenvolvemos a análise e exposição crítica sobre a tese da “nova classe trabalhadora”, de Jesse Souza. Para isso, na primeira parte do capítulo, *As classes sociais no Brasil: a determinação simbólica do conceito*, a exposição dos argumentos da crítica de Souza aos “liberais” e a Pochmann e os recursos teóricos e metodológicos utilizados pelo autor como fundamento para apreendermos em que medida os aspectos simbólicos, como crítica à dicotomia “economicista”, poderiam, ao mesmo tempo, fundamentar a tese de uma nova classe social, ou seja, em que medida é possível identificar algo novo nas relações de classes sociais no Brasil? E, ao mesmo tempo, retomar pontos das teses de Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012) no sentido de compreender em que medida a “dicotomia simbólica” poderia suplantar os limites das dicotomias econômica e política? Na segunda parte do capítulo, *A tese da “nova classe trabalhadora”*, será desenvolvida a ideia de uma “nova” classe social no Brasil a partir de aspectos apontados ao longo do debate, tais como: a precarização do trabalho, a incorporação de novas modalidades de trabalho e os trabalhadores flexíveis.

I. AS CLASSES SOCIAIS E SEUS ASPECTOS ECONÔMICOS

Dentre os aspectos debatidos entre os anos de 2003 a 2013, mediante algumas das políticas dos governos do PT, há na dimensão do trabalho, da renda e do consumo a construção de teses sobre a conjuntura brasileira e conseqüentemente a formulação de um conceito de classes sociais. Ao mesmo tempo, a questão que parece acompanhar essa dinâmica do conceito na teoria é a possível conexão entre o que emerge na aparência como novo, em dados quantitativos, por exemplo, e a qualidade teórica deste, ou seja, se o que se expressa como novo, quando recortado de suas conexões com outros aspectos da realidade, efetivar-se-ia como novidade quando analisado com base em suas relações com outras dimensões analíticas.

Neste capítulo, temos como objetivo, a partir da análise crítica de como a renda, o consumo e aspectos do mercado de trabalho fundamentaram o conceito de classes sociais de autores como Neri (2012), Pochmann (2012; 2014), Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013), compreender em que medida seria possível atualizar o conceito de classes sociais, isto é, quais seriam os limites de circunscrever o conceito de classes sociais a uma pressuposta esfera social do econômico?

Em um segundo movimento, discutiremos a pobreza no sentido de apreendê-la como um tema que tangencia esta disputa teórica e recebe, em nossa leitura, tratamento analítico semelhante a perspectiva econômica, buscando questionar em que medida a noção de pobreza pode ser incorporada pelo debate das classes sociais. Ou ainda, em que medida a incorporação destas fariam atualizar o conceito de classes sociais.

Por fim, como as noções de pobreza, de renda, de consumo e de mercado de trabalho se conectariam aos temas que serão desenvolvidos em capítulos subsequentes, isto é, seria possível, pressuposta a conexão entre as inserções do conceito de classe social: econômica, político-ideológico e cultural, demonstrá-las a partir da análise crítica das teses de Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012)?

1.1. As classes sociais no Brasil: a renda, o consumo e o mercado de trabalho

As classes sociais referenciadas pelo critério da renda, do consumo e de aspectos do mercado de trabalho aparecem nas construções teóricas das Ciências Sociais dando ao conceito entradas analíticas diferentes e produzindo teses sobre o Brasil nos anos relativos aos últimos governos federais do PT.

Um dos autores que se insere na corrente que estamos nomeando de econômica é Marcelo Neri (2011). Para o autor, a renda e o consumo são critérios centrais para a construção do conceito de classe de renda que dá sustentação à sua análise da sociedade brasileira no período que tem início em 2003 e vai até 2011.

Para nós, o que se torna central é evidenciar como Neri (2011), ao produzir um conceito delimitado por esses dois critérios, contribuiria teoricamente para à análise de classes sociais. Ou seja, o que é possível apreender da realidade a partir de seu conceito? E, de que maneira pressupor estes critérios à análise conceitual atualiza a teoria das classes sociais?

Nesse sentido, partiremos aqui, junto com Neri (2011, p.78), da noção de renda e consumo como elementos econômicos para sua divisão da sociedade em classes econômicas. Para o autor, uma quantidade de renda per capita dá a um indivíduo pertencente a um grupo familiar um dado potencial de consumo. Mas, para a sua forma de analisar o período é necessário também considerar:

(...) aspectos simbólicos da classe média para além do consumo, incorporando elementos ligados à esfera de geração de renda das famílias, tais como a carteira de trabalho do marido e da mulher; a entrada do filho na universidade ou na era da informática. Alinhamos o aspecto de status social com a demanda privada por bens que eram monopólio do Estado, como previdência, escola, saúde e crédito imobiliário (...) (NERI, 2011, p. 79 - 80).

Isso porque, para Neri (2011), é central considerar a renda dos indivíduos e o consumo das famílias por recortes distintos. Esse recurso teórico é utilizado pelo autor para que os indivíduos possam ser pensados como pertencentes a uma classe econômica ao mesmo tempo em que os diferencia por aspectos do potencial de consumo familiar. Ou seja, embora estratifique os indivíduos por meio do recorte da renda *per capita*, o autor os analisa como integrantes de uma classe econômica enquanto portadores de uma parcela da renda familiar. Sendo assim, poderiam ser diferenciados socialmente como consumidores.

Esses critérios são utilizados, em detrimento da renda familiar para pensar consumidores e portadores de renda, por exemplo, pois o autor entende que a renda *per capita* permite evitar equívocos analíticos que não diferenciariam famílias que tem um mesmo total de renda, mas são diferentes em números de membros. Por isso Neri (2011) afirma:

(...) o conceito mais adequado para auferir o nível de pobreza seria a renda domiciliar per capita dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores. De modo similar, quando queremos quantificar a extensão da chamada classe média, para, por exemplo, avaliar o poder de compra de bens familiares, tais como a casa própria, o conceito adequado é a renda total auferida por todos os membros do domicílio (NERI, 2011, p. 148).

Entendemos que a centralidade da família na formação do conceito de classe dado por

Neri (2011) seria, fundamentalmente, para potencializar os aspectos que utiliza para dar “forma social” aos indivíduos pensados a partir de sua estratificação social por renda, sobretudo, o consumo, posto que o potencial de consumo de uma família é maior do que apenas o de um indivíduo portador, em sua metodologia de divisão da sociedade, de uma fração de renda.

Além disso, em nossa leitura, parece ser uma tentativa de Neri (2011) superar o limite de sua própria análise, que seria o de pressupor a renda dos indivíduos e seu potencial de consumo para dividir a sociedade brasileira em classes econômicas e, ao final da análise, retornar a uma divisão que indica certas quantidades de indivíduos que possuem uma mesma faixa de renda e consomem certos tipos de bens e com isso apresentar uma pretensa novidade ao debate sobre as classes sociais no Brasil na primeira década do século XXI: o surgimento da “nova classe média”.

Outra tentativa de superar o limite de seu critério, ou seja, buscar nos indivíduos a forma mínima que levará, por uma soma deles, a uma classe econômica, está nos aspectos que Neri (2011) nomeia como simbólicos, tais como: o trabalho com carteira assinada, acesso à universidade, à informática, a plano de saúde, à escola privada e ao crédito que definiriam os indivíduos que os compartilha como pertencentes, em suas palavras, a “nova classe média”. Disso, parece interessante questionar: é a sociedade brasileira que está dividida em classes econômicas? Ou seria a análise que, ao pressupor esses critérios, dividiria a sociedade brasileira em classes econômicas?

Para indicar possíveis caminhos para essas questões, acompanhemos o desenvolvimento da análise produzida por Neri (2011) e da aplicação de seu conceito de classe, ou seja, quais aspectos o autor destaca da sociedade brasileira para demonstrá-lo e desenvolver sua tese da “nova classe média”.

Utilizando dados do IBGE e da Pnad, Neri (2011, p. 82) afirma que a sociedade brasileira está dividida em classes econômicas da seguinte maneira: a Classe E está compreendida entre 0 e R\$ 751,00 de renda domiciliar total (por mês), a Classe D entre R\$ 751,00 e R\$1.200,00, a Classe C entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00 e a Classe AB é a que possui como renda domiciliar total valores acima de R\$ 5.174,00.

Das conclusões que Neri (2011) deriva dessa divisão fundada na renda e no potencial de consumo, duas parecem importantes para o debate sobre o conceito de classes sociais no Brasil. A primeira é a tese da ascensão social, em que o autor sustenta por meio do crescimento da renda, a formação dessa nova classe advinda da saída de indivíduos que antes viviam na pobreza e ascenderam, nos anos dos governos do PT, para a “classe média”. Afirmção que se

sustentaria, novamente, em análises de dados sobre a renda que indicariam que a pobreza teria diminuído no Brasil no período que se inicia em 2003 e vai até o ano de 2011, acumulando 54,18% de redução.

A segunda, como desdobramento da primeira, é a tese de que essa “(...) *classe C aufere, em média, a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média no sentido estatístico*” (NERI, 2011, p. 83), e dessa maneira, a novidade para a análise sobre as classes sociais no Brasil passaria pelo fato de que a população brasileira seria majoritariamente deste estrato médio e, portanto, teríamos nos tornado um país de classe média, pois: “*Traduzindo em números absolutos, atingimos a marca de 100,5 milhões de brasileiros que têm renda entre R\$ 1.200,00 até R\$ 5.174,00 mensais, sendo essa classe dominante, no sentido populacional*” (NERI, 2011, p. 90).

A primeira tese do autor, ou seja, a da redução da pobreza, é sustentada a partir do cálculo da *função de bem-estar social simples*, e fundamentada em aspectos econômicos dos indivíduos, como o crescimento da *renda per capita domiciliar* e o decréscimo no índice de Gini¹¹. Logo, a desigualdade teria diminuído e o bem-estar social teria aumentado (NERI, 2011, p. 110).

A segunda tese, ou seja, a peculiaridade analítica do autor, é de que a classe C é uma classe média no sentido estatístico e por isso seria a maior classe da sociedade brasileira. Dessa maneira, deve ser objeto de análise. Neri (2011), para sustentar esta tese, não utiliza apenas o critério dos recortes de renda, mas também pela apresentação de aspectos sociais simbólicos, como já dissemos, que indicariam que os indivíduos somados formariam essa classe econômica numericamente dominante na sociedade brasileira e com a possibilidade de sustentar-se na estrutura social em projeções do futuro feitas pelo autor.

Nesse sentido, o dado central para Neri é a renda do trabalho¹², pois “(...) *foi a principal*

¹¹ Segundo o site do IPEA a definição do índice de Gini é a seguinte: “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos”. Extraído de: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23 Acessado em: 02/11/2016.

¹² Há também a apresentação de dados sobre os ativos de consumo que são utilizados por Neri para diferenciar as classes econômicas. Não iremos explorar esses dados, pois entendemos que eles não serão centrais para o debate de classes que desenvolveremos aqui. Embora deva-se considerar que, para ele, o acesso à rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao consumo de bens duráveis (máquina de lavar roupa, geladeira e televisão) e as condições de moradia (se o imóvel é alugado, financiado ou próprio; número de banheiros do imóvel) são aspectos analíticos para delimitar as classes econômicas (NERI, 2011, p. 139 – 142).

fonte de variação da renda domiciliar per capita o que conferia à mudança sustentabilidade maior do que se fosse apenas propulsionada por transferências governamentais” (NERI, 2011, p. 123).

Além da renda do trabalho, demonstrada por dados de crescimento dos empregos com carteira assinada e do número de funcionários públicos contratados, é possível, para Neri (2011) afirmar que a classe C manterá seu ritmo de expansão, já que há um pequeno crescimento da contribuição, dos chefes de família, com a previdência pública e privada, evolução no consumo de ativos digitais (computadores e celulares) e o aumento do número de anos de escolarização (NERI, 2011, p. 129- 133).

Não apenas o indivíduo com emprego formal aparece com ênfase no autor, os trabalhadores por “conta própria” também aparecem como protagonistas sociais da classe C (NERI, 2011, p. 168). Com o critério da renda do trabalho como fio condutor e elemento unitário da “nova classe média”, o autor indica que esta classe cresceu, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste, já que: “(...) *em termos relativos à população, a criação de empregos formais foi mais intensa nas regiões Norte e Nordeste no período de boom da nova classe média de 2003 a 2010*” (NERI, 2011, p. 187 – 188).

Além da nova classe média ter na carteira de trabalho o símbolo de sua ascensão, o Norte e o Nordeste como suas regiões, há ainda seu aspecto, nas palavras do autor, “moreno”, posto que o crescimento da renda e do emprego se deu em maior número entre os indivíduos que se declaram como negros ou pardos (NERI, 2011, p. 229).

Em síntese, para Neri (2011), o conceito de classe social é produzido por meio da análise de dados empíricos organizados a partir de critérios de divisão, distribuição e fonte de renda dos indivíduos, além do padrão e potencial de consumo das famílias para indicar a ascensão social desse estrato de renda.

A partir disso, podemos dizer que, para o autor, a primeira década e meia do século XXI é caracterizada pelo crescimento do emprego (sobretudo no setor de serviços), pelo acesso ao crédito e pelo aumento do consumo de certos bens duráveis que indicariam a mudança na estrutura social brasileira. O que estaria no centro dessa mudança, como já dissemos, seria a diminuição da pobreza e a ascensão de uma “nova classe média”, que nos termos de Neri (2011) é assalariada, expandiu-se mais no Norte e Nordeste e complementa seu consumo por meio do acesso ao crédito. Dessa maneira, o autor conclui que o Brasil seria, em 2009, um país de “classe

média”.

Com o intuito de compreender as questões que colocamos inicialmente, deduzimos do que foi apresentado até aqui que, para Neri (2011), os critérios utilizados na descrição de sua “nova classe média” são pressupostos selecionados no intuito de descrever os dados destacados pelo autor como aspectos de uma nova classe social, em suas palavras, “*da estrutura da sociedade brasileira*”. Ao fazer isso, o autor, insere-se em um debate caro às Ciências Sociais, qual seja, analisar aspectos das relações sociais a partir de um conceito de classes sociais ou estratos sociais.

Nesse sentido, e exposto os fundamentos centrais da análise de Neri (2011) e as consequências dela, nos questionamos no sentido de compreender a contribuição do autor para o debate sobre as classes sociais no Brasil tomando como referência algumas questões: como se fundamenta o argumento de Neri (2011) para determinar que esse recorte de renda, esses tipos de trabalho e esse padrão de consumo se referem às relações de classes sociais no Brasil, sobretudo, de uma suposta classe média? Ou seja, se o autor pressupõe esse recorte e deduz que os dados empíricos destacados demonstrariam sua tese, não seria necessário, ao autor, demonstrar a forma social dessa classe social? Ou ainda, se considerarmos o recorte da renda e consumo analisados a partir de outras dimensões das relações sociais tais como: os tipos de trabalho, as relações políticas e as relações simbólicas, seria possível sustentar a tese da “nova classe média” de Neri (2011)?

Assim, tomando o que é pressuposto por Neri (2011) como fundamento da análise, ou seja, a renda, percebemos, como já indicamos, que ela é seu ponto de partida e o ponto de chegada analítico, posto que sua estratificação social toma de início as diferentes faixas de renda e, ao se dispor da análise da sociedade brasileira na primeira década do século XXI, temos, ao final, o retorno ao pressuposto da renda individual, ou a soma de indivíduos com o mesmo recorte de renda. Dessa maneira, nos parece aleatório o nome que se pretende dar a essas quantidades de indivíduos, já que elas dizem respeito mais a subjetividade de quem a produz do que a aspectos objetivos do debate sobre as classes sociais no Brasil, sobretudo quando o objeto são trabalhadores e trabalhadoras que vivem da renda e dos tipos de trabalho indicados por Neri (2011).

Ainda nesse sentido, nos questionamos se a renda não seria uma relação econômica para Neri (2011) e, se pensarmos em suas tentativas de dar forma social a ela, tais como a família e os tipos de trabalho, poderíamos inferir que o autor encontra nesses aspectos sociais um ser maior do que apenas o indivíduo que porta a renda, embora não avance analiticamente para o

campo da teoria social, ou seja, para análise das relações sociais que produzem essa renda e os tipos de trabalho.

Dessa maneira, “a nova classe média”, sendo uma classe da sociedade brasileira, estaria atravessada pela dimensão cultural, política, econômica e histórica das relações sociais desses indivíduos? Mas, ao estudarmos a tese de Neri (2011) da “nova classe média” não encontramos essas respostas, pois o que temos dela é uma classificação da sociedade brasileira a partir de diferentes recortes de renda e de certos comportamentos de consumo dos indivíduos. E, se ainda nos mantivéssemos no campo teórico de Neri (2011), poderíamos, assim como o autor, pressupor uma certa divisão de renda e a partir deste dado e os de consumo determinar diferentes estratos de renda sem, ao menos, indicar uma relação social que fundamentasse essa divisão da sociedade e, portanto, deixar ao largo da análise a complexidade das relações de classes sociais que a renda poderia sintetizar.

Se continuássemos nas teses de Neri (2011), mas nos questionássemos pelas relações sociais que fundamentariam essa divisão social poderíamos, a partir do recorte da renda e do consumo, nos questionarmos sobre os tipos de trabalho dessa “nova classe média”, ou seja, que tipos de relações de trabalho marcam essas diferentes rendas? Ou ainda, quais seriam as relações de circulação de mercadorias que destinam a determinadas faixas de renda certos bens para o consumo? Ou ainda, quais seriam as formas de unidade política e cultural dessa “nova classe média”?

Destas questões deriva-se outra: já que Neri (2011) classifica este conjunto de indivíduos como a “nova classe média”, estaria fundamentando sua tese nas correntes da estratificação social que remetem à tradição do pensamento social de Max Weber?

Wright Mills (1979), ao analisar a expansão das relações de assalariamento para além da produção industrial nos Estados Unidos, após a Segunda-Guerra, produziu a tese do domínio numérico da “classe média” na estrutura social daquela sociedade. Estaria Neri (2011), nesse sentido, se filiando a esse campo analítico e conseqüentemente o atualizando?

O caminho para responder a essa questão pode ser encontrado em Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013), teóricos que partem, para a construção de seu conceito de classe social, de uma análise da estrutura das sociedades capitalistas modernas considerando, assim como Wright Mills (1979), a existência de uma grande massa de trabalhadores assalariados de classe média.

Para unir esse pressuposto teórico a uma análise de classe, Quadros & Maia (2010) darão centralidade aos tipos de ocupação, já que:

Segundo Mills (1979), as ocupações passaram a cumprir papel essencial na formação da estrutura das sociedades capitalistas modernas (...) A ideia central é a de que a ocupação, além de definir, em grande medida, a probabilidade de geração de renda dos indivíduos, passou também a associar-se com o prestígio social e a influência política proporcionada pela posição ocupacional: o prestígio das relações sociais, seja pela simples maneira de se vestir aos relacionamentos com as autoridades; e o poder de exercer sua vontade e autoridade, seja diretamente sobre os subordinados de uma empresa, ou indiretamente sobre seu círculo social (QUADROS & MAIA, 2010, p. 445).

Para fazer uma análise nesse sentido, Quadros & Maia (2010) a fundamentarão empiricamente a partir de dados de pesquisas domiciliares do IBGE. E ao fazerem isso, os autores chegarão a conclusões diferentes das produzidas por Neri (2011).

O distanciamento também é percebido na construção do conceito, pois, embora Quadros & Maia (2010) considerem a renda, entendem que não é possível definir a posição dos indivíduos na hierarquia de uma sociedade apenas por ela, ou seja, não seria possível analisar a sociedade apenas com base em recortes de renda (QUADROS & MAIA, 2010, p. 445). Desta maneira, embora de uma perspectiva teórica diferente, endosse nossa crítica a Neri (2011) no sentido de compreender que a renda, apenas por si, é um limitador analítico.

Com o objetivo de superarem esse limite analítico, os autores relacionam a renda aos tipos de ocupação como elementos centrais de seu conceito de classe social para análise da estrutura social brasileira. Assim, Quadros & Maia (2010) propõem, para a análise das classes econômicas do Brasil, uma estrutura-sócio ocupacional que tem como fundamento o pressuposto de “(...) *que grupos sociais relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (grupos ocupacionais) e em faixas de rendimentos individuais (estratos sociais)*” (QUADROS & MAIA, 2010, p. 446).

Ao pressupor esses critérios para a análise, Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013) afirmam que, mesmo verificando o crescimento dos estratos de renda média da sociedade, não seria possível afirmar que o Brasil tornou-se uma sociedade de classe média, pois os tipos de ocupação que estão nessa faixa de renda: professores do ensino público fundamental, auxiliares de escritório, atendentes de enfermagem e outros trabalhadores e empregadas domésticas (que são dois terços da baixa classe média construída por critérios estatísticos) revelam os limites desta metodologia (QUADROS, GIMENEZ & ANTUNES, 2013, p. 40).

Isso significa que o crescimento da renda do trabalho, do emprego, do acesso ao crédito e a bens de consumo duráveis e a distribuição de renda via transferências governamentais não

tornaram o Brasil um país de classe média, pois o que ocorreu foi o crescimento de empregos na base da pirâmide social com forte impacto sobre a população de baixa renda¹³.

Consequentemente, parece uma relação forçada alinhar as teses de Neri (2011) à tradição teórica weberiana. Ao mesmo tempo, quando comparamos os dados que fundamentam a análise do autor, sobretudo os relacionados aos mesmos recortes de renda, fica ainda mais difícil sustentar a validade de sua “nova classe média” e seu domínio populacional no país após 2008. A novidade de Neri (2011), possivelmente, é dele e para ele e não das classes sociais no Brasil¹⁴.

Essa diferença na conceituação de classe média ocorre, pois, a classe média (colarinhos brancos) para Quadros & Maia (2010), em sua dimensão ocupacional, pode ser dividida em duas partes. A classe C ou os Colarinhos-brancos autônomos: ocupações típicas de classe média, nas quais predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços, exercidas de forma independente pelo ocupado (vendedores e demonstradores, supervisores, representantes comerciais, entre outros); e a classe D ou os Colarinhos-brancos assalariados: Ocupações típicas de classe média, nas quais predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços, exercidas de forma assalariada pelo ocupado (auxiliares administrativos, recepcionistas, professores, entre outros). Pelos estratos de renda, a soma total dos colarinhos brancos seria dividida da seguinte maneira: 10,6% (acima de R\$2.965); 16,8% (entre R\$1.482 e R\$2.965); 37% (entre R\$593 e R\$1.482); e 27,8% (entre R\$296 e R\$593) (QUADROS & MAIA, 2010, p. 453 – 455).

A classe média de Quadros & Maia (2010), em sua renda e ocupações típicas estaria concentrada em São Paulo, enquanto a “nova classe média” de Neri (2011) estaria concentrada na região nordeste. Sobre essa região, os autores afirmam:

O Nordeste é a segunda mais populosa região do território brasileiro e aquela com a estrutura ocupacional mais precária, com perfil tipicamente agrícola e não

¹³ Sobre o período, Quadros afirma que: “Ao longo do governo Lula, viu-se progressiva reativação do mercado de trabalho formal, das oportunidades de negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado, reforçada pela expansão do crédito ao consumo e pela política de aumento real do salário mínimo, que também se refletiu nos benefícios previdenciários e assistenciais vinculados. A forte geração de empregos na base do mercado de trabalho e nos segmentos intermediários inferiores, com sensível e contínua melhora em seus rendimentos, foi marcante neste novo momento, com grande impacto sobre a população de baixa renda. (...)” (QUADROS, GIMENEZ & ANTUNES, 2013, p. 33).

¹⁴ Esse ponto da análise crítica que se está desenvolvendo aqui será aprofundado com as proposições de Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012). Ou seja, a ideia de que os anos de governos do PT, as alterações no mercado de trabalho, o crescimento da renda, do PIB, do acesso ao crédito, o momento histórico do capitalismo e a ampliação da distribuição de renda no Brasil como fatores explicativos para fundamentarem a tese de uma nova classe social, seja ela média, ou trabalhadora.

remunerado. A participação de colarinhos-brancos nessa região é, por exemplo, 6 pontos percentuais inferior à do total de seus ocupados no país. Por outro lado, mais da metade dos trabalhadores não remunerados agrícolas do país concentra-se nessa região, assim como 43% da massa trabalhadora agrícola. Associado aos baixos padrões ocupacionais, o Nordeste apresenta as menores participações dos ocupados nos três estratos sociais superiores, e 18 milhões de seus 23 milhões de ocupados classificam--se nos estratos inferior e ínfimo (QUADROS & MAIA, 2010, p. 459).

Em nossa leitura, contrapondo Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013) a Neri (2011), a diferente caracterização do que é a classe média para cada um pode ser explicada pelos critérios ideal-típicos adotados para pressupor a análise dos estratos sociais. Mas, ao mesmo tempo em que se diferenciam, nos parece, se assemelham ao utilizar o indivíduo como o critério central de seu método de análise das classes sociais no Brasil e por delimitarem o conceito a um pressuposto recorte social.

Mas, como temos apresentado desde o início, nossa questão crítica lançada ao debate econômico sobre as classes sociais no Brasil é buscar nas teses dos autores o que elas expressariam das relações sociais a partir da forma que conceituam classe no sentido de indicar em que medida os autores, com suas teses, se aprofundam analiticamente, para além de seu pressuposto e, dessa maneira, atualizariam o conceito de classes sociais ao buscarem compreender a conjuntura brasileira.

Nessa forma de ler o debate, entendemos que circunscrever a análise a aspectos econômicos sem evidenciar as relações sociais que informam essa disposição na estrutura de classe das situações de classe dos indivíduos, coloca ao debate uma falta, posto que nos questionamos por que certos tipos de trabalho são de uma classe e não de outra. Ou, em que sentido pressupor que certos tipos de trabalho estão identificados com uma dada situação de classe, sem indicar como os tipos de trabalho se diferenciam nas relações sociais, atualizaria o debate sobre as classes sociais no Brasil.

Entendemos que o conceito de classe de Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013) tem por objetivo a descrição criteriosa da distribuição dos trabalhadores nas diferentes ocupações no período, a partir da relação entre renda e ocupações profissionais e nesse sentido não encontramos nos autores respostas para essas questões. Quando encontram nas qualificações profissionais o recurso teórico para se diferenciarem de Neri (2011) e escaparem ao limite aleatório da renda como único recurso teórico para estratificar a sociedade, colocam-se no limite analítico de descrever esse conjunto de indivíduos que ocupam essas posições no mercado de trabalho, sem, no entanto, desenvolverem a análise das relações sociais que produzem essas diferenciações sociais, isto é, sem explicarem as causas históricas deste conjunto de clivagens sociais classistas.

Embora aproximem-se de Neri (2011) ao pressuporem aspectos individuais para produzirem o conceito de classe social e considerarem o real a partir de um recorte teórico que articula renda e ocupação profissional, poderíamos afirmar que os primeiros, em detrimento do segundo, ao escolherem seus pressupostos evidenciam, ao menos, aspectos da realidade que não apenas medem certas quantidades do mundo social, ou seja, não apenas descrevem certos aspectos das relações sociais, mas buscam explicá-los.

Quadros (2010;2013) Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013) fundamentam em elementos da estrutura do mercado de trabalho brasileiro o reduzido tamanho de sua “classe média” e não pressupõem o reluzente tamanho de uma “nova classe média”, como faz Neri (2011), em uma medida de renda tirada mais de uma representação mental do que da estrutura social. Se em Neri (2011) o conceito é medido e demonstrado por ele mesmo, em Quadros (2010;2013) Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013) o conceito serve para recortar uma parte do real que corresponderiam, na perspectiva teórica dos autores, aos aspectos analíticos selecionados, nesse caso e em nossa leitura, da distribuição dos trabalhadores assalariados nas diferentes ocupações no período que vai de 2003 até 2011.

Ao mesmo tempo em que apreendemos isso dos autores, entendemos que o limite de suas teses é o de não desenvolver a análise dos aspectos que os dados apresentam, ou seja, apontam que o assalariamento e certos tipos de trabalho marcam a distribuição das diferentes ocupações sem apontar as relações de trabalho no Brasil, as diferentes formas de diferenciação social que estão para além da renda e dos tipos de ocupação profissional.

Em outra corrente teórica, embora se mantenha na perspectiva do debate que pressupõe a esfera social econômica como delimitação do conceito de classe social, Márcio Pochmann (2012; 2014), apresenta uma análise com elementos das relações sociais que estão para além dos indivíduos. Ou seja, embora tenhamos incluído o autor na inserção do debate que pressupõe a “esfera econômica” como baliza do conceito de classe social, entendemos que Pochmann (2012; 2014) se diferencia dos autores apresentados até aqui, pois a sua noção de econômico expressa uma articulação de aspectos não apenas descritivos, mas, também, analíticos e históricos.

Dessa maneira, o autor acrescenta novos dados econômicos ao debate sobre classes sociais no Brasil que apresentamos até aqui, transcendendo o momento da descrição dos recortes de renda e das ocupações profissionais e, com isso, ampliando a capacidade analítica do conceito de classes sociais. Paralelamente, como demonstraremos, sua tese pode oferecer material para a análise das teses que defendem o surgimento de uma nova classe social no

Brasil, como em Neri (2011), por exemplo.

Além disso, iniciar a exposição da pressuposta conexão entre as inserções do conceito de classe social: econômica, político-ideológico e cultural, as demonstrando, respectivamente, a partir da análise crítica das teses de Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012).

Para Pochmann, os diferentes estratos de renda são resultado de um processo de mudança na composição das classes sociais no Brasil, mas não na estrutura social. Isso indicaria um novo padrão de mobilidade social no país e não uma nova estrutura de classes sociais. Para compreendermos analiticamente esta relação entre mobilidade social e estrutura social, nos termos de Pochmann (2012; 2014), deveríamos considerar a inflexão na direção política do desenvolvimento capitalista no país. Mobilidade social que teria como agente as políticas públicas do governo e do “novo sindicalismo”, e como centro social o consequente fortalecimento dos estratos de renda de até 1,5 salários mínimos por meio da criação de empregos para esta faixa de rendimento. Sobre isso, o autor afirma: “*O estrato social reconhecido pela literatura especializada como de trabalhadores pobres (working poor) foi um dos principais beneficiados pelo movimento político de inversão de prioridades (distribuir para crescer) ocorrido no Brasil na primeira década do século XXI*” (POCHMANN, 2014, p. 49).

Ao considerar esses aspectos para analisar a composição da classe trabalhadora no Brasil, há entre Pochmann (2012;2014), Neri (2011), Quadros & Maia (2010) e Quadros, Gimenez & Antunes (2013) aproximações quanto ao diagnóstico conjuntural mais amplo, ou seja, essa última década é caracterizada pelas mudanças na composição das classes sociais, sobretudo, nas que vivem de baixa renda.

Mas há diferenças teóricas e analíticas importantes. Para Pochmann (2012; 2014), a compreensão e a divisão da estrutura social e a consequente tese da mobilidade social que teria ocorrido durante os governos do PT evidenciam a centralidade analítica de certos tipos de trabalho¹⁵, sobretudo, os que estão na base da pirâmide social brasileira, ou seja, os de remuneração de até 1,5 salário mínimo.

Nesse sentido, a importância de Pochmann (2012; 2014), pode ser apreendida na relação que o autor busca estabelecer entre a estrutura social, seus padrões de mobilidade e intervenção

¹⁵ Quando Pochmann centra a construção de seu conceito de classe trabalhadora no *trabalho* ele incorpora uma discussão sobre trabalho e classes sociais presente na teoria social, sobretudo, na linha que sucedeu Karl Marx. Em sua obra, Pochmann fará uma distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e localizará o trabalho para as famílias como improdutivo “(...) o universo dos trabalhadores considerados improdutivos faz parte do segmento da força de trabalho sobrando das atividades organizadas pelos setores econômicos privados e público” (POCHMANN, 2012, p. 48). O debate sobre o lugar desses trabalhadores e da classe operária será aprofundado no desenvolvimento dessa dissertação.

política e o desenvolvimento do capitalismo. Podemos verificar esse elemento em dois argumentos da crítica de Pochmann (2012; 2014) a Neri (2011), sobretudo na redução da estratificação da sociedade brasileira que este faz ao delimitá-la com base nos dados da renda e do consumo e, conseqüentemente, a negação da tese da “nova classe média”.

O primeiro argumento, encontramos na análise que Pochmann (2014) faz das mudanças no padrão de consumo de massas. Conforme indica o autor, as transformações na produção e circulação de mercadorias levariam a uma ampliação do consumo de baixa renda. Após a década de 1950, ocorreu um processo de mudanças no capitalismo que objetivou produzir novas formas de extração e efetivação do valor por meio da reestruturação produtiva e por isso:

(...) a estratégia das corporações transnacionais manufatureiras foi a de interligar os avanços da Terceira Revolução Tecnológica com as oportunidades geradas pelo deslocamento de suas filiais para regiões de menos custos de produção. Ou seja, a parte do mundo em transição para o capitalismo, cuja exploração da força de trabalho se mostrou mais avançada diante da ausência de regulação social e trabalhista (POCHMANN, 2014, p. 81).

Dessa maneira, um novo padrão de consumo de massas se desenvolveu, pois “(...) a produção de bens e serviços de baixo custo permitiu ampliar o consumo de segmentos de menor renda sem que houvesse a prévia e necessária elevação do nível de rendimento dos pobres do mundo” (POCHMANN, 2014, p. 78).

É importante destacar que, embora o autor, ao discutir a composição das classes sociais no Brasil, entre no debate oriundo da análise de dados estatísticos da conjuntura do período de 2003 – 2011 que indicariam o crescimento do consumo e da renda, não se restringiu a descrever os itens e o número de indivíduos que portavam a renda necessária a esse padrão de consumo para, a partir daí, deduzir uma classe econômica da sociedade.

Em nossa leitura, Pochmann (2014), ao tratar o consumo como parte dos processos de produção e circulação social, dá a ele explicações que se manifestam nas relações sociais de consumo posto que o coloca em relação com o desenvolvimento do capitalismo e, ao fazê-lo, dá ao seu conceito de classe trabalhadora a possibilidade de analisar os processos históricos para além de uma única causa social, ou analítica. Além disso, não pressupõe que o padrão de consumo, nele mesmo, tenha o efeito de alterar uma dada estrutura social ou expressar a alteração na composição das classes sociais.

O segundo argumento de Pochmann (2012; 2014), que nos indica o caráter mais amplo de seu conceito de classes sociais, se comparado ao conceito de Neri (2011), refere-se aos tipos de trabalho que tiveram maior crescimento no número de vagas no período entre os anos de 2000 a 2011. Ao analisar os dados de ocupação, sobretudo das vagas que cresceram no período,

o autor indica que o trabalho prestado às famílias apresentou grande crescimento e deriva disso a conclusão que esse dado remete ao passado escravista e de baixa remuneração, já que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e também de sua estrutura social, se deu à base de trabalho com “salários extremamente contidos”, já que desde o fim da escravidão há mais trabalho do que é necessário às necessidades de médio e longo prazo da atividade econômica (POCHMANN, 2012, p. 23).

Essa característica histórica da formação da estrutura social brasileira levaria, segundo o autor, à persistência no país de variadas modalidades de exercício de trabalho não capitalista, ao contrário do que foi registrado nas economias desenvolvidas. Isso levaria, ainda segundo Pochmann, a duas consequências: uma relacionada ao valor dos salários pagos aos trabalhadores e outra, expressaria a possibilidade de um trabalho de baixa remuneração permitir o consumo de produtos e serviços com menor preço por trabalhadores assalariados que foram incluídos na expansão industrial e no consumo fordista de 1930 – 1980 (POCHMANN, 2014, p. 57 – 58).

Esses aspectos econômicos destacados por Pochmann (2012; 2014), para se contrapor ao conceito de “nova classe média” de Neri (2011), reforça nossa crítica à imobilidade analítica desse conceito do autor e, ao mesmo tempo, à impossibilidade de sustentar o surgimento de uma nova classe social apenas por recortes de renda e padrões de consumo, já que, se fizemos aqui um movimento lógico com base nas teses de Pochmann (2012; 2014), poderíamos pensar que há na formação da classe trabalhadora brasileira, aspectos que diferenciam os trabalhadores assalariados que historicamente estiveram ligados diretamente à produção industrial de uma camada da classe trabalhadora que se diferencia como uma fração de assalariados ou não assalariados que têm seu trabalho remunerado de maneira “contida” para garantir o baixo custo do consumo de bens e do consumo de trabalho no país. E que, durante a primeira década do século XXI, por meio de uma inversão de prioridade político-econômica do governo, foi ativada via mercado de trabalho. Eis, apenas desse movimento de exame das teses de Pochmann (2012; 2014), porque as análises que se pautam apenas pelos tipos de ocupação, pela renda e pelo padrão de consumo não nos permitem ver as relações sociais que informam esses aspectos econômicos da vida social.

Assim, embora a renda, o padrão de consumo e os tipos de trabalho façam parte da análise de classe, em Pochmann (2012; 2014), estes aspectos não estão circunscritos apenas à certa combinação de indivíduos que comporia um estrato social ao partilhar dessa mesma condição no mercado. Há em Pochmann (2012; 2014) o passo analítico para além da descrição

das características da classe que pretende definir, já que o autor busca compreender aspectos das relações de trabalho, de circulação de mercadorias, do desenvolvimento da produção capitalista e de características da nossa formação histórica, articulados com as mudanças na direção política do Estado. Ao fazer isso, Pochmann (2012; 2014) torna possível descrever a estrutura de uma dada sociedade em um dado espaço de tempo em sua relação com o desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, inserir-se em temas centrais à teoria social que debate as classes sociais e os estratos sociais, centralmente, no Brasil.

Outro ponto da tese de Pochmann que corrobora com nossa crítica é que na primeira década e meia desse século, a centralidade do debate sobre as classes sociais no Brasil está na descrição e análise da expansão da classe trabalhadora que teria sido fortalecida “(...) *Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda (...)*” (POCHMANN, 2012, p. 10).

Em sua descrição, dos 14,4 milhões dos postos de trabalho criados até 2011, 72,4 são ocupações de até 1,5 salário mínimo; destas, 6,1 milhões são trabalhos no setor de serviços, 2,1 milhões no comércio, 2 milhões na construção civil, 1,6 milhões escriturários, 1,3 milhões na indústria têxtil e de vestuário e 1,3 milhão no atendimento ao público. Nessa faixa de remuneração, 10,6 milhões tem entre 25 e 44 anos. Do número total dos postos de trabalho criados, 77,2% dos empregados nessa faixa de remuneração são não brancos, 85% estudaram até o Ensino Médio e 60% foram ocupados por mulheres¹⁶. Outro dado relevante para o debate, 50% destes postos de trabalho foram criados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (POCHMANN, 2012, p. 32 – 38)¹⁷.

Em síntese, essa classe trabalhadora ampliada por sua incorporação ao mercado de trabalho, via emprego, é caracterizada por trabalhos prestados às famílias de maior renda, trabalho no setor primário (agricultura, na pecuária e no extrativismo mineral e vegetal), as ocupações autônomas, os trabalhadores da construção civil, tipos de relação de trabalho caracterizadas pela terceirização¹⁸, baixa remuneração e baixo índice de sindicalização (POCHMANN, 2012).

¹⁶ Há na teoria social um conjunto de autoras que debate classe social e gênero. A complexidade desse relacionamento teórico pode ser exemplificada em algumas teóricas como Hirata (1994; 2014), Madsen (2013) e Saffioti (2004); no debate que relaciona pobreza e gênero podemos indicar autoras como Mariano (2009) e Leão (2013).

¹⁷ Essa descrição é fundada em análises de dados das Pnad e IBGE.

¹⁸ Segundo o autor, o trabalho terceirizado corresponde a uma parcela maior das ocupações geradas no Brasil. As baixas remunerações destinadas às ocupações terceirizadas, fazem com que os trabalhadores terceirizados estejam

Pelo diagnóstico e pela descrição que faz, é possível afirmar que se trata da mesma classe descrita por Neri (2011), no sentido de corresponderem a uma camada social de baixo rendimento e com as características relacionadas ao tipo de trabalho. Embora descrevam um objeto semelhante, há diferenças teóricas, como já indicamos, e nas conclusões analíticas da aplicação do conceito.

Ao se posicionar dessa maneira no debate, Pochmann (2012; 2014), apresenta o conceito de classes sociais, embora pressuponha a determinação da “esfera do econômico”, como descrição de fatores estruturais que estariam para além do indivíduo, seja ele membro da classe social, ou o indivíduo que busca compreender analiticamente o conceito. Ou seja, o autor não pensa o mercado de trabalho apenas como um agregado de indivíduos ou como resultado de uma construção da *representação* do pesquisador. Para o autor, a análise de classes sociais deve expor e descrever os fatores que estruturam o mercado de trabalho.

Com isso, em Pochmann (2012; 2014), a classe trabalhadora aparece como um recorte estrutural, posto que lhe falta a apresentação do conteúdo desta estrutura nas conjunturas históricas, isto é, de como às relações entre as classes sociais constituíram essa estrutura e o recorte conjuntural dela que o mercado de trabalho expressaria.

Se as classes sociais e o conflito que as constitui e movimenta na história não aparece na apresentação do autor, ela aparece no argumento que Pochmann (2012; 2014) constrói para marcar seu desacordo com a ideia de que haveria uma “nova classe média no Brasil”. Contrariamente, o que há, para o autor é:

(...) uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica de mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil (POCHMANN, 2012, p. 9).

Isso significa que, segundo Pochmann (2012), a dinâmica do conceito de classes sociais, ou suas diferentes formas de produzir o conceito e a partir daí produzir diagnósticos sociais, estaria diretamente ligada à disputas políticas, ou a lutas políticas. Ou seja, dar a classe trabalhadora o nome de classe média, ou escolher dar centralidade a recortes de renda e potencial de consumo, significariam, segundo o autor, tirar do período o protagonismo político

concentrados na base da pirâmide social. A expansão da terceirização, embora seja acentuada no setor de serviços, está também em todos os ramos do setor produtivo. A fonte de dados que Pochmann usa é: o MTE, Rais e Sindeepres (POCHMANN, 2012, p. 110).

da classe trabalhadora.

Entendemos que, em alguma medida, é possível que este seja o aspecto novo que Pochmann (2012; 2014) propõe aos autores que debatem classes sociais a partir do recorte econômico e, simultaneamente, uma das conexões possíveis entre as teses do autor, as de Singer (2012) e as de Souza (2012). Embora estas sejam questões que aprofundaremos no debate dos próximos capítulos¹⁹, podemos indicar aqui, inicialmente, que as disputas políticas informariam as teses de Neri (2001), Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012), tanto metodologicamente quanto analiticamente.

Nesse momento, no entanto, deslocaremos a análise crítica das teses que se situam no campo econômico para o debate sobre pobreza, já que a ideia de ascensão e mobilidade social, relacionando-a ao crescimento da renda, está presente em Neri (2011), posto que a sua “nova classe média” seria o “lado brilhante” dos pobres.

Em Pochmann (2012; 2014), a pobreza, ou a ascensão dos pobres à classe trabalhadora também orienta sua análise. Sobre isso, o autor afirma: “(...) *observa-se que a participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8%, e o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho reduziu-se em 10,7%. (...)*” esses aspectos somados ao crescimento das ocupações de salário de base faria com que uma parcela considerável da força de trabalho deixasse a pobreza (POCHMANN, 2012, p. 16; 20).

Assim, compreendemos que as disputas teóricas em torno da delimitação da pobreza é um desdobramento do debate econômico que apresentamos criticamente até aqui. Dessa forma, analisaremos as relações possíveis entre eles.

1.2. Pobreza e classes sociais

Se, como vimos na primeira parte desse capítulo, a delimitação de classe a partir de

¹⁹ Outra tese do autor, sobre a estrutura social brasileira, que aprofundaremos ao longo desta dissertação é: “(...) a recente expansão das vagas de salário de base tem permitido absorver enormes parcelas dos trabalhadores na base da pirâmide social, o que favorece a redução sensível da taxa de pobreza em todo o país. Ainda que isso se mostre insuficiente para alterar o segmento intermediário da atual estratificação social, conclui-se que está em curso uma crescente polarização entre os dois extremos com forte crescimento relativo: os trabalhadores, na base da pirâmide social e os detentores de renda derivada da propriedade” (POCHMANN, 2012, p. 22 – grifo nosso). Uma possibilidade de compreensão dessa tese está nas palavras do autor: “Durante a primeira década de 2000, entretanto, a parcela de ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho. Em compensação, as demais faixas de remuneração reduziram a sua posição relativa” (Ibid., p. 20).

renda e do consumo, feita por Neri (2011), pode reduzir as possibilidades analíticas de aspectos importantes das relações sociais no Brasil, nos questionamos sobre a utilidade analítica, para a análise das classes sociais, da incorporação da noção de pobreza que tangencia o debate desses autores e, em alguma medida, relaciona-se a divisões da sociedade a partir de estratificações de renda.

Autores como Braga (2006), Da Silva (2016), Furtado (2011), Hermeto, Jayme & Martini (2014) e Hoffmann & Kageyma (2006) constroem seus conceitos e análise da pobreza de maneira multidimensional, ou seja, além de pensarem em termos de renda, selecionam aspectos da realidade que julgam influenciar ou não na diferenciação da sociedade em pobres e não pobres. Ao fazerem isso, discutem, mesmo que de maneira indireta, questões centrais ao debate sobre classes sociais que temos apresentado até aqui.

Quando Neri (2011) e Pochmann (2012; 2014) indicam que há, nas análises de classes ou estratos sociais no Brasil o aspecto da pobreza ou de uma camada de classe que está abaixo, nas relações de classe, da classe trabalhadora²⁰, em alguma medida os autores estão indicando que, haveria uma relevância para pensar as classes sociais brasileiras a parcela da população que seria, talvez, pobre. Nesse sentido, seria a noção de pobreza uma incorporação necessária ao debate de classes destes autores no sentido de ampliar a compreensão de aspectos da classe trabalhadora no Brasil?

Para a construção dessa análise, é necessário, primeiro, entendermos como se define pobreza no debate sobre o tema.

Hoffmann & Kageyma (2006), utilizando dados da PNAD, classificam os pobres em três grupos:

(...) essencialmente insuficiência de renda (pobre tipo I), apenas falta de acesso a pelo menos dois de três equipamentos básicos (água canalizada, banheiro e luz elétrica) (pobre tipo II), ou baixa renda combinada com a ausência dos três equipamentos básicos (extremamente pobre). Esses grupos foram descritos em comparação com a categoria dos não pobres (HOFFMANN & KAGEYMA, 2006, p. 79).

Utilizando esses critérios para delimitar esses três grupos de pobreza, o autor e a autora dão ênfase não apenas à renda, mas também ao acesso a serviços públicos, ligados, sobretudo,

²⁰ Como analisaremos nos capítulos dois e três, esse aspecto da pobreza, ou miséria, reaparece de forma diversa nos debates sobre as classes sociais no Brasil a partir de aspectos culturais e políticos, respectivamente: a “ralé” estrutural de Souza (2012) e o subproletariado de Singer (2012). Com isso, o debate sobre pobreza se insere aqui submetido à análise de classes sociais que os autores fazem e não como objeto de análise desta dissertação. Concomitantemente, esse seria uma vertente do debate que poderia informar a conexão entre as teses de Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012), aqui ainda pressupostas.

à infraestrutura urbana.

Ao produzirem esses três tipos analíticos de pobreza, os autores apreendem que no Brasil:

(...) a pobreza de tipo I, que afeta um terço da população brasileira, tendeu a apresentar variações cíclicas, sem tendência visível de melhoria. Os outros tipos de pobreza (especialmente a extrema pobreza) parecem depender bem menos dos ciclos econômicos, pois são sempre decrescentes no período, porque estão mais relacionados com efeitos de longo prazo do desenvolvimento regional e dos investimentos em infraestrutura. (HOFFMANN & KAGEYMA, 2006, p. 79).

Assim, nessa forma de compreender a pobreza, as causas dela não estariam apenas ligadas ao crescimento da renda e de sua distribuição, mas também, à ausência de políticas públicas direcionadas à população de menor renda. Nesse sentido, é possível perceber uma aproximação de Neri (2011) na forma de classificar e diferenciar grupos da sociedade brasileira, posto que a renda e o acesso a certos bens e serviços seriam a medida para estratificar a sociedade.

Hoffmann & Kageyma (2006), ao citarem Amartya Sen²¹, acrescentam à análise a ideia de *capacidade* para participar socialmente e que estas não estariam restritas ao nível da satisfação de necessidades nutricionais básicas, ou a renda, “(...) *mas também em que sejam garantidas as capacidades de participar das atividades comunitárias e de poder adotar as convenções sociais mínimas*” (idem, p. 82 – 83).

Isso significa, poderíamos dizer, que a pobreza está, em alguma medida, relacionada a questões políticas, econômicas e de acesso a condições de vida que também se referem à formação subjetiva dos indivíduos, aspectos esses que aparecem em autores como Singer (2012; 2016), Souza (2006; 2012) e, em alguma medida em Pochmann (2012; 2014).

A diferença até aqui, ainda sem nos aprofundarmos na relação entre as teses, é que Hoffmann & Kageyma (2006) parecem descrever o que o Singer (2012; 2016), Souza (2006; 2012) e Pochmann (2012; 2014) buscam formular explicações.

Para Da Silva (2016) as privações que parte da população brasileira sofre, e a mensuração que a autora busca construir, não podem restringir-se ao acesso à certa quantidade de renda. Dessa forma, a pobreza seria descrita em seus aspectos multidimensionais, já que há muitos fatores que explicam a situação de privações de uma parte considerável da população.

²¹ SEN, A. “Poor, relatively speaking” in: *Oxford Economic Papers*, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar. 1983.

Ao analisar os dados das PNADs de 2006 a 2012, a autora destaca seis dimensões da pobreza no Brasil:

Acesso a alimentos e água, 2. Comunicação e informação (televisão, computador e internet), 3. Educação, nesse caso é considerado privado o indivíduo que não tiver a escolaridade mínima para a sua faixa etária segundo a LDB (Lei 9.394/1996), 4. Condições de Moradia, na sua análise foram utilizadas as variáveis: tipo de moradia, iluminação, material de parede, material do teto, e número de pessoas por dormitório; 5. saúde. Como não existem variáveis específicas que possa trazer informações a respeito dessa dimensão, serão utilizados *proxies* para estudá-la, sendo elas: esgotamento sanitário, condição sanitária e eliminação do lixo; 6. Trabalho e demografia, onde trabalho precário seria a situação onde o trabalhador não era segurado pela previdência social ou privada e desta forma não estaria protegido em situações que estivesse incapacitado de trabalhar, além disso, o número de dependentes menores de 14 anos e maiores de 60 também fazem parte dessa variável (DA SILVA, 2016, p. 7 – 8).

Além da pobreza relacionada ao nível do acesso aos serviços públicos, que já foi indicado por Hoffmann & Kageyma (2006), há uma dimensão da pobreza, apresentada por Da Silva (2016), que aparece de maneira diversa nas análises de classe de Pochmann (2012; 2014) e, como veremos no terceiro capítulo, de Souza (2012). Ou seja, as condições sociais de acesso ao trabalho como aspecto utilizado para delimitar a diferença e desigualdade social.

Condições precárias de trabalho, de saúde e de educação que levam Da Silva (2016) a concluir que a pobreza multidimensional no Brasil, embora tenha diminuído entre os anos de 2006 e 2012, ainda se mantém de maneira intensa nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Para que ocorra a redução desses elevados níveis, seriam necessárias políticas públicas voltadas para a melhor distribuição, principalmente, de educação, trabalho e saúde, além disso, dever-se-ia agir no sentido de combater às “(...) *desigualdades e promoção do desenvolvimento econômico, social e estrutural, para haver, deste modo, um crescimento econômico mais equitativo. Sendo assim, dois outros elementos essenciais são a vontade política e o compromisso social*” (DA SILVA, 2016, p. 16).

Isso nos indica que, para Da Silva (2016), há relação entre pobreza e trabalho, além de indicar a necessidade de uma ação política no sentido da superação dessas desigualdades. Ao fazer isso, a autora também discute a dimensão política das desigualdades no Brasil, assim como Pochmann (2012; 2014), Singer (2012; 2016) e Souza (2012). Nesse sentido, poderíamos aqui, questionar Da Silva (2016), no sentido do debate com estes autores, isto é: quem seria o agente dessa política em favor dos mais pobres? Haveria uma unidade política dos pobres no sentido de agirem pela superação de sua condição social? O conceito de pobreza e a análise da

sociedade a partir dos polos pobre e não pobre, nos fazem perceber as raízes políticas da pobreza?

Nesse capítulo, não nos aprofundaremos na indicação de respostas possíveis derivadas da articulação do debate sobre as classes sociais no Brasil feito pelas Ciências Sociais a partir de sua dimensão político-ideológico e cultural. Mas, de maneira introdutória, podemos sugerir que a necessidade de buscarmos respostas a essas questões nos autores que debatem classes sociais seria, apenas considerando os autores e as autoras que conceituam a pobreza indicados até aqui, o limite analítico destas teses que não se aprofundam na explicação do que seria essa ação política dos mais pobres, pois tem como objetivo mensurar a pobreza.

Para exemplificarmos esta crítica, Da Silva (2016), ao expressar que a pobreza pode ser superada por uma *vontade política*, nos leva a questionar sobre a origem social desta vontade e, ao que nos parece, as noções que se fundamentam em pobres e não pobres, não nos dão, até aqui, essa resposta²². Isso ocorre, pois, os autores e autoras parecem dar centralidade a como se produz socialmente a pobreza, sem, no entanto, apresentar como as relações sociais produzem uma totalidade social onde se reproduz a condição social de pobreza.

Em outra orientação da discussão sobre pobreza, encontramos em Braga (2006) a necessidade de relacionar o conceito de pobreza às características particulares das desigualdades sociais. Braga (2006), ao retomar algumas formas de conceituar a pobreza, nos apresenta o conceito em dimensões diferentes da utilizada pelos autores até aqui. Duas dessas definições são: a pobreza absoluta *versus* a relativa, ou seja, na primeira a delimitação é a ausência do mínimo necessário a sobrevivência física; na segunda, a pobreza é definida em

²² No sentido de nossas questões, encontramos na bibliografia que debate a pobreza e a conjuntura política um diagnóstico que, nos parece, reforça a necessidade de deslocar do campo da mensuração para o debate sobre as relações sociais que sustentam, politicamente, ideologicamente e economicamente a pobreza. Para analisar as dimensões políticas e ideológicas da pobreza e do Programa Bolsa Família (PBF), Carlos Bello (2016) debate as percepções de três setores da sociedade brasileira: “as elites”, “a população em geral” e dos “beneficiários do PBF”. Analisando dados e resultados de pesquisas de outros autores, Bello (2016) indica que não haveria uma unidade destes setores da população em torno de uma política distributiva e de combate à pobreza. A primeira conclusão do autor é que, por motivos diferentes, “a população em geral” não estaria legitimando o programa colocando-se, assim como a elite, contrária à política distributiva e de diminuição da pobreza (BELLO, 2016, p. 169-170). Já as percepções dos beneficiários apresentavam características diversas, tais como: direito, ajuda e obrigação, em síntese: “a análise das percepções dos beneficiários indica que a noção de direito social não predomina e não parece estar em vias de se fortalecer. Articulando essa conclusão com a análise da seção anterior, por meio da qual não houve indicação de que as percepções da população sobre a pobreza e o BF autorizassem políticas de superação da pobreza (...) a conclusão mais plausível é avaliar que os processos sociais em curso não sugerem que o BF possa estar caminhando no sentido de constituir uma política de superação da pobreza instituída legalmente e com legitimidade pública” (BELLO, 2016, p. 181-182). Ora, não haveria aí uma indicação do recorte político da relação entre as classes sociais? Debateremos essas questões, como já dissemos, no capítulo dois e três.

função do modo de vida dominante em sociedades onde o mínimo vital é garantido ao conjunto da sociedade.

Outra forma de conceituar a pobreza seria a renda. Nessa unidade de medida, os pobres seriam aqueles que têm renda “(...) *abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade*” (BRAGA, 2006, p. 12 – 13). Para a autora, há dois problemas analíticos em restringir o conceito de pobreza ao recorte da renda: 1. A dificuldade em comparar diferentes países e diferentes períodos temporais, pois um pobre em um país de renda inferior a outro poderia ser não pobre no país de maior renda; 2. E em países que poderiam ser classificados como pobres, posto que “(...) *uma parte preponderante das necessidades não é atendida via transações mercantis, a renda se torna um critério irrelevante para delimitar a população pobre*” (BRAGA, 2006, p. 15).

Assim, seria possível superar esse limite analítico da renda considerando, além da renda, as necessidades básicas (*basic needs*) “(...) *se constitui um procedimento essencialmente flexível. Tanto a definição e o nível da linha de pobreza como a escolha dos indicadores da qualidade de vida podem ser estabelecidos em função de condições concretas e de propósitos específicos*” (BRAGA, 2006, p. 28).

Além disso, estabelecer o conceito de pobreza analiticamente mais eficiente, como já indicamos, seria contextualiza-lo com a sociedade brasileira, ou, nos termos da autora, a partir da realidade social, dessa maneira:

No Brasil, o conceito operacionalmente relevante é o de pobreza absoluta, já que um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas, mesmo quando definidas de forma estrita. Trata-se, portanto, de definir parâmetros de valor correspondente a uma cesta de consumo mínimo, seja ela alimentar (associada à linha de indigência), seja considerando o custo do atendimento de todas as necessidades de alimentação, habitação, vestuário etc. (associada à linha de pobreza) (BRAGA, 2006, p. 43).

Ao fazer isso, Braga (2006) coloca-se na inserção econômica do debate sobre as classes sociais no Brasil, posto que ressalta aspectos também considerados pelos autores, pois em sua análise da pobreza: “(...) *combina-se o critério de renda a carências em outros aspectos da condição de vida, como por exemplo, família com renda insuficiente que tenha ou não acesso ao abastecimento de água*” (BRAGA, 2006, p. 175).

Se, ao concordarmos com essa constatação, ou seja, de que o conceito de pobreza não poderia apenas ser a medida de uma realidade descolado da compreensão das condições de vida em que ela ocorre, e fizéssemos a seguinte questão: por que existe a condição social de pobreza? Estaríamos colocando, do ponto de vista da teoria social, uma questão legítima quanto à

causalidade de um fenômeno e, ao mesmo tempo, evidenciando um limite da utilização do conceito de pobreza para debater o Brasil de 2003 – 2013, ou seja, estaríamos lançando mão de uma noção que, como mostramos até aqui, descreve o sintoma de um processo social que poderia ser compreendido em aspectos mais amplos a partir do debate de classes sociais.

Podemos indicar, ainda, outros pontos de convergência entre Braga (2006) e o debate econômico sobre as classes sociais no Brasil. Segundo a autora, há alguns consensos sobre a pobreza no Brasil, tais como: a desigualdade na distribuição de renda, a pobreza na área rural do Nordeste estaria relacionada à marginalidade frente ao crescimento urbano – industrial e “(...) em contrapartida, a pobreza nas duas principais metrópoles do país está articulada, social e economicamente, ao funcionamento do centro dinâmico da economia nacional” (BRAGA, 2006, p. 182 – 183). Além disso, “(...) dadas as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo trabalhadores envolvidos em tempo integral em atividades formais recebendo salário mínimo podem ser pobres, em função da composição de sua família e do baixo valor desse salário” (BRAGA, 2006, p. 185), ou seja, a condição social de pobreza pode existir mesmo entre trabalhadores assalariados.

Nesse sentido, Furtado (2011) também busca nas posições no mercado de trabalho, superar a mera mensuração dos pobres no Brasil para a descrição de suas posições sociais. Para isso, buscará em referenciais da teoria social, tais como as classificações socioeconômicas de Figueiredo Santos (2005)²³, indicar as posições sociais da população ocupada e, nas ocupações, o indicador central para mensurar a mobilidade social da posição dos indivíduos e assim produzir esquemas de classe²⁴, e por fim:

As nuances relacionadas às ocupações permitiram que se fizesse uma diferenciação dos ocupados com base nos critérios de Wright (1997), ou seja, propriedades de ativos de capital, controle diferenciado de ativos de qualificação e relação com o exercício de autoridade dentro da produção. No entanto, como o foco está na pobreza, foram inseridos ainda outros critérios, como a diferenciação de agrícola e não agrícola em algumas categorias, além da contribuição para a previdência social como fator diferenciador da posição de trabalhador formal e informal (FURTADO, 2011, p. 309).

As conclusões do autor são de que: 21,1 % dos pobres recebem transferência de renda, 13,4% da pobreza no Brasil é formada por trabalhadores (formal, informal, elementar agrícola

²³ Conforme citação do autor: FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.20, nº 58, 2005

²⁴ “(...) Nos estudos de mobilidade social, em particular dada a dificuldade de mensurar diretamente a origem de classe, a ocupação pode servir como substituto (proxy) para a posição de classe. Deve-se considerar que a ocupação é, hoje, um dos principais indicadores da posição social dos indivíduos, e tem sido amplamente utilizada para definir esquemas de classes, tanto entre neomarxistas como entre neweberianos (Scalon, 1998)” (FURTADO, 2011, p. 309).

e elementar não agrícola) “(...) *isso pode ser interpretado como uma das consequências da exploração que atua sobre as classes trabalhadoras, correspondendo à análise da pobreza de Wright (1994*” (FURTADO, 2011, p. 320). Mediante essa conclusão analítica do autor nos questionamos: porque não debater a pobreza como uma característica das relações sociais entre as classes sociais? Ou, em que medida a pobreza não seria um aspecto aparente das desigualdades que impactariam a classe trabalhadora?

Questões que podemos direcionar, em alguma medida, a Hermeto, Jayme & Martini (2014). Ao mensurarem a pobreza de maneira multidimensional e formularem possíveis relações entre fatores macroeconômicos²⁵ do Brasil, tais como: inflação, mercado de trabalho e desemprego, taxa de juros, com os índices de pobreza²⁶, encontram:

(...) dois resultados principais. Primeiro, as recessões, ou mesmo as desacelerações econômicas, são mais sofridas pelos grupos de menor escolaridade. Segundo, a política fiscal afeta mais intensamente a pobreza: por um lado, o superávit primário está associado a menores níveis de bem-estar da população; por outro lado, o gasto social da União pode ser utilizado para amenizar a pobreza durante as fases críticas dos ciclos (HERMETO, JAYME & MARTINI, 2014, p. 187).

É importante destacar que essa formulação de Hermeto, Jayme & Martini, em alguma medida, se choca com a descrição e análise de Pochmann (2012; 2014) sobre a composição da classe trabalhadora no Brasil. Essa relação fica mais evidente nas conclusões dos autores do debate sobre pobreza, em suas palavras:

Dentre as conclusões gerais obtidas pela análise empírica do presente estudo, destaca-se a evidência de que há em todos os períodos estudados uma tendência de convergência, ainda que lenta, das taxas de pobreza dos negros em relação aos brancos e das famílias chefiadas por mulheres em relação as demais. Esse processo é mais intenso nos períodos de recessão. Também se verifica um empobrecimento relativo dos trabalhadores de dez anos de educação ou menos, e esse efeito é mais forte nos períodos de expansão. Essa observação levanta a possibilidade de uma mudança tecnológica direcionada como consequência da reestruturação produtiva das empresas no período analisado. Essa hipótese está relacionada à importação de tecnologia por parte das empresas brasileiras como forma de se manterem competitivas nos mercados globalizados após a abertura econômica, assim também como consequência da instalação de novas empresas transnacionais no país. De acordo com essa hipótese, as empresas, durante as expansões macroeconômicas, tenderam a se intensificar cada vez mais em mão-de-obra qualificada e em capital físico, elevando a sua produtividade marginal (HERMETO, JAYME & MARTINI, 2014, p. 212).

²⁵ Medidos pelos autores a partir dos: “(...) macrodados incluídos no trabalho, referentes à evolução da conjuntura macroeconômica e das políticas fiscal e monetária no Brasil, provêm de fontes como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).” (HERMETO, JAYME & MARTINI, 2014, p. 197).

²⁶ Mensurados a partir de dados das PNAD e do Censo Demográfico do IBGE.

Se retornarmos a como o desenvolvimento da produção capitalista se relaciona a aspectos estruturais da formação da classe trabalhadora em Pochmann (2012; 2014) se explicita esses aspectos no autor.

Quando Pochmann (2012) analisou os dados de ocupação, sobretudo das vagas que cresceram no período de 2000 a 2011, o autor indicou que o trabalho prestado às famílias apresentou grande crescimento e associou essa característica do mercado de trabalho ao passado escravista e de baixa remuneração, posto que, para o autor, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e também de sua estrutura social, se deu à base de trabalho com “salários extremamente contidos”. Isso ocorre, na explicação do autor, pois desde o fim da escravidão há mais trabalho do que é necessário às necessidades de médio e longo prazo da atividade econômica (POCHMANN, 2012, p. 23).

Essa característica histórica da formação da estrutura social brasileira levaria, segundo o autor, à persistência no país de variadas modalidades de exercício de trabalho não capitalista, ao contrário do que foi registrado nas economias desenvolvidas. Isso levaria, ainda segundo Pochmann (2014), a duas consequências: uma relacionada ao valor dos salários pagos aos trabalhadores e outra, expressaria a possibilidade de um trabalho de baixa remuneração permitir o consumo de produtos e serviços com menor preço por trabalhadores assalariados que foram incluídos na expansão industrial e no consumo fordista entre 1930 e 1980, o que influiria no valor dos salários (POCHMANN, 2014, p. 57 – 58).

Esses aspectos destacados por Pochmann (2012; 2014) para analisar a composição da classe trabalhadora no Brasil e que, como indicamos, também aparecem no debate sobre a pobreza, apresenta formulação que, em nossa leitura, relaciona: mercado de trabalho, pobreza e desenvolvimento do capitalismo articulados a partir da relação entre as classes sociais. Essa formulação, sem dicotomizar a análise de pobreza da análise de classes sociais, aparece no conceito de superpopulação relativa de Karl Marx (1988b).

Embora não seja nosso objeto o debate sobre a superpopulação relativa, nos parece que a relação não dicotômica entre a pobreza, os empregos de “salários contidos” e a composição da classe trabalhadora no Brasil, na formulação teórica de Pochmann (2012; 2014), tangenciam essa formulação marxiana. Assim, nos parece razoável retornarmos a Marx (1988b) no sentido de indicar quais seriam as relações possíveis entre o debate de classes sociais no Brasil, aqui representado por Pochmann (2014) e, ao mesmo tempo, compreender a relação entre a produção capitalista, a pobreza e a composição da classe trabalhadora.

É nesse sentido que a pobreza e sua relação com a classe trabalhadora aparece nos processos de desenvolvimento das relações de produção capitalista. Para Marx (1988b, p. 245), da perspectiva do processo de valorização do capital, a força de trabalho é incorporada à composição do capital global produzindo o seu crescimento ao mesmo tempo em que altera o destino da classe trabalhadora. Isso porque, na fase de acumulação capitalista, a relação entre capital e taxa de salário não é: “(...) *uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora*” (MARX, 1988b, p. 252 – 253).

Nesse sentido, Marx nos indica que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolve, ou seja, ocorre o seu crescimento global, a necessidade da incorporação da força de trabalho cresce em proporção variável, variável em relação às condições necessárias à reprodução do valor, conseqüentemente à composição da classe trabalhadora. Em períodos de expansão, ou de mudanças na base técnica do capital, a quantidade de trabalho necessário pode variar, mas, “(...) *a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital*” (MARX, 1988b, 206 – 261).

A superpopulação surge, portanto, do próprio processo de acumulação, ou do próprio movimento do capital. Quando Marx (1988b) desenvolveu essa tese, e tendo como fundamento que a força de trabalho é a potência que produz mais valor do que consome para ser produzida, estava tomando como referência a formação do capitalismo Industrial na Inglaterra e as relações entre as classes sociais naquela conjuntura histórica. Mas, a nós, parece que algo que foi apontado por Pochmann (2012; 2014) como uma característica da formação da classe trabalhadora no Brasil não é uma característica particular. Já que, se tomássemos aqui Marx (1988b) como referência, poderíamos indicar que as formas que a população trabalhadora assume dentro da composição da classe trabalhadora é uma característica do desenvolvimento do capitalismo e de seu processo de valorização, ou seja, essa população trabalhadora pode ser incorporada diretamente à produção do valor ou influenciar na variação do valor dos salários.

Essa é outra característica da superpopulação relativa de Marx (1988b) que reforça essa hipótese sobre as classes sociais no Brasil, sobretudo na compreensão da classe trabalhadora e uma parte dela que aparece em relação ao processo de valorização, sendo incorporada a classe

trabalhadora, ou lançada à miséria, ou ainda cumprindo seu papel na variação dos salários, segundo Marx (1988b):

Se, por exemplo, em decorrência de uma conjuntura favorável, a acumulação ocorre de modo especialmente intenso em determinada esfera da produção, sendo aí os lucros maiores do que os lucros médios, capital adicional acorre para lá, e assim naturalmente demanda de trabalho e salário sobem. O salário mais elevado atrai uma parte maior da população trabalhadora para a esfera favorecida, até que ela esteja saturada de força de trabalho e o salário novamente caia para o nível médio anterior ou abaixo do mesmo, caso o afluxo tenha sido demasiado grande. Então não só cessa a imigração de trabalhadores para o ramo de atividades em questão, mas ela inclusive dá lugar à sua emigração. (...) A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital” (MARX, 1988b, p. 269).

No sentido de apreender o lugar da superpopulação relativa na relação entre as classes sociais no capitalismo, nos questionamos: seriam as mudanças na base da pirâmide social entre 2003 e 2013, no Brasil, indicadas por Pochmann (2012; 2014) e o correspondente crescimento dos salários, da formalização do trabalho, do crescimento do trabalho às famílias, ao setor extrativista, ao setor de serviços e a indústria, correspondentes a esse movimento do capital de consumo da força de trabalho acumulada na superpopulação relativa?

Entendemos que, se pensarmos que a produção capitalista, suas mudanças históricas e sua relação com o consumo de trabalho são pressupostos da análise da estrutura social brasileira formulada por Pochmann (2012; 2014), seria possível estabelecer a relação entre a tese de Pochmann (2012; 2014) com a de Marx (1988b) e, nesse sentido, compreender que ela se expressa no debate sobre classes sociais no Brasil relacionando a pobreza como um aspecto da formação da classe trabalhadora em sua relação com o capital.

No mesmo sentido, podemos encontrar na tese da superpopulação relativa, em suas diferentes formas de existência, como exército industrial de reserva, no campo e no pauperismo (desde suas formas aptas ao trabalho até as formas que não estão) (MARX, 1988b, 273) uma possibilidade de estabelecer uma relação não dicotômica entre pobreza e classes sociais. Posto que, o que está em Marx e que é retomado por Pochmann (2012; 2014) é a relação entre crescimento econômico e pobreza, ou, ciclos de expansão e retração econômica e sua correspondente relação com as classes sociais²⁷.

²⁷ Mas no método de Marx, como indicamos na introdução, essa articulação é possível pois o que está pressuposto à análise é o conflito entre as classes sociais e, portanto, o movimento e a variação da classe trabalhadora, nas diferentes conjunturas históricas, seria fundamentada nisso.

Esse conjunto de aspectos também aparecem no esforço dos autores e autoras para delimitar o que é a pobreza multidimensional, tais como: nos *fatores macroeconômicos* (Hermeto, Jaime & Martine, 2014), na *posição no mercado de trabalho* (Furtado, 2011), nas *capacidades sociais de participar das condições sociais mínimas* (Hoffman & Kageyama, 2006), nas *condições de acesso ao trabalho* (Da Silva, 2016). Essa perspectiva, em alguma medida, indica uma relação possível entre o debate sobre as classes sociais no Brasil durante os anos dos governos do PT e a pobreza e, conseqüentemente, entre Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012).

Para nós, a impossibilidade do debate sobre a pobreza superar a barreira descritiva e de dar conta de analisar aspectos que articule, por exemplo, a produção social e a pobreza, está no fato de pretenderem delimitar o real ao recorte conceitual para descrever e quantificar um grupo da população sem o objetivo, por meio de mediações, de evidenciar criticamente os processos sociais de constituição da pobreza.

Nesse sentido, nos colocamos no campo em que as múltiplas determinações sociais e históricas devem ser a base da análise das quantidades sociais de pobreza e de sua relação com a composição da classe trabalhadora. Assim, entendemos que uma análise das relações sociais que inclua no conceito de classes sociais e, principalmente, da classe trabalhadora, a explicação para acumulação da riqueza em proporção à acumulação de miséria, parece fazer mais sentido analítico se o que buscamos não é somente a mensuração e descrição da pobreza.

O que todos os trabalhos sobre pobreza evidenciam até aqui, e que parece relacioná-los entre si e com o debate econômico sobre as classes sociais no Brasil, é o diagnóstico de que a pobreza expressa aspectos da desigualdade social brasileira. Para nós, a desigualdade pode ser melhor compreendida pelo debate de classes sociais que analise as relações sociais considerando aspectos amplos, e não os restritos apenas a dados econômicos fragmentados que poderiam ser compreendidos, em relações mais profundas e não apenas aparentes, os analisando a partir das relações sociais que os produzem, ou seja, compreender metodologicamente a análise de classes sociais como um concreto mental, uma síntese que expressa suas múltiplas determinações.

Embora os dados empíricos da realidade sejam importantíssimos para a produção de teses e análises da sociedade e, ao mesmo tempo, para que se possa dimensionar o real que é representado teoricamente, entendemos que conceber as relações de trabalho a partir da chave pobre e não pobre mantendo-se apenas no universo da mensuração conduz a um limite analítico que não expressa mais do que uma forma de classificação do mundo, ou seja, quando

classificamos as pessoas em pobres ou não o que se deixa de evidenciar são os aspectos das relações sociais que ficam imobilizados nesse esquema classificatório.

Isto é, a delimitação desses dados dentro de uma perspectiva teórica que pressupõe à análise uma esfera social particular, neste caso a econômica, imobiliza os dados, o conceito e a multiplicidade de determinações, sobretudo, das classes sociais.

Nesse sentido, essa forma de representar a sociedade brasileira aprisiona a análise científica em uma dimensão da explicação que não expressa nada mais do que o nome pode dizer ou que os números podem mensurar. No entanto, ela nos dá, por exemplo, acesso à compreensão de aspectos mais profundos das relações sociais no Brasil que devem ser investigados como parte da análise, são eles: as questões políticas, além das econômicas, e as culturais que atravessam as relações de desigualdade entre as classes sociais. É nesse sentido que seguiremos no debate sobre as classes sociais no Brasil.

II. AS CLASSES SOCIAIS E SEUS ASPECTOS POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS

Como apresentamos no primeiro capítulo, as classes sociais referenciadas pelo critério da renda, do consumo e de aspectos do mercado de trabalho aparecem nas construções teóricas das Ciências Sociais delimitadas pela esfera social econômica. Além disso, apreendemos do debate que as análises sobre a classe trabalhadora no período, na perspectiva econômica, mesmo que pressuponha o mesmo recorte, ao não se restringirem apenas a renda, evidenciaram aspectos das relações das classes sociais tais como: o crescimento de empregos, o impacto das reestruturações produtivas da segunda metade do século XX na organização do mercado de trabalho, alterações nos padrões de consumo da classe trabalhadora como consequência de alterações no custo da produção e na ampliação da circulação de mercadorias com custos mais baixos. Embora, circunscrevam a análise destes aspectos apenas a pressuposta determinação econômica das classes sociais.

Ao mesmo tempo, uma característica histórica da formação da classe trabalhadora no Brasil emergiu do debate. Isso porque, como desdobramento das teses econômicas, ou seja, as que estão relacionadas à produção e à circulação de mercadorias, como apresentamos no primeiro capítulo, deduzimos que na formação da classe trabalhadora no Brasil há uma parcela, uma camada social, que era lançada no mercado de trabalho ou fora dele por conta de questões históricas e aspectos da formação das relações de produção capitalista. Em síntese, por meio das teses, sobretudo de Pochmann (2012;2014), o crescimento da formalização do trabalho, da ampliação de vagas de trabalho até 1,5 salário mínimo, relacionados a fatores do desenvolvimento do capitalismo e de aspectos históricos influíram na composição e no padrão do consumo da classe trabalhadora no Brasil no período de 2003 a 2011.

Mas essa “novidade” que Pochmann (2012; 2014) introduziu ao debate econômico será retomada a partir da construção do conceito e da análise de classes sociais que enfatiza a *política*. Com isso, pretendemos verificar em que medida essa característica da classe trabalhadora no Brasil se efetiva quando comparada, primeiramente, à inserção política e posteriormente a cultural. Ao mesmo tempo, indicamos alguns limites das análises econômicas que, embora sejam diferentes entre si, se igualam ao pressupor o “econômico” como esfera determinante para a construção do conceito e, com isso, aprisionam as possibilidades analíticas do conceito nestes aspectos.

Na primeira perspectiva um dos autores que se insere no exame teórico desses aspectos destacados pelo debate econômico é André Singer (2012). Para o autor, a estratificação por

renda, a direção política de um partido e o pressuposto analítico de que haveria, na formação da sociedade brasileira, uma camada de classe que estaria econômica e politicamente, abaixo da classe trabalhadora, o *subproletariado* são elementos centrais para a construção do conceito de classe que fundamenta sua análise da sociedade brasileira no período que tem início em 2003 e vai até a eleição de Dilma Rousseff em 2010.

Para nós, o que se torna central é evidenciar como Singer (2012), ao produzir um conceito centrado nesses critérios, contribuiria teoricamente para as análises das classes sociais. Ou seja, o que é possível apreender da conjuntura a partir de seu conceito? E de que maneira este conceito faz atualizar a teoria das classes sociais para além do que foi apresentado no debate econômico? Ao mesmo tempo, demonstrar que assim como Pochmann (2012; 2014) e Souza (2012), Singer (2012) delimitaria as relações entre as classes sociais a um recorte analítico, neste caso: o político-ideológico.

Para isso, a análise que pretendemos desenvolver neste capítulo partirá da exposição crítica da tese da incorporação do subproletariado à classe trabalhadora, de Singer (2012), a examinando a partir das contribuições de autores como Boito Jr (2005; 2007; 2011; 2013a; 2013b), Galastri (2014; 2015), Oliveira (2007; 2010), Paulani (2010) e Sader & Paoli (1986), autores e autoras que debatem, da perspectiva política, o conceito de classes sociais.

2.1. As classes sociais no Brasil: o sentido político-ideológico da estratificação por renda

No primeiro capítulo, como apreendemos de Pochmann (2012), as disputas políticas estariam diretamente ligadas a forma de produzir o conceito de classe social e os diagnósticos sociais produzidos a partir dele. Ou seja, dar a classe trabalhadora o nome de “classe média”, ou escolher dar centralidade a recortes de renda e potencial de consumo, como fez Neri (2011), significariam, segundo Pochmann (2012; 2014), tirar do período o protagonismo político da classe trabalhadora.

Mediante isto, trazemos ao debate sobre a classe trabalhadora no Brasil a sua inserção política, que já se anunciava na inserção econômica, sobretudo, no que diz respeito ao debate teórico e às disputas políticas que dele se expressam.

Neste capítulo, centralmente, analisaremos os aspectos políticos mobilizados para a formulação do conceito de classes sociais dos autores e autoras. Mas além desta inserção política do debate, no capítulo 3 buscaremos retomar essas teses no sentido de desenvolver, de

maneira mais detida, a disputa política que tangencia as construções teóricas do debate como um todo²⁸.

Na primeira dimensão desta disputa, André Singer (2012) indica que sua análise de classes sociais em *Os sentidos do lulismo* não se pretende definitiva e nem tampouco fechada nela mesma, mas seria necessário, segundo o autor: “*arriscar os sentidos, as resultantes das forças em jogo, se desejamos avançar a compreensão do período*” (SINGER, 2012, p. 9). Neste ponto, entendemos que se expressa um dos méritos de Singer (2012) posto que nos parece razoável a ideia de que o exame teórico pode não se circunscrever a apenas um aspecto da realidade na medida em que se busca uma compreensão mais ampla. Além disso, fazer uma análise conjuntural coloca maiores desafios ao pesquisador, o que demonstra mais um dos méritos do autor.

Dessa maneira, sua construção analítica e conceitual nos interessa mais, nesse momento, do que se inserir no debate sobre “os sentidos do lulismo”. Isso significa que a questão central aqui não é debater o caráter dos governos do PT, ou seja, se tais governos expressaram ou não um reformismo fraco²⁹, tese defendida por Singer (2012). Contrariamente, o que nos é fundamental, é o conceito de classe social apresentado pelo autor e o lugar dele no debate sobre as classes sociais no Brasil na análise da conjuntura de crescimento da renda, da formalização do emprego e de seus impactos nas relações políticas nos anos de 2003 a 2013.

Isso porque, nos questionamos se a construção analítica de Singer (2012), fundada na ênfase do recorte político-ideológico, seria expressão do debate que iniciamos no primeiro capítulo, dando dinâmica ao conceito de classes sociais. Posto que, ao mobilizar os dados econômicos apresentados no primeiro capítulo: a renda, o crescimento do emprego formal, o

²⁸ Após desenvolver o debate sobre a dimensão cultural e a tese da “nova classe trabalhadora”, de Jessé Souza (2012), partiremos da crítica de Souza (2012) aos “ideólogos neoliberais” e ao “marxismo enrijecido” para retomar as teses de Neri (2011), Pochmann (2012; 2014), Singer (2012; 2016) e Souza (2012) no sentido de expor como essa disputa teórica que dá dinâmica ao conceito é também uma disputa política-teórica e, simultaneamente, uma conexão possível entre as teses dos autores.

²⁹ Em síntese, Singer (2012) apresenta essa tese da seguinte maneira: “ao tomar das propostas originais do PT aquilo que não implicava enfrentar o capital como seria o caso da tributação das fortunas, revisão das privatizações, redução da jornada de trabalho, desapropriação de latifúndios ou negociação de preços por meio dos fóruns das cadeias produtivas, o lulismo manteve o rumo geral das reformas previstas, não obstante aplicando-as de forma muito lenta. É a sua lentidão que permite interpretá-lo como tendo um sentido conservador. Por outro lado, quando no noticiário a autonomia do Banco Central, o ajuste fiscal e a reforma da Previdência ficam mais fortes do que o Bolsa Família, o crédito consignado, o aumento do salário mínimo e a geração de empregos, perde-se o outro sentido do lulismo: aquele que ao aumentar o salário mínimo potencializa o efeito do Bolsa Família e da elevação dos benefícios previdenciários no interior do Nordeste; que com o Programa de Aceleração do Crescimento recoloca em cena o Estado indutor, gerando obras de infraestrutura e emprego na construção civil; que por meio do Estado orienta as atividades das empresas para o mercado interno, depois de cortado o crédito internacional e interrompido temporariamente o fluxo das *commodities* pela crise financeira internacional em 2008.” (SINGER, 2012, p. 192 – 193).

crescimento do crédito de baixa renda, a pobreza e a ascensão social, o autor dá nova inserção teórica ao conceito de classes sociais. Em movimento contínuo, refaz a pergunta de Pochmann (2012; 2014) sobre os sentidos políticos do debate na medida em que busca questionar as relações políticas que se expressaram, fundamentalmente, após as eleições de 2006 no Brasil. No entanto, acaba por se assemelhar a Pochmann (2012; 2014) posto que, metodologicamente, situa as classes sociais dentro de uma esfera particular, agora a do político-ideológico.

É por isso que um dos recursos utilizados por Singer (2012) na construção de seu diagnóstico, sua tese e seus argumentos se fundamentam, em muitos momentos, na comparação de alguns dados econômicos entre os anos de 2003 e 2010. Números que, aqui, diferente do que expomos no capítulo um, indicariam uma alteração política entre um mandato e outro dos governos de Luís Inácio Lula da Silva. Além disso, Singer (2012), em sua análise, dá centralidade empírica aos 12 milhões de famílias que recebiam o Programa Bolsa Família (PBF), em 2006, e à expansão do crédito de 25% para 45% do PIB, possibilitando o consumo *dos menos favorecidos* (SINGER, 2012, p. 10 – 12).

Estes dados econômicos³⁰, além do crescimento do salário mínimo, não se restringiriam, em Singer (2012), apenas aos impactos causados no consumo dos “menos favorecidos”. Essa política de ativação do mercado interno e de combate à pobreza, trariam consequências sociais e políticas, assim como já havíamos indicado em Pochmann (2012; 2014).

Uma das dimensões destas implicações estaria, segundo Singer (2012), relacionada a uma mudança na política se comparado o primeiro mandato de Lula (2003-2006), que teria sido neoliberal ao manter o programa econômico dos governos do PSDB (1994-2002), e o segundo mandato do governo do PT (2007-2010), que teria sido caracterizado por um reformismo fraco (SINGER, 2012, p. 13)³¹. Do ponto de vista das classes sociais e suas relações políticas, essa alteração na orientação do segundo governo do PT, teria impacto nas relações entre as classes sociais. Efeito que apareceria do resultado das eleições de 2006. Pois,

³⁰ Além dos dados econômicos já destacados no primeiro capítulo e que são centrais também para a análise de Singer (2012), o autor dá destaque ao crescimento do PIB que em 2010 chegou a 7,5% e na queda do desemprego que “(...) em dezembro, havia caído para 5,3% taxa considerada pelos economistas próxima ao pleno emprego. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010” (SINGER, 2012, p. 12).

³¹ Ao longo do capítulo, desenvolveremos de maneira mais detida como esses elementos aparecem na análise e no conceito de classe social de Singer (2012). No entanto, não procuraremos debater a caracterização desses governos, ou seja, não entraremos no debate sobre o liberalismo ou o reformismo dos governos do PT. Mas, a termo de esclarecimento, Singer (2012) compreende que a diferença entre um governo liberal e um governo reformista estaria, basicamente, ligada ao grau de enfrentamento dos interesses do capital financeiro (principalmente no que diz respeito às taxas de juros) e o grau de investimento do Estado na produção e na distribuição de renda. Isso significa que, para o autor, o enfrentamento aos interesses do capital financeiro e a intervenção do Estado na ativação de setores da economia caracterizariam, em diferentes graus, um governo reformista.

(...) foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da atividade do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula (SINGER, 2012, p. 15 – 16).

Mas, esses dados e o resultado das eleições de 2006, parecem ser, em Singer (2012), um pano de fundo para duas linhas de sua tese central, ponto que o afastaria de Neri (2011) já que se acrescenta, à análise dos aspectos econômicos, as resultantes políticas destes. Ao mesmo tempo, o aproximaria, em alguma medida, de Pochmann (2012; 2014), posto que busca compreender a relação entre a alteração na composição da classe trabalhadora e os fatores políticos que a influenciaria, sobretudo na política econômica do governo que teria como prioridade “distribuir para crescer”, relação já indicada pelo autor em sua análise do mercado de trabalho, e que foi abordada por Singer (2012), mas, no autor, o que se enfatiza é o político-ideológico em detrimento de outras dimensões das relações entre as classe sociais.

Primeiramente, os anos do governo do PT, do ponto de vista da compreensão da composição das classes sociais no Brasil, marcaram a “(...) *integração do subproletariado à condição proletária via emprego formal*” (SINGER, 2012, p. 16). Em segundo lugar, haveria um rearranjo político, inicialmente nas posições do próprio Partido dos Trabalhadores e de uma coalização de classes sociais como os fatores causais para que os governos deste partido, sobretudo a figura de Lula, assumissem a identidade ideológica e representassem o programa político desta fração de classe, o *subproletariado*. Vejamos como Singer (2012) constrói sua tese central a partir destas duas linhas.

Para fundamentar historicamente o primeiro ponto, o autor vai buscar na escravidão a origem dessa fração de classe que teria se integrado à classe trabalhadora após 2006. Além dessa origem histórica, os índices de desemprego dos anos 1990, fruto da política neoliberal dos governos que ocuparam o executivo federal durante aquela década, teriam jogado um grande contingente de trabalhadores nessa “massa de miseráveis” (SINGER, 2012, p. 20).

Nesse sentido, Singer (2012) retoma uma tese defendida por Pochmann (2012), já apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação, qual seja: “(...) *desde o fim da escravidão há mais trabalho do que o necessário às necessidades de médio e longo prazo*” (POCHMANN, 2012, p. 23), ou seja, além de existir, na estrutura do mercado de trabalho, a persistência de

certos tipos de trabalho não identificados diretamente com a produção capitalista, haveria, como vimos no debate sobre a *superpopulação relativa*, ao longo da história das relações capitalistas, uma massa da população que circula entre a classe trabalhadora, os trabalhos precários ou a massa de miseráveis (MARX, 1988b).

Do ponto de vista de Singer (2012), a ausência de protagonismo histórico dessa fração de classe não se daria apenas no mercado de trabalho, mas em um astuto arranjo político, posto que, segundo o autor: “ (...) ao tocar na questão da miséria, dinamizando, sobretudo, a economia nordestina, o lulismo mexe com a nossa ‘questão setentrional’: o estranho arranjo político em que os excluídos sustentavam a exclusão” (SINGER, 2012, p. 21), ou seja, esta fração de classe não se organiza politicamente e, além disso, sufragaria nas urnas, desde a democratização, governos com perfil conservador, o que teria mudado na eleição de 2006.

Nessa primeira parte da tese do autor, a relação entre Singer (2012) e o debate do primeiro capítulo parece, em alguma medida, evidente. Assim, antes de prosseguir com a exposição, observemos como estes aspectos políticos e ideológicos resgatam questões das teses apresentadas no primeiro capítulo, ou seja, na inserção econômica do debate.

Nesse sentido, é importante notar, inicialmente, que Pochmann (2012;2014) e Singer (2012), mesmo dando ênfase a dimensões diferentes das classes sociais no Brasil, fazem o mesmo diagnóstico: a ampliação da classe trabalhadora.

Além deste ponto, outra convergência entre Singer (2012) e o debate do primeiro capítulo é que a “pobreza monetária” teria diminuído com o PBF, com a política de aumento do salário mínimo e de geração de empregos. Porém, para o autor, o valor dos salários dos empregos criados e mesmo a comparação do índice de Gini com os de acumulação de capital indicariam que a desigualdade social não acompanhou o mesmo ritmo de diminuição que a pobreza³².

³² Sobre isso, o autor afirma: “Mas isso não constitui a superação da pobreza nos termos de Veiga-Sen nem o ingresso automático de toda a população na classe média, como ficou em voga dizer nos últimos anos. Pode representar que a quase metade da população que não dispunha de renda mínima até meados da década de 1990 passará a dispor de recursos suficientes para assegurar, ao menos, a alimentação. Não será o fim da pobreza, mas talvez seja o fim da pobreza (monetária) absoluta, aquela que impede a pessoa de sequer se alimentar. Poderá significar o ponto de partida para a vida “decente” do New Deal, porém certamente não a chegada.” (SINGER, 2012, p. 133). Este diagnóstico de Singer parece reforçar a ideia que indicamos no primeiro capítulo, ou seja, de que o debate sobre a pobreza, quando se analisa as relações sociais que explicam sua origem e sua manutenção ao longo da história, coloca em questão a relação entre crescimento econômico e pobreza, ou, ciclos de expansão e retração econômica e sua correspondente relação com as classes sociais. Nesse sentido, apresentamos aqui como Marx explica essa relação quando conceitua o lugar da *superpopulação relativa* nas relações sociais de produção no capitalismo: “Que anticlímax capenga! Se a classe trabalhadora continuou “pobre”, apenas proporcionalmente “menos pobre”, ao produzir um “aumento embriagador de riqueza e poder” para a classe proprietária, ela continua sendo, em termos relativos, igualmente pobre” (MARX, 1988b, p. 281). Isso indica que, quando se pressupõe à

Dessa maneira, mesmo que utilize a noção de pobreza, Singer (2012) não a incorpora como uma ampliação da análise de classe. Essa noção aparece no autor como um aspecto do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, e sua variação estaria ligada ao contexto da luta política entre as classes sociais.

Isso porque, segundo o autor, durante os anos dos governos do PT (2003-2012), sobretudo no segundo mandato de Lula, a atuação de um governo que interviria em favor de um programa político de diminuição das desigualdades e que teriam ativado uma fração de classe social, incluindo-a nas fileiras da classe trabalhadora. Assim, a pobreza aparece como um elemento da análise de Singer (2012) onde o centro estaria na luta entre as classes sociais em seu sentido político e ideológico.

Este diagnóstico, em nosso entendimento, reforçaria a necessidade de analisar a classe trabalhadora no Brasil no período de 2003 a 2013 considerando a relação entre a descrição da composição da classe trabalhadora, em seus aspectos econômicos, e na análise da luta política entre as classes sociais.

Mediante este objetivo, retomemos então o desenvolvimento da apresentação da tese de Singer (2012), aprofundando-nos agora na segunda dimensão dela: o rearranjo político e ideológico que se articularia, segundo o autor, aos fatores econômicos que levariam o subproletariado às fileiras da classe trabalhadora.

Em síntese, os aspectos mobilizados até aqui por Singer (2012) passam por um suposto rearranjo político, inicialmente nas posições do próprio Partido dos Trabalhadores e das coalizões de classes sociais como fatores políticos para que os governos do PT, sobretudo a figura de Lula, fossem a identidade ideológica e política do subproletariado, de seu programa e de sua integração, política e econômica, à classe trabalhadora.

Este processo teria ocorrido em um contexto econômico, sobretudo de 2003 – 2008, de expansão capitalista, de *boom das commodities* e pela escolha política de Lula que teria optado por um caminho intermediário tanto ao neoliberalismo dos governos do PSDB, quanto ao *reformismo forte* que era o programa político do PT até 2002. Com isso, surgiria uma identidade entre a plataforma do governo e os interesses políticos do subproletariado, que seriam, segundo

análise a relação entre as classes sociais, ela não desaparece da análise. Diminuir a pobreza, nessa perspectiva, não significa que as desigualdades entre as classes sociais diminuam.

Singer: "*Um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem*" (SINGER, 2012, p. 21)³³.

Aqui nos parece emergir um questionamento: como atribuir ao subproletariado essa plataforma política? Ou ainda, como deduzir a posição político-ideológica de uma classe social ou fração a partir da delimitação de uma estratificação produzida pela articulação entre renda e voto?

Antes de analisar criticamente a partir destas questões, apresentemos à resposta que apreendemos de Singer (2012), ou seja, como o autor articula a integração de classe do subproletariado via emprego formal, com o alinhamento ideológico e os interesses políticos dessa fração de classe social, que se manifestariam através do voto na plataforma do lulismo.

Para isso, o autor recupera, a partir de sua leitura de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx (2011a), a ideia de *classe em si e classe para si*. A primeira, seria o momento em que as classes sociais dividir-se-iam pelas posições que ocupam objetivamente na produção. Na segunda, conscientes de que podem lutar na luta política, as classes sociais se colocariam nela.

Mas, segundo esta interpretação de Marx (2011a) feita por Singer (2012), haveria para além das classes fundamentais que tem papéis definidos nas relações entre as classes sociais no capitalismo, as:

(...) classes em si que não logram se unificar e conscientizar-se para a ação coletiva, tendem a aparecer na luta política como massa estruturada de fora para dentro, como acontece em *O 18 Brumário*. As classes fundamentais, por serem portadoras de um projeto histórico, como é o caso da burguesia e do proletariado no capitalismo, tenderiam a se organizar enquanto classes; as demais, a surgir na política como massa. O funcionamento da consciência, nas frações de classe que aparecem como massa, assemelha-se ao da pequena burguesia, isto é, seriam incapazes de perceber o contexto real em que estão situadas, pois este lhes é adverso (SINGER, 2012, p. 24).

Esta leitura de Marx, é utilizada em Singer (2012) como fundamento teórico da tese da identidade ideológica e política entre a fração subproletária e o lulismo, defendida pelo autor. Desta forma, os dados eleitorais seriam, no argumento de Singer (2012), a demonstração de como a fração subproletária, determinada por questões econômicas, seria organizada externamente, política e ideologicamente, pelo lulismo.

³³ Embora não seja a nossa questão central, nos parece importante destacar como os dados econômicos são centrais, em alguns momentos, para as deduções que Singer busca formular para compreender o período. Para o autor: "(...) pode-se afirmar que quatro elementos distinguiram a política econômica do "segundo período": valorização do salário mínimo, desbloqueio do investimento público, redução da taxa de juros e queda do desemprego. É certo que nem o aumento do investimento nem a redução de juros foram explosivos, mas o ponteiro se mexeu na direção do desenvolvimento." (SINGER, 2012, p. 151 - 152)

Produzindo uma estratificação que articula renda e voto, Singer (2012) analisa que a metade mais pobre, ou seja, a metade dos eleitores que tem a renda mais baixa, deslocou-se para o campo eleitoral do lulismo, enquanto os 40 milhões de votos em Geraldo Alckmin, candidato à presidência pelo PSDB nas eleições de 2006, representariam a metade mais rica da sociedade e os estratos de renda médios, da “classe média” e da “classe média baixa” (SINGER, 2012, p. 53-55).

Esse “movimento subterrâneo” do subproletariado, segundo Singer, seria, portanto, semelhante ao dos *camponeses franceses descritos por Marx em o 18 Brumário*. Isso porque, os mais pobres no Brasil representar-se-iam na cena política, a partir das eleições de 2006, por meio da figura de Lula.

Outro elemento analítico desse “movimento subterrâneo”, ainda reconstruindo o argumento de Singer (2012), estaria no caráter conservador da ordem que poderia ser atestado pelo voto dessa fração de classe nas eleições brasileiras de 1989 a 2002, posto que esses eleitores de *baixíssima renda* desejariam um Estado interventor na desigualdade, ao mesmo tempo que não poderiam organizar-se autonomamente como classe social, pois seriam como os camponeses franceses. Dessa maneira, Lula passaria a ser – na eleição de 2006 – a identidade e o representante político do subproletariado (SINGER, 2012, p. 58 – 59)³⁴, ou seja, a identidade do programa subproletário.

Além desse aspecto, haveria características ideológicas nesse movimento. Isto porque, a manutenção da política macroeconomia dos governos de Fernando Henrique Cardoso, durante o primeiro mandato de Lula, na interpretação de Singer (2012), teve efeito não apenas político, mas ideológico. Ao afastar-se do programa de esquerda que o PT adotou até as eleições de 2002, o governo teria o objetivo de impedir uma reação do capital que atingisse os mais pobres, ou o subproletariado. Posto que, o capital poderia produzir um cenário de instabilidade política e econômica, levando os mais pobres a aderirem ao discurso de oposição ao governo. Segundo Singer (2012, p. 76): “*A continuidade do ‘pacote FHC’ foi a condição da burguesia para não*

³⁴ Embora Marx pressuponha a luta de classes, há no *18 de Brumário* toda uma apresentação fundamentada em uma análise histórica da luta de classes na França para só então demonstrar como as classes fundamentais passaram para o segundo plano da História. Dessa maneira, Marx conclui que os camponeses, uma classe que não se organizava politicamente, pode encontrar no poder executivo sua unidade em um processo de *representação*, em que Bonaparte lhes deu unidade. Em Singer, nos parece, trata-se apenas de uma questão de representação – a luta de classes não aparece com centralidade na análise – nesse sentido, haveria um elemento subjetivo que pode interferir diretamente na história e é exterior a ela? Ou ainda, estaria Singer incorporando de Marx essa categoria e a aplicando para análise da conjuntura brasileira, atribuindo sentidos a ela sem os fundamentar? Esse ponto será tratado em um outro momento do texto.

haver guerra de classes e conseqüente risco de Lula ser visto como o presidente que destruiu o Real”. Com isto, uma ponte ideológica seria criada entre os mais pobres e o governo do PT.

Ao mesmo tempo que Lula passou a se moldar a essa plataforma mais conservadora, ele passou a ser sustentado politicamente pela camada subproletária e produziu-se “(...) *uma rearticulação ideológica, que tira centralidade do conflito entre direita e esquerda, mas reconstrói uma ideologia a partir do conflito entre ricos e pobres*” (SINGER, 2012, p. 32).

Esse movimento alteraria não apenas a posição dessa fração de classe, mas também, como já indicamos, a representação de classe do Partido dos Trabalhadores, segundo o autor:

(...) o espírito herdado do período pós golpe, e que dominara o PT até as vésperas da campanha de 2002, resvala para um segundo plano, encerrando o ciclo radical aberto com a derrota do populismo em 1964. (...) Enquanto o modelo de “redução da pobreza e manutenção da ordem” puder funcionar, alimentará o PT como “partido dos pobres” (...) O êxito eleitoral lhes augura dominação prolongada (SINGER, 2012, p. 119).

O êxito eleitoral na campanha de 2010 da candidata à presidência Dilma Rousseff fundamentada, segundo o autor, na manutenção da plataforma política “(...) *que interessa a base social subproletária: ampliação da distribuição de renda; expansão do crédito popular; valorização do salário mínimo e geração de emprego, tudo sem radicalismo*” (SINGER, 2012, p. 155) confirmaria esse descolamento do lulismo da figura do próprio Lula e, conseqüente, indicaria sua consolidação. No entanto, essa consolidação expressaria um reordenamento das relações de classe social no Brasil. Com o objetivo de demonstrar esse aspecto da tese, Singer produz “(...) *um esquema para as relações de classe a partir da emergência do lulismo*” (SINGER, 2012, p. 156).

Para o autor, “*O ponto central a ser levado em conta é que o subproletariado tende a desaparecer conforme o programa que ele apoia se converte em realidade*” (SINGER, 2012, p. 156). Dessa forma, não possuem um projeto de sociedade e seriam incorporados pelos interesses de outras camadas. Isto favoreceria a arbitragem, por parte de Lula ou do chefe do executivo identificado com o programa do subproletariado.

Além disso, os polos da luta de classes não poderiam ter força suficiente para impor soluções políticas para as questões da sociedade, o que aumentaria o sucesso da arbitragem “(...) *por um Executivo que paira sobre as classes e funciona como juiz de seus conflitos. Devido à ausência de mobilização, a luta de classes (...) foi como que empurrada para o fundo do palco*” (SINGER, 2012, p. 157).

Como exemplo dessa dinâmica e do poder de arbítrio do lulismo e a polarização entre capital e trabalho, Singer (2012) utiliza a análise do embate entre o capital, principalmente o financeiro, e os trabalhadores em torno do volume de gasto público. Em 2009, em um cenário

de crise econômica do capitalismo, o aumento do investimento público expressou a vulnerabilidade do capitalismo, ao mesmo tempo, significou uma vitória da classe trabalhadora. Já no primeiro ano do mandato de Dilma Rousseff o ajuste fiscal de 1,2% do PIB expressaria uma vitória do Capital.

Esse arbítrio acima das classes sociais seria, segundo o autor, uma forma de manter o equilíbrio entre o capital e o trabalho e, dessa forma, evitar-se-ia a radicalização política. Com isto, como já dissemos, o governo sob o signo do lulismo garantiria, segundo Singer (2012), “(...) ao subproletariado duas condições fundamentais: inflação baixa e aumento do poder de consumo” (SINGER, 2012, p. 160).

Em um cenário que favoreceria apenas o capital financeiro, os juros seriam elevados e o investimento produtivo seria deslocado para esta forma do capital, pois os capitalistas ganham sem investir na produção de mercadorias. Nesse caminho rentista, o crescimento econômico seria baixo, a oferta de crédito, emprego e renda seria baixa, fatores que impossibilitariam a sustentação da “(...) incorporação de milhões de brasileiros que ainda esperam a sua vez, boa parte deles trabalhando na informalidade. Para evitar isso a pressão dos trabalhadores é funcional” (SINGER, 2012, p.160). No entanto, nessa dinâmica entre juros, investimentos do governo, a manutenção da inflação baixa e o crescimento do poder de consumo do subproletariado tem um ponto de satisfação do capital financeiro, mesmo que não pleno. Ao manter os juros altos o capital especulativo estrangeiro migra para o Brasil e o valor do dólar cai, tornando mais baratas as importações. Com isso, o controle da inflação é também mantido, algo positivo para os interesses destes capitalistas e, ao mesmo tempo, do subproletariado.

A manutenção do consumo externo e dos preços pagos pelas commodities brasileiras, sobretudo o consumo chinês, seria essencial para a conservação desse modelo de coalizão de classes sociais, arbítrio de um governo que sustentaria um modelo de inclusão sem entrar em conflito com o capital. Ao mesmo tempo, característica que expressaria segundo o autor o caráter ambíguo do lulismo, isso poderia levar a uma desindustrialização. Fato que dividiria os capitalistas e colocaria os trabalhadores ao lado dos capitalistas industriais, processo que Singer (2012) nomeia de "coalizão produtivista": “(...) essa frente teria como programa controlar a entrada e saída de capital estrangeiro e diminuir os juros (...) Além disso, (...) elevar substancialmente a taxa de investimento público em infraestrutura” (SINGER, 2012, p. 160).

Nesse cenário, o subproletariado poderia manter-se como base eleitoral dessa política de “arbítrio” das coalizões de classe, posto que, segundo Singer (2012) poderia viver sem a indústria, desde que fosse absorvido por outros setores do mercado de trabalho. Além disso,

desde que a "(...) *expansão do crédito popular continue, o subproletariado pode conviver com taxas de juros relativamente altas*" (SINGER, 2012, p. 162).

Nessa análise das possibilidades de arbítrio do lulismo, nas relações políticas entre as classes sociais, é interessante destacar, para o posterior debate deste capítulo, que Singer (2012) indica que a ativação dos interesses das classes sociais e suas frações ocorreriam pelo caminho econômico. Ou seja, embora o autor trate de indicar que este seria um processo político, sua base argumentativa, assim como para a tese de integração do subproletariado à classe trabalhadora é fundamentada em dados econômicos, seriam estes fatores que inclinariam as classes sociais e suas frações a se posicionarem na conjuntura brasileira de 2003 a 2011 em torno do papel do governo e do Estado na ativação e ordenação da política econômica no período.

Outro ponto a se destacar dessa análise seria o caráter pró-subproletariado do lulismo. A atuação política dos governos do PT entre essas coalizões de classes sociais, na primeira década e meia do século XXI, o que Singer (2012) chama de *arbitragem do lulismo*, não tem a intenção de resolver a contradição em favor de uma das coalizões, mas de mantê-las em equilíbrio, "(...) *cujo patamar é determinado pela necessidade de favorecer o subproletariado com o crescimento médio e inflação baixa*" (SINGER, 2012, p. 165).

Dessa maneira, é necessário:

(...) delimitar a cada nova conjuntura, o ponto de equilíbrio que, sem provocar rupturas, permita ao Estado induzir, por meio do gasto, um crescimento médio suficiente para continuar a incorporação dos mais pobres, *ao mesmo tempo* controlando a inflação e satisfazendo o mercado financeiro (SINGER, 2012, p. 160).

Como já dissemos, não queremos debater o conceito de lulismo e se os governos do PT expressariam ou não um reformismo fraco no período de 2005 a 2012, ou se uma política de arbítrio acima das classes sociais expressou o aprofundamento da política neoliberal, em que sentido foi ou não uma forma de “revolução passiva”, ou qualquer outra posição que se anuncie no campo do debate do chamado lulismo.

Embora o lulismo não seja o objeto desta dissertação, ao examinar teoricamente a conjuntura dos governos do PT, Singer (2012) expressou aspectos do conceito de classes sociais, sobretudo da composição da classe trabalhadora e da luta política entre elas que interessa ao desenvolvimento de nossa dissertação.

Por este motivo, antes de analisarmos criticamente esses elementos introduzidos por Singer (2012), sintetizamos aqui os principais pontos apresentados pelo autor quanto à análise de classes sociais que faz do período.

Do ponto de vista metodológico, o autor fundamentou seu exame em dados econômicos, já utilizados no debate do primeiro capítulo, pressupondo analiticamente, como característica das sociedades capitalistas, a luta entre as classes sociais que disputam politicamente dois modelos de sociedade, a classe capitalista e a classe operária, com um projeto político e social anticapitalista. Para isso, Singer (2012) apresenta como fundamento teórico sua leitura de Marx e de como o autor interpreta a luta entre as classes sociais na França em *O 18 de Brumário*. Segundo o autor, esta leitura expressa seus pressupostos metodológicos, ou seja, o entendimento de que as classes sociais seriam delimitadas por dimensões diferentes, a econômica (a classe em si) e a política (a classe para si), dando ênfase na análise, por este motivo, ao político-ideológico.

Além disso, Singer (2012) pressupõe que existiriam classes sociais ou frações de classe que, por não terem um projeto próprio de sociedade ou *consciência de sua posição na luta política* seriam organizadas exteriormente. Nesse sentido, e tomando como medida as dimensões analíticas apresentadas até aqui, o autor apresentaria uma proposição nova ao debate sobre as classes sociais no Brasil de 2003 a 2012. Da perspectiva do diagnóstico que faz da primeira década do século XXI no Brasil, principalmente do período de 2003 a 2010, a tese do autor apresenta características próximas a autores como Neri (2001) e Pochmann (2012; 2014), ou seja, os anos de governos do PT, sobretudo a tese de que os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, foram marcados por uma ativação do mercado interno, da criação de empregos, da alteração na composição das classes sociais ou estratos de renda no Brasil e de diminuição da pobreza.

No entanto, acrescentaria ao debate a dimensão política desse diagnóstico: esses fatores teriam lançado à classe trabalhadora sua fração subproletária que foi acionada por questões econômicas, ideológicas e políticas; além de indicar que as duas classes fundamentais, centrais a luta política na sociedade capitalista, foram colocadas em segundo plano na cena política dando ao governo do PT a possibilidade de executar um governo de arbítrio entre os interesses das classes sociais e suas frações coligadas em plataformas políticas contraditórias.

Por fim, esta fração da classe trabalhadora ativada pelas políticas do PT seriam a base social desses governos (2003-2012) e seriam, necessariamente, organizadas ideologicamente e politicamente por um elemento externo a ela³⁵.

³⁵ A figura de Lula é, centralmente, esse elemento externo a fração subproletária que por não possuir uma consciência de classe ou um projeto de sociedade como a classe capitalista e a classe operária, não teria, segundo Singer (2012) como se organizar autonomamente. No entanto, o autor arrisca, como dedução de sua tese a possibilidade da classe trabalhadora organizar essa fração recém incorporada: “(...) *se a plataforma do*

Do ponto de vista da construção do conceito, Singer (2012) acrescenta ao debate o pressuposto analítico da luta, nas sociedades capitalistas entre as classes sociais e as posições políticas e ideológicas que assumem. No entanto, assim como Pochmann (2012; 2014), dá centralidade à posição no mercado de trabalho para pensar a composição da classe trabalhadora.

2.2. Política e classe sociais

Para analisarmos criticamente a tese de Singer (2012) que apresentamos na primeira parte desse capítulo, e evidenciarmos quais aspectos emergem desse debate teórico que, como demonstramos, enfatiza a esfera político-ideológica na construção do conceito de da análise que deriva deste. Com este objetivo, reelaboramos as questões já enunciadas na primeira parte do capítulo nos seguintes termos: conforme indicado por Singer (2012), quais seriam os limites de atribuir ao subproletariado como uma fração de classe, um programa político que se expressaria em um alinhamento eleitoral? E, ainda, como deduzir a posição político-ideológica de uma classe social ou fração a partir da delimitação de uma estratificação produzida pela articulação entre renda e voto?

Estas questões não aparecem apenas no desenvolvimento da análise da tese de Singer (2012) que apresentamos até aqui, ou estão pressupostas a ela. Elas emergem, centralmente, no debate que tem no conceito de classes sociais seu eixo central e na inserção política seu aspecto em destaque. Armando Boito Jr (2013), ao discutir a tese de Singer (2012), questiona-se no mesmo sentido de nossa análise, ou seja, se o subproletariado se caracterizaria, do ponto de vista político:

(...) justamente, por “não terem condições de participar da luta de classes”, como é que se pode afirmar que eles têm um “programa”? Quando dizemos que um setor ou classe social está desorganizado isso significa, exatamente, que esse setor ou classe não possui programa político próprio para intervir na conjuntura. A massa pauperizada e desorganizada que apoia eleitoralmente as candidaturas petistas o faz, é certo, perseguindo determinadas aspirações, mas estas são difusas, não articuladas de maneira clara e consciente como o seriam em um programa, e, de resto, tem cabido aos governos petistas justamente organizar essas aspirações difusas num programa como o de transferência de rendas (BOITO JR, 2013, p. 173).

Isso significa que, para o autor, há em Singer (2012) uma inconsistência na construção do argumento que sustenta sua tese. O ponto de contradição argumentativa estaria em não ser

subproletariado não implica necessariamente a redução da desigualdade, abre a porta para um avanço igualitário, caso a fração antiga da classe trabalhadora for capaz de politizar a nova" (SINGER, 2012, p. 166).

possível atribuir ao subproletariado a necessidade de uma organização externa, posto que nos termos de Singer (2012) seria uma classe em si e, ao mesmo tempo, que esta fração de classe possuía um programa político.

Para nós, esta crítica de Boito Jr (2013) nos faz retornar ao texto que é posto como referencial teórico à forma como Singer (2012) formula o conceito de classes sociais e sustenta a sua interpretação. Retornemos a obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx (2011a), com o objetivo de buscar uma compreensão possível para a tese do autor brasileiro e discutir a obra de Marx (2011a), mas como ela é referenciada e em que medida essa referência se aproxima ou se distancia do texto do autor.

Em Marx (2011a), na construção da análise, há o pressuposto de que duas classes sociais entram em conflito por lutarem, politicamente, pelo estabelecimento de relações sociais diferentes. De um lado a luta liderada pela burguesia, onde se coloca em questão a manutenção das relações sociais de produção capitalista; e do outro, como negação à estas relações sociais, a classe operária que defende um programa político que nega o modelo de relações sociais de produção capitalista.

Nesse sentido, parece haver semelhança entre Singer (2012) e Marx (2011a). No entanto, o pressuposto da análise das classes sociais que este faz em *O 18 de Brumário* não está fundamentado em um suposto “programa político”, mas como, da luta entre as classes sociais na França, na primeira metade do século XIX, se desenvolveram as diferentes posições políticas no conflito e que, ao mesmo tempo, colocou à aquela sociedade o afastamento do proletariado da cena política, a fragmentação da burguesia e a ascensão ao poder de Luís Bonaparte, sustentado pelo voto dos camponeses. Na aparência, Bonaparte representava os interesses do campesinato. Na análise de Marx (2011a), esse aparente domínio do campesinato era uma forma política que expressava um arranjo das relações classistas e que promoviam a manutenção da sociedade burguesa.

Com isso, afirmamos que em Marx (2011a & 2011b) não há a pressuposição das posições políticas das classes sociais, não há a dedução de efeitos analíticos a partir de causas únicas, como por exemplo, deduzir um programa político a partir de uma estratificação por renda e voto, como faz Singer (2012). Mais que isso, de concluir que haveria uma transformação histórica relacionada à posição do subproletariado na luta de classes, isto é, que o subproletariado teria se descolado politicamente da burguesia (SINGER, 2012, p. 44)

Diagnóstico esse que, como o próprio autor admitia desde o princípio, era uma hipótese interpretativa de acontecimentos em curso. No entanto, o ponto de nossa crítica não é se essa

ruptura se efetivou ou não. A questão aqui é indicar que os processos políticos de luta entre as classes sociais desaparecem como conteúdo das teses de Singer (2012) e que isto é consequência da cisão, pressuposta pelo autor, entre classe em si e classe para si; ou, nos termos de nossa leitura, pressupor que existe uma classe caracterizada pela esfera econômica e outra classe na esfera político-ideológica.

Se o referencial adotado foi a teoria das classes sociais de Marx, em grande medida, se a inserção do autor no debate era uma tentativa de atualizar a análise de classes sociais marxista para a compreensão da conjuntura brasileira, nos parece, o processo de luta entre as classes sociais deveria aparecer como eixo de sustentação de seus argumentos, aliados a interpretação de dados conjunturais como o voto, a renda, o mercado de trabalho, etc., o argumento da alteração da posição política que o subproletariado adotaria na luta de classes. Posto que há, em Marx (2011a & 2011b), a análise das classes sociais em luta por meio da apresentação do conteúdo de suas lutas em um dado contexto histórico e não a separação em dimensões ou esferas sociais.

Como já citamos, a compreensão das classes sociais em seu processo de luta precede o “conceito”. Dessa forma, não por acaso, o exame que Marx (2011a) apresenta em *O 18 de Brumário* desdobra-se do processo histórico apresentado em *As lutas de classes na França* (MARX, 2011b). Em Singer (2012), há o pressuposto analítico de Marx (2011a), no entanto, a luta de classes desaparece da análise, não há a apresentação do processo que produziu as posições das classes sociais e das frações em luta, eis, em nosso entendimento a raiz do que Boito Jr (2013) critica como inconsistência na construção do argumento³⁶ feito pelo autor brasileiro.

A questão que estamos indicando aqui, nos parece, reflete na interpretação de Singer (2016) sobre a conjuntura política e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. Embora não seja esse o recorte de tempo que se coloca em debate nessa dissertação, é relevante indicar que o autor retoma sua tese sobre a longevidade do arbítrio acima das classes sociais empreendido pelo lulismo para indicar que, em 2016, ele teria chegado ao fim. Isto porque, ao mudar sua orientação política em 2013, Dilma teria se distanciado do tom conciliador de seu antecessor e entrado em conflito com “(...) *frações de classe poderosas e*

³⁶ Boito Jr (2013) compreende, partindo de uma outra perspectiva teórica, que o limite do argumento de Singer (2012) estaria no uso incorreto do conceito de Bonapartismo. Como o objetivo central desse texto é o conceito de classes sociais no debate brasileiro sobre a conjuntura de 2003 – 2013, demos centralidade ao que se relaciona diretamente como o conceito de classe social e da forma como os autores o referenciam empírica e teoricamente.

resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo. Uma barreira foi rompida” (SINGER, 2016, p. 33).

A mudança na direção política do lulismo teria buscado atacar o lucro dos bancos em 2013 e unir a burguesia industrial e os trabalhadores na coalizão produtivista. Nos termos de Singer (2016), isso significaria o retorno de uma política *desenvolvimentista*, ou de um maior investimento dos recursos do Estado na produção da indústria nacional, sendo, os acontecimentos políticos de 2013³⁷ uma inflexão no sentido de afastar as massas do governo Dilma e criar clima favorável a medidas liberalizantes³⁸.

A questão de Singer (2016), não é apenas sobre o fim do lulismo, mas para onde foi a sua base social, ou seja, na linha argumentativa do autor, o arbítrio acima das classes sociais promovido pelo lulismo mantinha-se no tempo por conta da identidade entre o subproletariado, seu programa, a plataforma política dos governos do PT e ao suposto rearranjo político que teria tirado, após a eleição de 2006, o subproletariado do domínio político-ideológico da burguesia. Além disso, as classes fundamentais estariam em segundo plano na cena política nacional.

Contudo, quando Singer (2016) imputa o fim desse ciclo político à falta de base social, o autor não estaria dando centralidade à luta de classes? A resposta do autor, nesse caso, é afirmativa: *“A explicação para o recuo no ensaio desenvolvimentista está, a nosso ver, no deslocamento da burguesia industrial, que a partir de 2012 começa a sair gradualmente da coalizão produtivista e passar para a rentista”* (SINGER, 2016, p.44).

Este desdobramento de sua análise nos leva a concluir que a luta de classes, a exposição de seu conteúdo, em lugar de uma pressuposta dicotomia econômica e política das classes sociais, seria central para que Singer (2012) escapasse desse aprisionamento analítico. Sobretudo, quando vai definir o subproletariado, seu lugar na luta de classes e a origem de seu programa político ou de sua unidade com os governos do PT, não apresenta o conteúdo da luta

³⁷ Em Junho de 2013 uma série de manifestações formada por parcelas heterogêneas da população brasileira tomaram as ruas das capitais e grandes cidades do país. Inicialmente, estes atos se relacionavam diretamente ao aumento das tarifas do transporte público. Ao longo dos dias da primeira quinzena de junho e com o aumento da violência por parte da polícia na contenção destes atos, o número de pessoas nas ruas cresceu e as pautas e reivindicações no atos também. Tal processo social, colocou uma série de reflexões sobre as formas políticas de atuação da sociedade, além do caráter de classe social deste processo e das características estruturais deste. No entanto, esta importante questão para compreensão das Ciências Sociais não se insere como parte do recorte temporal e conceitual dos autores centrais a esta dissertação.

³⁸ Embora isso tenha ocorrido, os índices de emprego e dos salários permitiram a presidente se reeleger na eleição de 2014 com 4% a mais dos votos, e com um discurso próximo da esquerda. No entanto, no dia seguinte da eleição, já buscava no mercado um novo nome para o Ministério da Fazenda (SINGER, 2016, p. 35 – 44).

de classes, mas recorre a uma estratificação por renda e voto como demonstramos na primeira parte do capítulo.

Ou seja, Singer (2012) faz um diagnóstico sobre o momento político das classes sociais, evidenciando questões importantíssimas que atravessam o debate. Para destacar uma delas, retomamos aqui o exame da alteração da composição da classe trabalhadora após os anos da primeira década do século XXI em que houve o crescimento do emprego, da distribuição de renda, do aumento da oferta de crédito, do crescimento do PIB, da modesta diminuição da desigualdade e a consequente inclusão de uma fração da classe trabalhadora no mercado de trabalho e de consumo. O que Singer (2012) fez, ao reelaborar o questionamento de Neri (2011) e também de Pochmann (2012; 2014), foi lançar luz sobre a dimensão política desse processo. Isto é, de nossa posição metodológica, debater as classes sociais é também analisar a composição das classes sociais, suas posições na luta política, sua relação com o Estado, o caráter de classe social de um governo e como estes momentos são informados por processos históricos.

Em outro ponto de sua tese, relacionado à crítica apresentada até aqui e que se desdobra a partir dela, Singer (2012) indica que, na conjuntura que se seguiu a eleição de 2006 onde nenhuma das classes fundamentais teria força para impor o seu programa, a cena política brasileira teria sido dominada pela centralidade da polarização entre pobres e ricos. Nesse sentido, poderíamos questionar: a fração subproletária representaria na conjuntura brasileira, uma fração de classe “dominante”?

Do ponto de vista da construção analítica, Boito Jr (2013) também critica esta centralidade dos pobres após as eleições de 2006. Para isso, o autor utiliza dados econômicos dos governos do PT, comparando os valores expressados na política de recuperação do salário mínimo e o investimento em programas sociais com os ganhos do grande capital, para afirmar que:

O pagamento de juro, amortização e refinanciamento da dívida pública colocam, anualmente, mais de 40% do orçamento da União nas mãos de apenas 22 mil famílias que detêm os títulos da dívida pública. Em 2012, o valor destinado à dívida pública correspondeu a 47,19% de todo o orçamento, o que equivalia a R\$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de R\$ 1 trilhão (Fatorelli; Ávila, 2013); em contrapartida, a cobertura do programa Bolsa Família, que contempla o impressionante número de 13 milhões de famílias, custa ao Estado apenas R\$ 13 bilhões (MDS, 2013). Obteríamos algo parecido se comparássemos o juro do financiamento para a compra de casa própria com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) praticada pelo BNDES para financiar as grandes empresas que os governos petistas resolveram converter com o dinheiro público em grandes “campeões nacionais”. A taxa de juro para a aquisição de casa própria é mais que o dobro da TJLP. A desigualdade de tratamento é brutal (BOITO JR, 2013, p. 76).

Mediante estes dados, o autor conclui que o subproletariado não está no poder e argumenta que, embora Singer (2012) apresente uma relação de “fidelidade político-eleitoral” desta fração de classe com os governos do PT, “(...) o reconhecimento político decorre, predominantemente, de uma relação ideológica e não do atendimento dos interesses mais sentidos dessa camada da população” (BOITO JR, 2013, p. 176). Além disso, Boito Jr (2013) compreende que o interesse do subproletariado em uma política de distribuição de renda, diferente das aspirações conservadoras dos camponeses em *O 18 de Brumário*, seria progressista e popular. Isto o leva a afirmar que Singer (2012) reconhece esta disposição, mas insiste no caráter conservador do subproletariado imputando-lhes o não rompimento do lulismo com o neoliberalismo. No entanto, para Boito Jr (2013), essa não ruptura dos governos petistas, expressaria, do ponto de vista da análise das classes sociais, o maior peso da “grande burguesia” do que de um suposto domínio do subproletariado, como apreendemos da tese de Singer (2012) (BOITO JR, 2013, p. 177)³⁹.

Do ponto de vista político e ideológico, para as relações de dominação entre as classes sociais, podemos questionar criticamente esta tese de Singer (2012; 2016) nos termos de Francisco de Oliveira (2007) e sua “hegemonia às avessas”. Essa formulação do autor, para analisar a luta entre as classes sociais, tem origem em sua leitura de Antonio Gramsci.

Em Oliveira (2007) o conceito de hegemonia é desenvolvido no sentido de inquirir elaborações políticas e ideológicas das classes subalternas que, na aparência, expressariam uma hegemonia nos termos gramscianos, mas que, contrariamente, se expressa como uma espécie de hegemonia às avessas, ou seja:

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro, e financiam

³⁹ Embora Lobo & Greer (2017) não estejam discutindo as classes sociais no Brasil, o que nos parece interessante é que ao fazerem uma análise dos governos do PT e seu papel na economia, eles indicariam, por outro caminho teórico e metodológico, que o caráter de classe social destes governos, não evidenciariam uma mediação pró-classe trabalhadora, mas uma interferência no sentido de desenvolver o capitalismo no Brasil: “Contudo, como defende Furtado – e é preciso colocar que, a nosso ver, neste ponto que reside a essência do lulismo – “nada assegura que o excedente do setor capitalista [a poupança] seja investido de forma a absorver o setor pré-capitalista” (FURTADO, 2008, p. 64), por isso, a expansão do setor capitalista é apenas a primeira condição para que possa ser interrompida a reprodução do excedente estrutural; a outra condição, tão importante quanto a primeira, é a de que tal expansão se manifeste aumentando a proporção de mão de obra empregada nesse setor(...) Importa agora destacar, portanto, que as condições mínimas, conforme Furtado, para se combater a reprodução do excedente estrutural de mão de obra e do dualismo são: “a) crescimento mais que proporcional do setor avançado e b) aumento da proporção de mão de obra empregada no setor avançado” (FURTADO, 1983, p. 149). Ou seja, o fim do excedente estrutural depende de uma expansão capitalista que seja capaz de absorver as pessoas ocupadas nos setores organizados à base de critérios relacionados com o setor atrasado; um modelo de acumulação capaz de absorver o excesso de trabalho.” (LOBO & GREER, 2017, p. 66).

pesadamente a dívida interna pública. Parece que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda, e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula.

O conjunto de aparências esconde outra coisa (...) O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança⁴⁰ (...) Está-se frente a uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” – derrota do apartheid na África do Sul; eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada” (OLIVEIRA, 2007, p. 3).

Nesse sentido, ao conceituar o avesso da hegemonia, Oliveira (2007) explicita que, do ponto de vista da relação política entre as classes sociais, a conjuntura dos anos compreendidos entre 2003 e 2013, ou os anos dos governos do PT, expressariam uma hegemonia dos dominados que se mantém como dominados, ou seja, não haveria no período, do ponto de vista da luta de classes, a formação de uma hegemonia sobre a liderança política dos subalternos, mas o governo dos pobres como ideologia dominante do período expressaria uma forma de predomínio da classe dominante⁴¹.

Dessa perspectiva, critica-se a tese de Singer (2012) que indica que haveria uma aparente polarização entre pobres e ricos, e uma consequente identidade entre o governo do PT e os pobres, não no sentido de uma estratificação entre renda e voto, ou seja, não no sentido de questionar se os eleitores de menor renda sufragaram os governos do PT ou não, ou se são sua base social. Mas podemos fundamentar a crítica, tomando aqui as palavras de Oliveira (2007), a partir da ideia de que os governos do PT, ao administrarem a manutenção do capitalismo e as relações de dominação de classe, mantiveram a dominação de classe⁴².

⁴⁰ Retomaremos esse argumento no capítulo três quando formos abordar a crítica de Sousa ao *marxismo enrijecido*.

⁴¹ Outro argumento de Oliveira (2010) é que, embora a pobreza absoluta tenha diminuído, é possível cogitar que a desigualdade aumentou. Posto que não é possível medir a diminuição da desigualdade por um problema metodológico “a quase impossibilidade de fechar o decil superior da estrutura de rendas” (OLIVEIRA, 2010, p. 374). Outra questão metodológica, citando: “Leda Paulani, as rendas do capital são estimadas por dedução, enquanto as rendas do trabalho são medidas diretamente na fonte. Medidas indiretas sugerem, e na verdade comprovam, o crescimento da desigualdade: o simples dado do pagamento do serviço da dívida interna, em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra os modestíssimos 10 bilhões a 15 bilhões do Bolsa Família, não necessita de muita especulação teórica para a conclusão de que a desigualdade vem aumentando. Márcio Pochmann, presidente do Ipea, que continua a ser um economista rigoroso, calculou que uns 10 mil a 15 mil contribuintes recebem a maior parte dos pagamentos do serviço da dívida. Outro dado indireto, pela insuspeita – por outro viés – revista *Forbes*, já alinha pelo menos 10 brasileiros entre os homens e mulheres mais ricos do mundo capitalista. Por último, a Fundação Getulio Vargas divulgou, no fim de setembro, uma pesquisa que prova que a classe que mais cresceu proporcionalmente, de 2003 a 2008, não foi a C nem a D. Foi, isso sim, as classes A e B, que têm renda familiar acima de 4.807 reais – e o dado não leva em conta a valorização da propriedade, ações e investimentos financeiros.” (OLIVEIRA, 2010, p. 374).

⁴² Álvaro Bianchi (2017), ao examinar o caráter político do período, compreende que, do ponto de vista das relações políticas, econômicas e portanto de classes sociais, ocorreu a manutenção e a atualização das relações capitalistas, nas palavras do autor: “o que caracteriza o lulismo é uma modalidade de atualização do processo de

Ora, para a concepção metodológica desta dissertação, essa análise parece central. Em Singer (2012), no entanto, ela não é aprofundada ou aparece como uma causalidade da necessidade do lulismo intervir no cenário político já que as classes sociais em luta estariam em segundo plano e haveria uma massa desorganizada que seria a base social e ideológica dessa política, efeito, em nosso entendimento, da divisão que o próprio autor faz metodologicamente.

No entanto, o autor formula um argumento para explicar a ausência da luta de classes na apresentação do surgimento do lulismo, ou, de um movimento sem mobilização. Para isso, Singer (2012, p. 37-38) utiliza a definição de “revolução passiva” extraída da leitura que Carlos Nelson Coutinho faz do conceito de Antonio Gramsci.

Nessa leitura, a possibilidade de transformações sociais vindas “debaixo para cima” não seria possível, restando a alternativa da incorporação, pelas velhas camadas dominantes das demandas populares⁴³. Seria esse, talvez, o ponto epistemológico e político da interpretação de Singer (2012), ou seja, o caráter reformista e sem embate entre as classes sociais, no período, seria explicitado por uma perspectiva que, ao mesmo tempo, influencia a produção teórica e o diagnóstico político⁴⁴.

acumulação capitalista no Brasil, é uma nova forma do capitalismo. Por que teria sido importante destacar isso? Porque, nos permitiria ver o que de fato estava mudando, ou seja, onde residia de fato a inovação, mas também porque permitiria verificar onde as coisas não estavam mudando. Do ponto de vista das instituições políticas da república brasileira, as transformações dos últimos anos foram praticamente insignificantes. As formas institucionais continuam sendo fundamentalmente as mesmas. Não há uma democratização radical, ou nem mesmo uma democratização superficial das instituições da República. Aqui aparece o grande problema do lulismo.” (BIANCHI, 2017, p. 32-33).

⁴³ Para esta leitura, Singer (2012) cita Coutinho: “Deve-se sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir ‘de baixo’, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘debaixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)” (apud COUTINHO, 2007, p. 198).

⁴⁴ O diagnóstico de Singer (2012) que articula esta leitura de “revolução passiva” e lulismo, é uma tese também do Partido dos Trabalhadores. Não apenas de seus intelectuais, dentre os quais encontramos o próprio autor, mas de sua política enquanto governo, podemos identificar essa estratégia. Dilma Rousseff, por exemplo, durante a sua defesa no processo de impeachment no Senado, em resposta ao Senador Cristovam Buarque (PPS), argumentou que a escolha de Michel Temer (PMDB) como vice foi fundamentada no fato de que o então Deputado Federal, em 2010, representaria um centro democrático que se alinharia ao programa de governo do PT, de conquistas democráticas. Extraído de: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/interrogatorio-de-dilma-no-senado-cristovao-buarque-pergunta.html> Acessado em: 10/08/2017.

Ora, parece haver aí uma relação com a leitura de Gramsci que Singer (2012) se filia ao descrever o que seria a nossa “questão setentrional”. Segundo o autor, a partir de 2006 a “massa atrasada”, a massa rural e semirural do Nordeste, se desliga de seu bloco histórico (PFL) aderindo ao lulismo. Se em Singer esse desligamento aparece no movimento da massa popular de setores conservadores em adesão ao lulismo, o movimento do PT, enquanto partido, foi desligar essa representação interna ao Estado cooptando o centro democrático do PMDB? Esta é uma questão que surge da análise e desdobramento da tese do autor, mas que não corresponde ao objeto dessa dissertação e recorte temporal.

Em sentido diverso, da perspectiva teórica⁴⁵ e política, o que aparece como fundamento em Oliveira (2007; 2010), é que o autor busca demonstrar que na luta política entre as classes sociais e no conteúdo histórico que ela apresenta em sua formação no Brasil é preciso considerar que há dispositivos que imobilizariam a luta política anticapitalista, o que o autor nomeia como governar com o atraso⁴⁶. Analisando as classes sociais e seu conteúdo histórico no Brasil, o período de 2003 a 2013 pode ser pensada de outra forma se comparada a formulação de Singer (2012), nas palavras do autor:

Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas(...)
As classes sociais desapareceram: o operariado formal é encurralado e retrocede, em números absolutos, em velocidade espantosa, enquanto seus irmãos informais crescem do outro lado também de maneira espantosa. Em sua tese de doutorado, Edson Miagusko flagrou, talvez sem se dar conta, a tragédia: de um lado da simbólica Via Anchieta, no terreno desocupado onde antes havia uma fábrica de caminhões da Volks, há agora um acampamento de sem-teto, cuja maioria é de ex-trabalhadores da Volks. Do outro lado da famosa via, sem nenhuma simultaneidade arquitetada – aliás, os dois grupos se ignoraram completamente –, uma assembleia de trabalhadores ainda empregados da Volks tentava deter a demissão de mais 3 mil companheiros. Eis o retrato da classe: em regressão para a pobreza. De são Marx para são Francisco.
(...) (OLIVEIRA, 2010, p. 375 – 376)⁴⁷.

Se em Singer (2012) a tese da ampliação da classe trabalhadora via incorporação do subproletariado expressaria uma possibilidade de diminuição das desigualdades econômicas em duas décadas, e de um rearranjo político em que os excluídos ocupariam o centro da cena política e ideológica por meio do arbítrio do lulismo; em Oliveira (2010), as classes sociais

⁴⁵ A leitura do conceito de “revolução passiva” e a interpretação de Gramsci pode ser apreendida em maneira diversa em outra corrente teórica. Edmundo Dias (1997) lê o conceito de “Revolução Passiva” de maneira diversa a da tradição que retoma Carlos Nelson Coutinho, para Dias: “À este conjunto de políticas de contradição Gramsci chama de Revolução Passiva. Essas revoluções ocorreram naqueles ‘países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino’ (CQC 504). Gramsci pensa a Revolução Passiva como um transformação que ocorre mais ‘pela intervenção legislativa do Estado e através a organização corporativa, na estrutura econômica do país’ (CQC 1228, MPE 223)” (DIAS, 1997, p. 17).

Bianchi (2006), retomando esta tradição teórica, compreende que há momentos distintos do conceito na obra do pensador italiano, mas, em síntese, o que é central da interpretação que Singer (2012) incorpora para a análise do lulismo é que em Bianchi (2006) “a revolução passiva” em Gramsci é compreendida como uma forma burguesa de aliança política e de estabelecimento e manutenção das relações sociais capitalistas e não seria uma estratégia reformista de chegada ao socialismo, como na tradição que Singer se filia.

⁴⁶ Na formulação do autor: “Infelizmente para os defensores do eterno casamento entre o avançado e o atrasado, a história brasileira não dá suporte ou evidências do acerto do conservadorismo com enfeite ideológico progressista. Nem mesmo de maneira remota. Até no caso da abolição da escravatura, que talvez tenha de fato subtraído o apoio parlamentar ao trono imperial, abrindo espaço para a República, não se deve perder de vista que ela foi pregada por radicais e realizada por conservadores. Nem se pode esquecer que o gabinete da Lei Áurea era presidido pelo conselheiro João Alfredo, um notório conservador.” (OLIVEIRA, 2010, p. 370).

⁴⁷ Além disso, poderia ser uma forma de elaborar uma análise, nos termos que são pressupostos por Singer (2012), de como as lutas de classes se apresentaram durante o período de 2003-2013, ou seja, a questão de Singer (2017) sobre a ausência de base social para a manutenção do lulismo, em *A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista*, poderia ser respondida nos termos da luta de política entre as classes sociais em luta, como em Oliveira (2010).

“desaparecem” porque a classe trabalhadora em sua força política e social foi afastada da luta de classes já que suas forças foram minadas por um processo duplo: primeiramente, de precarização das condições sociais de trabalho, em segundo lugar, por um “arranjo” político em que o Partido do Trabalhadores, ao governar com o atraso, colaboraria com o afastamento da classe trabalhadora da cena política.

Ou seja, Singer (2012) pressupõe a luta de classes para construir o argumento do caráter pró classe trabalhadora e do subproletariado dos governos do PT (2003-2011), mas ao não apresentar os termos da ausência dessa classe na luta de classes e aprisionar o conceito, metodologicamente, ora referindo-se a determinação econômica, ora a determinação política, o autor abre espaço para análises das classes sociais que não imobilizem em conceito o seu movimento, mas que indiquem em que termos é possível pensar politicamente a classe trabalhadora, ou seja, como um síntese da multiplicidade das classes sociais em sua dinâmica histórica.

Acompanhando o diagnóstico de Oliveira (2010), Leda Paulani (2010) compreende que o centro da dominação de classe está no capital financeiro. Para a autora, como haveria uma dificuldade em compatibilizar o capital rentista com o discurso de que o mercado seria o demiurgo social, a “hegemonia às avessas” tem importância para a consolidação do domínio do capital financeiro, já que:

(...) a hegemonia às avessas pode estar acontecendo no Brasil é, em poucas palavras, que o correlato brasileiro da derrota do *apartheid* sul-africano é a ascensão, ao primeiro plano da política, da questão da pobreza e da desigualdade e a consequente criação do Bolsa Família como forma de derrotá-las. Em contrapartida, além de praticar uma política econômica hiperortodoxa, que penaliza com o desemprego a classe que, em princípio, está exercendo moral e intelectualmente a liderança, Lula teria também sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. Ao nomear ex-sindicalistas para ministérios e presidências de poderosos fundos de pensão, seu governo teria feito com que os movimentos sociais praticamente desaparecessem da agenda política. Sendo assim, se a sociedade está completamente desmobilizada politicamente, de que maneira poderia ter existido qualquer reação que fosse às imposturas permanentemente justificadas pelo estado de emergência econômico que a dominância financeira exige? Com a liderança moral sob o comando das próprias classes dominadas, como se insurgir?

(...) No caso do Brasil de Lula, essa verdade é facilmente constatada pela simples comparação entre o que vem gastando o Estado com o Bolsa Família e o que vem gastando com o pagamento de juros aos detentores de títulos da dívida pública, ou seja, pelo menos dez vezes mais com o último” (PAULANI, 2010, p. 127 – 128).

Ou seja, embora por caminhos metodológicos, teóricos e analíticos diversos, podemos indicar que a crítica presente ao suposto domínio político e econômico do subproletariado defendido por Singer (2012), como característica das relações políticas entre as classes sociais no Brasil de 2003 a 2013, encontra diagnóstico semelhante nas formulações de Boito Jr (2013a),

Oliveira (2007; 2010) e Paulani (2010). No entanto, estes autores e a autora negam esse suposto domínio político indicando outros aspectos políticos para a análise a partir do conceito de classes sociais.

Ao mesmo tempo que Singer (2012; 2016) indica essa centralidade política do subproletariado, salientamos que o autor, no desenvolvimento de sua análise, ao pressupor a luta de classes e não apresentar o seu conteúdo, acaba por fazer imputações analíticas à fração da classe trabalhadora que nomeia como subproletariado, compreendendo-a, desta maneira, a partir de fatores econômicos e/ou político-ideológico que a determinaria externamente.

Isso significa dizer que haveria certo sentido, se tomarmos os mesmos pressupostos de Singer (2012), que a base social do lulismo não seja o objeto da análise de classes sociais do autor. Mas que apareça no autor como objetivo central explicar o poder, ou *árbitro externo*, que determina politicamente esta fração e sua integração política na conjuntura brasileira. Ou seja, nos parece, que em Singer (2012) o subproletariado embora seja pressuposto como fração de classe e como resultado político e ideológico da luta de classes não é analisado com a mesma profundidade que o autor dá ao poder que estaria acima das classes sociais⁴⁸.

Esta forma de conceber a formação e as alterações na composição da classe trabalhadora, localizando-a em aspectos externos, é parte das análises das classes sociais no Brasil. Inserindo-se nessa questão que aparece no debate sobre as classes sociais no Brasil durante os governos do PT (2003-2013), principalmente na interpretação dos impactos na composição da classe trabalhadora do crescimento da formalização do emprego, da renda, do crédito, do acesso à universidade e do consumo de certos bens, encontramos em um texto da década de 1980 uma possibilidade de questionamento a este ponto de vista conceitual e sua presença na Teoria Social Brasileira.

Segundo Sader & Paoli (1986) é possível encontrar uma continuidade nas análises políticas e acadêmicas das camadas populares que se estendem desde as formulações teóricas iniciais, ainda na Primeira República, em autores como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Alberto Torres, até as produções que atravessaram o século XX. Esta continuidade pode ser sintetizada, segundo os autores, em três características:

⁴⁸ Singer afirma: “Os autores do *Manifesto* indicam que o desenvolvimento das forças produtivas tende a criar diferentes *relações de produção e, portanto*, distintas *classes*, em potencial, *mas que estas só se realizam no plano da política*” (SINGER, 2012, p. 23); queremos dizer com isso que, embora o autor use um vocabulário que possa remeter a ideia de que, metodologicamente, trata as classes sociais como um conceito relacional, no desenvolvimento da análise percebemos as cisões, ou seja: ora as classes aparecem como balizadas por fatores econômicos, ora elas aparecem delimitadas por aspectos político-ideológico.

Primeiro, a heterogeneidade de sua composição, que impediria qualquer construção ordenada sobre sua identidade como povo único e singular; segundo, o efeito nefasto que esta heterogeneidade provocaria sobre a capacidade de ação política coletiva popular, exigindo uma intervenção política de fora que incorporasse e organizasse este povo disperso; terceiro, a falta crônica de aptidão para a coletivização que este povo sofreria, pois os grupos que o compõem seriam carentes de integração entre si e com o resto da sociedade, portanto, sem vocação para a solidariedade e para a universalidade. Não menos importante é o fato de que estes pensadores acharam a explicação para a falta de identidade popular, bem como para a falta de capacidade de ação política, na forma histórica desigual da sociedade brasileira (SADER & PAOLI, 1986, p. 42).⁴⁹

É, neste sentido, que entendemos ser possível incorporar a crítica de Sader & Paoli (1986) como parte da construção do debate desenvolvido desde o primeiro capítulo dessa dissertação. É possível notar que em autores como Neri (2011), Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012; 2016), sobretudo ao enfrentarem analiticamente a heterogeneidade da classe trabalhadora, pensam e percebem “(...) *as classes populares como objeto, não obstante a transformação histórica do mundo real de relações sociais neste país e a transformação conceitual dos meios deste pensamento*” (SADER & PAOLI, 1986, p. 45), ou seja, não se trataria da análise de classes sociais, tratar-se-ia, apenas, de uma construção meramente conceitual, como em Neri (2011), ou da classe como resultado de um agente externo que a determina, como em Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012; 2016).

Desta forma, o centro da investigação científica, nos termos da crítica de Sader & Paoli (1986), não eram as classes sociais, mas uma sociedade em vias de desaparecer. Esta é, em nosso entendimento, uma característica teórica muito semelhante ao que é defendido por Singer (2012; 2016). Não seria essa perspectiva metodológica que faz o autor imputar ao subproletariado, de maneira tão veemente, um inerente conservadorismo?

Nos parece, que há dois aspectos da tese de Singer (2012; 2016) que evidenciam uma resposta positiva a esta questão.

O primeiro, é o de imputar esse irremediável caráter conservador a um grupo social tão heterogêneo, ou seja, que poderia ter uma diversidade de posicionamentos tão diversificados quanto sua formação social e que uma análise conjuntural dos múltiplos elementos que constituem essa fração de classe traria, em lugar da imputação, uma caracterização política da classe trabalhadora no Brasil⁵⁰.

⁴⁹ Embora Souza (2012) afirme que não quer seguir a via determinista das correntes teóricas que o autor critica e, com isso, pretende dar voz “ao oprimido”, o autor troca a determinação “econômica” e “político-ideológica” pela incorporação simbólica do “novo espírito do capitalismo”. Esse ponto da argumentação e da crítica será desenvolvido no capítulo três.

⁵⁰ Singer (2012), em *Os sentidos do lulismo*, quando vai se referir ao subproletariado e sua origem regional, retoma Antonio Gramsci (1978 & 2002). Enquanto o autor Italiano, ao se referir aos grupos subalternos, ou a uma massa

O segundo, é o deslocamento dessa base social após 2013, o que teria levado o subproletariado a aderir ao programa neoliberal e deixar o programa político do governo sem base social, ao mesmo tempo, que a burguesia industrial teria aderido, nos termos de Singer (2016), conscientemente a posição da coalizão rentista.

Com isso, o subproletariado não se apresenta no centro da análise, não é o sujeito dela, mas, contraditoriamente e estranhamente, carregaria a anomalia histórica de ser o agente que bloquearia, em alguma medida, o avanço do *reformismo* dos governos do PT.

Isto indica, segundo Sader & Paoli (1986), uma forma paradigmática de classificar politicamente as classes populares, ou seja, elas distinguir-se-iam das classes sociais politicamente organizadas por sua negatividade: “(...) isto é, a falta de uma identidade social e política coletiva, a falta de uma coerência e racionalidade a partir de sua posição objetiva no processo de produção, a falta de uma consciência adequada de classe” (SADER & PAOLI, 1986, p. 49). Como consequência disso, “em vez de promotoras, as classes em luta e os interesses que representam são instrumentos para um grande projeto gestado por um grande sujeito – no limite, as classes sociais como tais aparecem como criaturas do Estado” (SADER & PAOLI, 1986, p. 51), no caso de Singer (2012), do arbítrio do lulismo.

Para nós, o que está em questão aqui pode ser explicado pela escolha metodológica do autor, ou seja, as classes sociais e suas frações, sobretudo a classe trabalhadora, deveriam ser pensadas a partir de uma determinação externa posto que na lógica que orienta a organização de sua tese seria este o procedimento adotado por Singer (2012). Com isso, em lugar das classes sociais e suas determinações e seu processo histórico, encontramos a ênfase em uma outra determinação analítica escolhida pelo teórico.

Como já dissemos, a crítica aqui não se refere ao caminho teórico escolhido por Singer (2012), Pochmann (2012; 2014) e Souza (2012), mas os limites que a ênfase em uma dimensão pode trazer à análise de classes sociais. Embora seja possível criticar a tese de Singer (2012;2016) a partir dessa perspectiva, o autor tem o mérito de trazer ao debate sobre as classes

da população que historicamente se constitui à margem das relações fundamentais entre às classes sociais no capitalismo, e dar a análise do lugar político desses grupos na sociedade italiana de *questão meridional*, Singer (2012) conclui o conservadorismo inerente de sua massa subproletaria a nomeando como a *nossa questão setentrional*. No entanto, Gramsci (2002) critica os teóricos de seu tempo que “em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo, e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolava-se o protagonista e só se fazia sua biografia patológica (...) para um elite social, os elementos dos grupos subalternos tem sempre algo de bárbaro ou patológico” (GRAMSCI, 2002, p. 131). Em debate com Singer (2012), Boito Jr (2013) apresenta crítica semelhante e afirma que embora seja possível verificar um conservadorismo popular, essa questão necessita de uma análise mais profunda, posto que a rejeição as greves como imputação de um conservadorismo popular e adesão ao neoliberalismo seriam dados insuficientes para sustentar a tese de Singer (BOITO JR, 2003, p. 177).

sociais a dimensão política do conceito, não apenas no acesso à renda, ao consumo, ou ao mercado de trabalho, mas também em seu lugar na política. Mas seria possível, na interpretação dessa conjuntura de 2003 a 2013, analisar politicamente as massas dominadas considerando-as a partir da relação entre classes sociais? Ou ainda, como escapar do caminho teórico descrito por Sader & Paoli (1986), ou seja, considerar as classes populares como instrumento analítico ou imputar a elas um caráter anômico, e as analisar como parte da luta política entre as classes sociais?

No sentido destas questões, encontramos em Leandro Galastri (2015) o esforço em “escapar” da construção da análise das classes populares como mero instrumento. Para isso, retomando Gramsci, Galastri (2015) afirma que no autor italiano:

(...) os grupos subalternos são formados pelo conjunto das massas dominadas, mas sem possuir agregação de classe. Os grupos subalternos não estão necessariamente unificados em classes sociais, pois para que isso ocorresse deveriam possuir formações, agregados próprios que interviessem politicamente na relação de forças sociais vigente em determinada formação social (GALASTRI, 2015, p. 144 – 145).

Neste caminho analítico é possível compreender os aspectos da formação dos grupos subalternos, ou as massas que não tem agregação de classe, ou o subproletariado nos termos de Singer (2012; 2016), sem a necessidade de pressupor o seu lugar ou sua consciência política. O que se coloca em questão, nesse modelo de interpretação, não é se o conjunto das massas populares correspondem ou não a um projeto político, mas como se constituem os processos políticos desses grupos. Metodologicamente, não se trata de descrever ou explicar uma determinação ou outra, mas de entendê-la como um conjunto de relações. Com isso, o objeto não é o instrumento externo que determina a formação de uma classe politicamente, mas a formação política dessa classe em processos de luta.

Isto é possível posto que Galastri (2015), ao retomar pressuposto político semelhante ao de Singer (2012; 2016), ou seja, de que em Marx as classes sociais se constituem em seu caráter eminentemente político afirma que:

(...) as classes dominadas formam-se, enquanto *classes*, desde que frações dos grupos subalternos estejam organizadas com o objetivo de colocar em xeque, combater, questionar ou ameaçar algum fundamento material das relações de classe vigentes. Enquanto as classes e frações de classes dominantes encontram-se permanentemente organizadas por meio dos aparelhos do Estado capitalista, as classes dominadas encontram-se política e ideologicamente dispersas na forma de *grupos subalternos* (por exemplo, trabalhadores informais, terceirizados, os baixos estratos do setor de serviços e do funcionalismo público, camponeses pobres ou sem terra, proletariado rural, grupos sem teto, estudantes em situação precária, imigrantes ilegais, operariado urbano ‘clássico’, as frações pobres e despossuídas dos próprios movimentos identitários como os de gênero, raça, religião, etc). Assim, os grupos subalternos seriam, justamente, massas desagregadas impedidas de exercer a luta politicamente

orientada. A formação de uma classe social começa, portanto, *politicamente condicionada* (GALASTRI, 2015, p. 150).

Vemos que, em Galastri (2015), o pressuposto não se dissocia da análise. A luta de classes e o posicionamento das classes sociais em luta aparecem durante a constituição dos grupos subalternos em classe.

Nesse ponto, encontramos no debate sobre as classes sociais no Brasil uma possibilidade que, diferente do que encontramos em Singer (2012), o pressuposto e o que é posto na análise não se separam. Com isso, não se imputa aos “grupos subalternos” formas de consciência, de ação política, ou de adesão a programas, mas se apresenta a análise das condições em que as classes dominadas podem encontrar na luta contra o modelo de relações sociais vigentes a sua unidade política e ideológica. Como afirma Galastri (2014): *“Trata-se de saber como os grupos subalternos, ou frações suas, podem tomar iniciativas históricas. (...) elas se formam a partir de frações dos grupos subalternos que assumem a iniciativa consciente de questionar a hegemonia burguesa em algumas de suas dimensões”* (GALASTRI, 2014, p. 48).

Em síntese, no debate que dá dinâmica ao conceito sobre as classes sociais em sua inserção política, notamos que os dados econômicos apresentados no primeiro capítulo, que explicitam características da conjuntura brasileira de 2003 – 2013, foram utilizados como fundamento empírico de deduções analíticas sobre a posição política das classes. No entanto, indicamos que há análises em que esses dados aparecem como submetidos a compreensão da luta entre as classes sociais, isto é, buscam representar analiticamente as múltiplas determinações que constituem as classes sociais em seus processos nas lutas políticas.

III. AS CLASSES SOCIAIS E SEUS ASPECTOS CULTURAIS

No primeiro capítulo desta dissertação apreendemos das teses de Neri (2011) e de autores e autoras que debatem a pobreza, tais como: Braga (2006), Da Silva (2016), Furtado (2011), Hermeto, Jayme & Martini (2014) e Hoffmann & Kageyma (2006), que da perspectiva econômica, sobretudo das análises fundadas na renda e nas possibilidades de consumo, haveria uma ascensão social como consequência da diminuição da pobreza. No entanto, Pochmann (2012; 2014) trouxe ao debate econômico, como fator central à análise, o conceito de classes sociais que partia das posições no mercado de trabalho, dos recortes de renda e da organização da estrutura social que corresponderia a certo nível de desenvolvimento do capitalismo, além de ressaltar a influência das organizações sindicais na política econômica do governo e o papel deste na ativação de setores econômicos e, conseqüentemente, sua interferência nas possibilidades de mobilidade social.

Com isso, negou a tese da “nova classe média” afirmando a da ampliação da classe trabalhadora e, ao fazê-lo, trouxe ao debate nova dimensão do conceito, ou seja, tratava-se também, segundo o autor, não apenas de nomear, mas de disputar teoricamente e politicamente os processos sociais que ocorriam na conjuntura brasileira de 2003 a 2013, a partir do conceito de classe social utilizado para caracterizar o período.

No segundo capítulo, os dados econômicos que se apresentam desde a introdução desta dissertação apareceram como fundamento da perspectiva que fundamenta o conceito de classes sociais a delimitação da pressuposta esfera social político-ideológica. Nesse sentido, Singer (2012; 2016) utiliza estes números para fundamentar a tese da ampliação da classe trabalhadora, no fenômeno que o autor nomeia como *lulismo*, em que o subproletariado teria centralidade econômica, política e ideológica nas relações entre as classes sociais no Brasil durante o período dos governos do PT, sobretudo após 2006. No entanto, apresentamos que esta inserção do debate não se restringe a deduções a partir de uma estratificação entre renda e voto, além de aspectos teóricos de uma certa tradição da teoria social que pensa as classes sociais, sobretudo as classes populares, não como sujeito, mas como instrumento. Assim, a disputa que dá dinâmica ao conceito nos apresentou possibilidades de análise das classes sociais, por exemplo, em suas formas de elaborar sua ação política na luta de classes e não apenas restringindo as classes sociais a esferas.

Por outro lado, Jesse Souza (2012), ao desenvolver a crítica ao que nomeia como “cegueira economicista” e às teses da “nova classe média” fundamentadas na articulação entre

renda e consumo, insere-se na discussão propondo uma análise que pressupõe as desigualdades simbólicas, para além das políticas e econômicas, como centro da construção da investigação sobre as classes sociais no Brasil nos anos que vão de 2003 a 2010, ou seja, do ponto de vista epistemológico pressupõe-se que a instância cultural determinaria a configuração das classes sociais.

Com o objetivo de seguir com nossa leitura crítica do debate, esta perspectiva e a tese da “nova classe trabalhadora”, de Souza (2012), serão apresentadas neste capítulo. Para isso, partiremos das seguintes questões: em que medida os aspectos simbólicos podem fundamentar a tese de uma nova classe trabalhadora, ou seja, é possível identificar algo novo nas relações entre as classes sociais no Brasil? Seria possível, nesse sentido, encontrar pontos de conexão entre as teses que partem da inserção econômica, política e cultural? E ainda; seria o pressuposto das desigualdades simbólicas uma forma que atualizaria o conceito de classes sociais?

Mediante estas questões iniciais, o capítulo está organizado da seguinte forma: Na primeira parte, *As classes sociais no Brasil: a determinação simbólica do conceito* apresentaremos os aspectos culturais que são destacados para a análise da classe trabalhadora no Brasil no sentido de compreendermos em que medida essas formulações a atualizaria e como estes elementos são mobilizados por Souza (2012) em sua crítica ao reducionismo economicista que, segundo o autor, dominaria o debate sobre as classes sociais no Brasil, buscando, ao mesmo tempo, analisar em que medida a ênfase na “cultura” seria uma alternativa ao método de Singer (2012) e Pochmann (2012; 2014).

Na segunda parte do capítulo, temos a intenção de analisar a tese da “nova classe trabalhadora” com o objetivo de compreender em que medida é possível afirmar o surgimento de uma nova classe social no Brasil a partir de mudanças relacionadas à formalização do emprego, ao crescimento de certos tipos de vaga no mercado de trabalho, ao aumento do valor do salário mínimo, à ampliação do acesso ao crédito para a população de baixa renda, ao crescimento da renda via previdência social ou às políticas de distribuição de renda (como o Programa Bolsa Família), à ampliação do acesso ao ensino superior e o crescimento do PIB.

3.1. As classes sociais no Brasil: a determinação simbólica do conceito

Em *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, organizado por Jessé Souza (2012), encontramos nos textos metodológicos e analíticos que constituem a obra o esforço de compreender, explicar e nomear a conjuntura brasileira que se

desenrolou durante, fundamentalmente, a primeira década do século XXI a partir do conceito de classes sociais⁵¹.

Embora esse esforço aproxime o que é apresentado na obra do debate que se desenvolve nesta dissertação, a base empírica dos artigos de *Os batalhadores* não são os mesmos dados utilizados por Neri (2011), Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012; 2016). Mensurações que, em sua maioria, tem origem em órgãos oficiais ou em pesquisas encomendadas pelo mercado, como demonstramos em nossa introdução. Já a referência objetiva de Souza (2012) é composta por trabalhos de campo, centralmente entrevistas, empreendidos por pesquisadores e pesquisadoras estruturados a partir de um aporte teórico e conceitual comum, que buscaremos apresentar nesta primeira parte do capítulo.

Estas diferenças, expressam, inicialmente, dois pontos metodológicos importantes para o desenvolvimento desta construção em Souza (2012) e, ao mesmo tempo, de seu ponto de vista teórico. Isto é, embora o autor se aproxime de Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012) ao escolher o caminho metodológico que situa conceitualmente as classes sociais em uma determinação social particular, há diferenças metodológica importantes. Antes de expormos a análise de classes sociais apresentada em *Os batalhadores* e, conseqüentemente, a defesa de que haveria se formado no Brasil uma “nova classe trabalhadora”, como se estrutura sua metodologia de pesquisa.

O primeiro ponto metodológico, é a busca por marcar um rompimento com as teses que disputavam o sentido teórico do debate, que aparece em Souza (2012) sob o nome de crítica “à cegueira economicista”. Este julgamento não surge apenas na marcação das diferenças entre as análises, que autor procura enfaticamente acentuar, mas na própria articulação que Souza (2012) estabelece entre empiria e teoria:

A relação entre empiria e teoria é o diálogo constante e de aprendizado mútuo. A própria empiria – pelo menos a empiria crítica, que reflete sobre os seus pressupostos – já é saturada de reflexão teórica, e vice-versa. É o esclarecimento teórico que permite perceber a existência de classes sociais como o maior segredo da dominação social no capitalismo (SOUZA, 2012, p. 45).

⁵¹ Sobre a organização do livro, é importante indicarmos algumas explicações sobre a forma como ele será usado em nosso texto. A obra é composta de dois textos de caráter metodológico a Introdução e a Conclusão, assinados por Jessé Souza, e mais nove artigos (distribuídos em capítulos) assinados por pesquisadores e pesquisadoras em que esse aporte teórico serve para reflexões sobre as pesquisas empíricas e a posterior análise delas. Embora sejam autores e autoras que se inserirão no debate destacando aspectos simbólicos e pesquisas empíricas diferentes, todos os debates apresentados no livro possuem uma unidade teórica e metodológica se comparadas ao que é apresentado na Introdução e na Conclusão, ou seja, compartilham do mesmo conceito de classes sociais e do mesmo referencial metodológico. Dessa maneira, citaremos a análise de cada um dos autores e autoras como parte do mesmo campo teórico.

Com isso, o autor não submete o exame da ampliação da formalização do emprego, do aumento do salário mínimo, da transferência de renda via programas sociais, como o Bolsa Família, e do alargamento da oferta de crédito para trabalhadores de baixa renda na primeira década do século XXI a apenas uma análise de classe social fundada em aspectos subjetivos, mas, ao mesmo tempo, introduz uma concepção da construção do conceito que submete a empiria ao “esclarecimento teórico”.

O segundo ponto metodológico, que não está dissociado deste primeiro, é o esforço que os artigos apresentam no sentido de universalizar tanto os pressupostos individuais quanto a sua base empírica no conceito de “batalhadores” ou “nova classe trabalhadora”.⁵²

Indicadas estas questões, retomemos o que é proposto por Jesse Souza (2012). No autor, o ponto de partida que insere a perspectiva cultural no debate é a crítica ao “*marxismo enrijecido*” e aos “*liberais economicistas*” já que estes não perceberiam a “*gênese sociocultural das classes*” (SOUZA, 2012, p. 22). Ao afirmar isso, Souza (2012) indica que, em seus pressupostos teóricos, uma classe social não estaria circunscrita a um lugar na produção e nem tampouco à certa quantidade de renda e o consumo de alguns bens, mas seria determinada por fatores socioculturais. Com isso, Souza (2012) propõe que o conceito deveria ser entendido como “(...) *uma visão de mundo ‘prática’ que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecida, com exemplos concretos acessíveis a todos*” (SOUSA, 2012, p. 45).

É desta perspectiva que Souza (2012) parte para empreender o que, em suas palavras, seria uma luta teórica contra o domínio político do neoliberalismo. Embora a crítica seja dirigida, centralmente, ao livro *A classe média brasileira*, de Souza & Lamounier (2010), ela

⁵² Embora nos artigos de *Os batalhadores* (2012) sejam utilizadas categorias analíticas de Pierre Bourdieu, entendemos que a construção da pesquisa e do conceito de “nova classe trabalhadora”, ou batalhadores, está ligado à sociologia de Max Weber (1973). Assim como em Souza (2012), como demonstraremos na exposição da tese, em Weber (1973) o esforço do teórico social deve ser o de fazer “uma ciência que pretende elaborar uma ordenação conceitual da realidade empírica” (WEBER, 1973, p. 110). Desta forma, o empírico não apareceria como a causa dos “fenômenos sociais” em sua forma científica. Este pressuposto, nos parece, indica o distanciamento de Souza (2012) dos dados oficiais e de fontes secundárias, já que estes não apresentariam, nos termos weberianos, uma construção científica posto que “(...) o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas”, mas as conexões conceituais entre os problemas” (WEBER, 1973, p. 121).

Por isso, entendemos que a busca de uma base empírica própria tem o sentido de uma filiação ao método weberiano, mesmo que não direta, no sentido de entender que em Souza (2012), a construção conceitual precede o trabalho empírico e o informa em alguma medida. Novamente, voltando a Weber: “o conhecimento cultural (...) simples ampliação da possibilidade de uma segura **imputação** [grifo nosso] dos acontecimentos culturais concretos e individuais da realidade histórica a certas causas concretas e historicamente dadas, mediante a obtenção de um material de observação exato com perspectivas específicas” (WEBER, 1973, p. 122). Outra característica desta filiação metodológica, que buscaremos aprofundar é a crítica “ao marxismo” presente na obra de Souza (2012); nos termos de Weber (1973): “quanto à chamada ‘concepção materialista da história’, é preciso repeli-la com a maior ênfase, enquanto ‘concepção do mundo’, ou quando encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica” (WEBER, 1973, p. 121).

não se restringe a ele⁵³. Isso porque, para o autor, um ponto importante da análise das questões políticas que se colocam em torno da definição teórica das classes sociais no Brasil, está no argumento de que haveria uma massificação do ideário neoliberal. Ou seja, classificar a conjuntura do período dando ênfase à ascensão social dos indivíduos fundada na ação destes no mercado seria desconsiderar, ao mesmo tempo, a possibilidade de mudança social já que esses

(...) afirmadores do mundo (...) esses profetas da afirmação que estão falando todo dia nos grandes jornais da grande imprensa brasileira e dos canais de TV.
O que eles dizem? Eles dizem que a nova classe de ‘emergentes’ brasileiros que ajudaram a mudar a economia e a sociedade brasileira recente mostra o triunfo do mercado (neo)liberalizado e desregulado desde que o Estado político e corrupto e politiqueiro não atrapalhe (SOUZA, 2012, p. 20).

Ao fazerem este tipo de análise, os autores estariam se posicionando e defendendo a desigualdade entre as classes sociais e a manutenção de relações sociais capitalistas. Esses ideólogos neoliberais, segundo o argumento de Souza (2012), tirariam a centralidade da classe trabalhadora como protagonista das mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil durante a primeira década do século XXI, sobretudo, do papel fundamental que exercem trabalhadoras e trabalhadores excluídos que vivem em um país periférico à economia capitalista.

Desta perspectiva os autores neoliberais enfatizam um modelo analítico onde os indivíduos que formam a “classe média” seriam os agentes da modernização do Brasil e com isso afirmam que o país: “(...) *está se tornando uma Alemanha, uma França ou uns Estados Unidos, onde as “classes médias”, e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social*” (SOUZA, 2012, p. 20).

Este questionamento de Souza (2012), ou seja, indicar que há uma dimensão política das teses, e posterior combate a posições conservadoras na teoria das classes sociais não é inédito se retornarmos aos autores que são centrais a esta dissertação e podem, nesse sentido, ser um aspecto de unidade do debate que delimita o conceito de classes sociais as esferas sociais, sejam elas: a econômica, a política-ideológica ou a cultural.

⁵³ Os cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier desenvolveram um estudo encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Citando Marcelo Neri, os autores afirmam que a classe média representaria 52% da população brasileira em 2008 e que é composta por indivíduos que “Impulsionados pelo aumento do emprego e da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, milhões de brasileiros puderam aumentar nos últimos anos seu poder de compra e começaram a adquirir casa própria e automóvel – símbolo mais vistosos do ingresso na classe média - além de uma vasta gama de bens de consumo” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p.2). Além destes critérios, os autores reivindicam o referencial teórico weberiano, no entanto, reconhecem na nota três da introdução que a herança de Weber e de sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* “é aqui tomada como uma orientação flexível, até metafórica, e não com fidelidade teórica estrita” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p.4). Esta forma de estratificação por renda e pelo potencial de consumo já foi explorada por nós no primeiro capítulo, aqui, nos interessa a leitura de Souza (2012) não destes autores mas deste método de classificação social que se funda, em síntese, na articulação entre a renda, o consumo, o crédito, o acesso à educação e identidade política.

Como já vimos no primeiro capítulo, Pochmann (2012), ao criticar os teóricos da “nova classe média”, principalmente Neri (2011), ressaltou a importância política da teoria descrever e explicitar o crescimento do emprego formal e da renda na “base da pirâmide social”. Além disso, a teoria deveria evidenciar o caráter pró-classe trabalhadora de um governo que inverteu as prioridades da política econômica que, após 2003, seriam “distribuir para crescer”. Aspecto que o levou a opor ao conceito de “classe média” uma estratificação por renda e tipos de trabalho. Consequentemente, indicou que a expansão e mobilidade na estrutura de classes sociais no Brasil se deu na composição da classe trabalhadora.

Pochmann (2012; 2014), ao adotar este posicionamento, sugere que no período de 2003 a 2012 ocorreu uma ampliação desta classe social, fato que deslocaria a compreensão da sociedade brasileira em sua estrutura social para os fatores que estruturam o mercado de trabalho, da organização sindical, da política econômica do Estado e da produção e circulação de mercadorias.

Em Singer (2012), esta questão também aparece quando o autor destaca a centralidade, na cena política, de uma fração da classe trabalhadora, o subproletariado. Com isso, assim como Pochmann (2012), o autor afirma a tese da ampliação da classe trabalhadora ao defender a integração do subproletariado via emprego formal e, em movimento simultâneo, a formação de uma identidade política e ideológica que existiria entre esta fração de classe e o *lulismo*. Ora, não queremos retomar aqui estas proposições, mas elas revelam o mesmo movimento que Souza (2012) reivindica ao criticar os teóricos neoliberais.

Esta aproximação pode ser afirmada, em nosso entendimento, pois Singer (2012) enfrentou a perspectiva pública, política e teórica que imputava a uma suposta pobreza cognitiva dos eleitores do PT, sobretudo após as eleições de 2006, a escolha eleitoral destes, principalmente os que possuíam as menores rendas. Ou seja, Singer (2012) combateu o imaginário que se expressava na sociedade, nos meios de comunicação, nas disputas políticas e na teoria o que podemos sintetizar aqui na frase do ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Após o segundo turno das eleições de 2014 e de nova vitória da candidata do PT Dilma Rousseff frente a um candidato do PSDB, o presidente foi questionado sobre as causas desta derrota de seu partido, em resposta, afirmou: *"O PT está fincado nos menos informados, que coincide de ser os mais pobres. Não é porque são pobres que apoiam o PT, é porque são menos informados"*⁵⁴.

⁵⁴ Extraído de: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/fhc-pt-cresceu-nos-grotoes-porque-tem-voto-dos-pobres-menos-informados.htm> Acessado em: 19/07/2017. Este imaginário de que as camadas mais pobres da

Isso manifesta este caráter de disputa política imbricada com a teórica que atravessa, em alguma medida, as análises apresentadas até aqui, não apenas em Souza (2012)⁵⁵. No entanto, embora exista uma identidade nas posições que assumem Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012) na disputa teórica, isto é, a disposição de dar centralidade analítica à classe trabalhadora, há diferenças entre os autores, já que aqueles retomam o referencial marxista e este desdobra a crítica aos neoliberais aos teóricos marxistas.

Sobre esta corrente o autor afirma que “*O marxismo enrijecido não percebe também as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano mais importante e decisivo ainda, a uma “consciência de classe” que seria produto desse lugar econômico*” (SOUZA, 2012, p.22)⁵⁶. Com isso, o “marxismo enrijecido” se igualaria aos liberais economicistas posto que também não perceberiam a “gênese sociocultural das classes” (SOUZA, 2012, p. 22). Isto porque, ao reduzir o critério para fundamentar o conceito de classe social ao “lugar na produção”, segundo Souza (2012), esta corrente teórica deixaria de

classe trabalhadora votariam nos candidatos do PT nas eleições de 2006, 2010 e 2014 apenas como uma “nova” forma de trocar o voto por interesses “do estômago”, ou seja, o imaginário de que não haveria nestes eleitores nenhum cálculo político, apenas uma reação fundamentada em necessidades fisiológicas tem espaço também na teoria. Nesse sentido, por exemplo, citamos novamente Souza & Lamounier (2010), eles afirmam: “Na era contemporânea, a demanda por governos estáveis e responsáveis quase sempre originou-se na classe média” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 133) já que, segundo o argumento dos autores, as suas escolhas políticas seriam mais qualificadas, posto que mais refletidas, já que este estrato de renda, por possuírem maior acesso à educação, teriam o voto fundado em uma racionalidade política superior ao dos mais pobres e desinformados politicamente. Ora, Singer (2012) ao buscar compreender o “voto do subproletariado” fez o esforço analítico de uma compreensão das causas políticas de um movimento político e não imputou, apenas, valores pessoais para a construção da análise desqualificando manifestações eleitorais.

⁵⁵ Além destes aspectos da posição política destacadas até aqui, Souza (2012) afirma que a sociologia deve ser uma ciência que compreende para indicar as possibilidades de mudança, por isso ele afirma: “Nosso objetivo é perceber as ambiguidades constitutivas dessa nova fase do capitalismo mundial e brasileiro e tentar compreender o potencial de ‘chance’ e de mudança possível nesse contexto específico. É assim que compreendemos o dever da sociologia e da ciência crítica no mundo moderno” (SOUZA, 2012, p. 31).

⁵⁶ A polêmica de Wright Mills (1979) com as formulações de classes sociais de correntes marxistas, ao mesmo tempo que retomam a tradição weberiana, delimita uma certa leitura de Marx e os marxistas. Aqui, queremos indicar mais um aspecto da tradição weberiana que se expressa em Souza (2012). O autor brasileiro identifica duas vertentes no marxismo, em nossa leitura: o determinismo econômico e o determinismo da ‘consciência de classe’. Mills (1968) dedicou a obra *Os marxistas* para compreender, de uma perspectiva weberiana, Marx e os marxistas. A profunda e séria leitura da obra destes autores levou Mills (1968) a concluir a tese de que Marx seria um “determinista histórico” e um “determinista econômico”, já que o autor teria apresentado com clareza esta doutrina, posto que o econômico seria a causalidade de tudo, passando por “sua teoria do poder, sua concepção do Estado suas noções bastante simples de classe e seu uso dessas noções (incluindo o proletariado como o veículo de transformação histórica)” (MILLS, 1968, p. 98). Além disso, haveria uma teleologia da história em Marx, fato que poderia ser identificado na ideia de que a ação política seria determinada por uma consciência que se depositaria nos homens, argumento que simplificamos aqui para indicar como Mills (1968) identifica o “determinismo histórico”. Isso tudo para afirmarmos que este parece o outro ponto de ligação entre as teses de Souza (2012) e a tradição weberiana. Diferente do que faz com os “neoliberais”, o autor não apresenta o objeto de sua crítica, ou seja, não indica quais autores e quais elementos haveriam nele para que padecessem do tal “determinismo da consciência” e o “determinismo econômico”. Isso, nos parece, é efeito da incorporação de um leitura de Marx e os marxistas que remonta a uma certa tradição weberiana, como a de Mills (1968).

evidenciar “(...) os fatores e condições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito” (SOUZA, 2012, p. 22-23). Como consequência deste economicismo, esta corrente teórica não conseguiria compreender o centro das desigualdades sociais, que seria, segundo o autor, os fatores não econômicos que estão relacionados à formação e à reprodução das classes sociais ao longo do tempo.

Diferente da crítica aos neoliberais que teriam a intenção de ocultar as desigualdades de classe e defender no mesmo movimento a manutenção da sociedade capitalista tal como ela é, a discordância com “os marxistas” seria por usarem categorias analíticas datadas de um certo capitalismo que não existiria mais. Desta forma, sofreriam de uma falta de compreensão de novas realidades do capitalismo o que limitaria a compreensão do mesmo.

É nesse sentido que o autor afirma: “Onde reside (...) a cegueira da percepção economicista, seja liberal, seja marxista, do mundo? Reside em literalmente não ver o mais importante, que é a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo” (SOUZA, 2012, p. 23).

Para sustentar o distanciamento destas correntes de pensamento, Souza (2012) está pressupondo analiticamente que seria central, para a formulação do conceito de classe social e o consequente exame empírico, a interpretação teórica da aquisição e reprodução de aspectos simbólicos e, conseqüentemente, de sua desigual distribuição na sociedade brasileira. Isso significa que a desigualdade e as diferenças entre as classes sociais não estariam circunscritas, apenas, ao acesso ao emprego, à renda, ao consumo, a propriedade e ao poder político, mas seria determinada pelo simbólico. Vejamos como o autor assevera esta perspectiva.

O processo de aquisição dos aspectos simbólicos de classe social ocorreria, segundo Souza (2012), na família. A desigual distribuição de capital cultural na sociedade brasileira daria aos indivíduos da classe dominante vantagens na estrutura social, pois o mercado de trabalho irá pressupor a incorporação de certos valores simbólicos e as melhores posições neste estariam reservadas para os filhos desta classe social. Portanto, em Souza (2012), para a construção conceitual identificamos a centralidade e a ênfase na compreensão de um conjunto de modos de ser que levariam a ciência a transformar em objeto o desvelar de sua substância em uma presumida estrutura social de desigualdades simbólicas. Em virtude disso, a investigação científica, as pesquisas empíricas e teóricas seriam fundamentais para que se possa descrever a classe social em seu “estilo de vida e sua visão de mundo ‘prática’”, que se torna

comportamento em seus aspectos que seriam, em grande medida, pré-reflexivos ou “inconscientes”.

Neste sentido, a compreensão da hierarquia das classes sociais passaria pela percepção de como os ‘capitais impessoais’ (o capital cultural e o capital econômico) são diferentemente incorporados, conforme afirma o autor:

O capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado modernos. É essa circunstância que torna as classes médias, constituídas historicamente pela apropriação diferencial do capital cultural, uma das classes dominantes desse tipo de sociedade. A classe alta se caracteriza pela apropriação, em grande parte, pela herança de sangue, de capital econômico, ainda que alguma porção de capital cultural esteja sempre presente (SOUZA, 2012, p. 25).

É por meio deste arsenal argumentativo que o autor defende que o centro de sua pesquisa é uma nova e moderna classe social, a saber, os “batalhadores”. Estes trabalhadores, na estrutura social brasileira, estariam localizados entre as classes média e alta e a “ralé”⁵⁷. A “nova classe trabalhadora” de Souza (2012), mediante as alterações do capitalismo no final do século XX, teria sido “(...) incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta” (SOUZA, 2012, p. 26).

As mudanças no capitalismo explicariam as alterações sociais profundas no Brasil, que seriam uma das causas da existência dessa nova classe social. Souza (2012) defende que o capitalismo que surgiu após a reestruturação produtiva que substituiu a gestão do trabalho do período fordista “(...) é “novo” porque tanto sua forma de produzir mercadorias e gerir o trabalho vivo quanto seu “espírito” são novos e um verdadeiro desafio à compreensão” (SOUZA, 2012, p. 26)⁵⁸. Posto que, no autor:

⁵⁷ Assim como Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012), para Souza (2012) haveria uma classe social, ou fração de classe, que estaria, se pensada as relações sociais entre as classes sociais, à margem. Em Souza (2012) essa classe social seria a “ralé”: “(...) uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos, em livro anterior a este, de “ralé” estrutural, (...) uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social é sempre esquecida como classe com gênese e destino comum, e só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tal como violência, segurança pública, problema da escola pública, carência da saúde pública, combate à fome etc.” (SOUZA, 2012, p. 25).

⁵⁸ A referência à tradição weberiana, como dissemos na nota 54 e 56, é aqui explicitada por Souza (2012) na incorporação do sentido de economia desta tradição sociológica para a formulação do conceito de classe social utilizado na obra. Nestes trechos, é possível identificar como Souza incorpora a tese weberiana da “autonomia da esfera econômica” e conseqüentemente, nas sociedades capitalistas, a economia como principal regulação das ações sociais dos indivíduos: “Com a queda do prestígio das justificações religiosas, como Weber já havia percebido, entra em cena o processo de transformação da economia, com a ajuda decidida da ciência e da filosofia, em “esfera (supostamente) amoral”, como se a economia houvesse se libertado de qualquer necessidade externa

(...) todo o processo produtivo fica subordinado a um novo ritmo próprio do capital financeiro que quer diminuir seu tempo de giro como uma estratégia central do novo processo de acumulação ampliada. Agora é o próprio capital financeiro que dita seu ritmo a todas as empresas em todos os ramos produtivos. Mas não apenas a aceleração do giro do capital está em jogo. Também a disponibilidade (ou “flexibilidade”) de atuar em novos nichos de mercado, menores e mais restritos, satisfazendo e criando novas necessidades de consumo que são efêmeras e passageiras. A superação do fordismo também representa a superação do tipo de produção estandardizada, baseada na economia de escala da grande produção de relativamente poucos produtos (SOUZA, 2012, p. 42 -43).

Tais transformações impactariam diretamente a vida dos indivíduos e, por conseguinte, a composição das classes sociais. No Brasil, na primeira década dos anos 2000, a camada das classes populares que teria ascendido socialmente à “nova classe trabalhadora”, nos termos de Souza (2012), seria composta pelos indivíduos que conseguiram “(...) *internalizar e incorporar disposições de crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtiva do novo capitalismo financeiro*” (SOUZA, 2012, p. 48).

O que essa “classe de batalhadores” teria incorporado seria o “Espírito” desse novo capitalismo, ou seja, uma “nova ética do trabalho” que levaria os trabalhadores a se representarem para si, moralmente, como patrões de si mesmo, enquanto o “(...) *real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo o processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível*” (SOUZA, 2012, p. 57).

Se aos trabalhadores o novo “Espírito” teria este sentido, do ponto de vista da acumulação e produção econômica encerraria dois objetivos centrais: “(...) *transformar o processo de acumulação de capital, de modo a voltar a garantir taxas de lucro crescentes, e justificar esse processo de mudança segundo a semântica do “expressivismo” e da liberdade individual*” (SOUZA, 2012, p. 35).

Na forma que Souza (2012) concebe a produção econômica, como demonstramos até aqui, ela aparece como centro organizador das ações sociais no capitalismo e, com isso, haveria a correspondente necessidade de um princípio moral que a justificasse, aos indivíduos, o sentido

de justificação da atividade econômica percebida como acumulação indefinida no tempo, como um fim em si. Na verdade, a própria definição da economia enquanto esfera autônoma, independente de qualquer justificativa ideológica e moral, foi um processo histórico lento que contou com a ajuda das justificações legitimadas pelo discurso científico e filosófico (...)

É, no entanto, apenas percebendo a combinação desses fatores materiais e simbólicos que podemos compreender a universalização da economia capitalista como principal instância reguladora e coordenadora das ações sociais no mundo moderno. A clareza com relação a esse ponto é fundamental para toda a nossa argumentação nesse livro, pois a questão central é, precisamente, perceber ‘em ato’, no instante em que está acontecendo, a dinâmica do capitalismo contemporâneo brasileiro” (SOUZA, 2012, p. 29).

desta ação econômica. Assim sendo, “os batalhadores” são analisados como indivíduos e, ao mesmo tempo, como membros da “nova classe trabalhadora” desde que sejam portadores das seguintes disposições: enquanto agentes econômicos e portadores dos valores necessários que deveriam ser previamente incorporados para a ação social econômica, fundamentalmente, concernentes ao novo “Espírito” capitalista.

É por isso que os batalhadores aparecem ao longo da obra como trabalhadores flexíveis que expressariam “em ato” a incorporação de qualquer tipo de princípio econômico que lhes seja útil para a manutenção e sobrevivência em um mercado altamente competitivo. É neste sentido que o autor afirma a perspectiva subjetiva, ou que aqui nomeamos como cultural, para se contrapor às correntes que Souza (2012) nomeou como economicistas. Seria este sentido moral do trabalho, da atividade econômica e de acesso aos meios culturais de incorporação simbólica que delimitariam a posição de classe social, aspecto que, segundo Souza (2012), o “marxismo enrijecido”⁵⁹ e os “neoliberais” deixariam de compreender.

São estes pressupostos teóricos que Souza (2012) utiliza para interpretar as pesquisas empíricas que fundamentam a sua descrição e definição da “nova classe trabalhadora” que teria se formado no Brasil. Assim, na primeira parte do livro, encontramos os perfis dos “batalhadores” brasileiros. Vejamos como estas descrições aparecem na obra, posto que elas são centrais para que se possa compreender em que medida a inserção cultural traria novos aspectos ao debate que estamos apresentando nesta dissertação.

A primeira representação de trabalhador flexível que aparece na obra, nos termos teóricos apresentados até aqui, é o batalhador de telemarketing. Neste artigo, percebemos a descrição da exploração do trabalhador em um contexto de relações de trabalho precárias. Embora na aparência, por ser um “emprego de escritório”, pareça menos árduo que trabalhos que tenham dimensão apenas física. Este é:

⁵⁹ Souza (2012) é impreciso com relação a sua crítica ao que chama de “marxismo enrijecido” posto que não identifica autores ou correntes do marxismo que poderiam ser classificadas sob este nome. Sobre o suposto “economicismo” que dominaria o marxismo, o autor faz silêncio sobre as especificidades desta corrente teórica. Com isso, não é possível afirmar se Souza (2012) dirige a crítica as correntes economicistas ou se está generalizando a crítica. Se for o segundo caso, para indicar os limites de uma generalização deste tipo, citamos aqui, para exemplificar, um autor marxista que além de criticar o “econômico” como determinação única das classes sociais dá centralidade ao “modo de vida” e a “experiência” como aspectos importantes para a análise das classes sociais. Para E.P. Thompson (2004), em síntese, a *classe* não é construída somente em termos econômicos, pois se baseia na construção histórica. Classe é algo que acontece no *tempo* (como fenômeno histórico) e é também uma construção dos próprios trabalhadores (no caso da classe operária), e não só uma determinação econômica ou social. Ela acontece quando um conjunto de pessoas, como resultado de *experiências* comuns (herdadas ou partilhadas), sente e articula a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

(...) um trabalho como este congrega duas dimensões. O lado intelectual dessa profissão também não pode ser idealizado, pois exige competências intelectuais gerais, certo nível de conhecimentos gerais em informática e que em nada se assemelha às ocupações altamente qualificadas, em que as competências intelectuais em questão são muito mais especializadas, utilizadas para a concepção de novas mercadorias, serviços, tecnologias etc. Portanto, as competências intelectuais também estão conectadas ao corpo, pois este esforço intelectual contínuo e repetitivo tende a causar, por exemplo, dor de cabeça e nos olhos. É precisamente neste aspecto que o telemarketing é um emprego em que, a despeito de sua imagem, o trabalhador paga com o corpo e a “alma”. (VISSER, 2012, p. 68 – 69).

Nesse sentido, os operadores de telemarketing, em geral jovens, expressariam as disposições incorporadas durante a educação escolar e no ambiente familiar para serem trabalhadores em um setor que se apresenta como de “passagem”, posto que a permanência neste tipo de trabalho, conforme exposta na análise do artigo, é baixa. Mediante estas questões, o incentivo ao aumento da produtividade é constante e o reconhecimento e valorização subjetiva destes trabalhadores são centrais.

Com este objetivo, as palavras de motivação, os prêmios por metas atingidas e as festas oferecidas aos operadores, ao mesmo tempo que aparentam menos formalidade, menor controle e exploração dos trabalhadores, cumprem a função de velar um cotidiano onde a intensificação do ritmo de trabalho, os desgastes com clientes e o controle do tempo são constantes (VISSER, 2012).

Desta forma, conclui-se que este é um tipo de trabalho formal precário que teria como particularidade, nas palavras do autor, a necessidade de um novo tipo de trabalhador que se diferenciaria do operário da indústria fordista, com isso: “*O batalhador formal precarizado corresponde, então, a este trabalhador capaz de altos sacrifícios pessoais, físicos e psicológicos, adaptável às imposições arbitrárias das empresas que exigem nada mais do que somente a sua flexibilidade*” (VISSER, 2012, p. 70).

Ora, nos perguntamos, qual seria o objetivo de descrever o labor dos operadores de telemarketing? Para nós, esta descrição é essencial em duas acepções. Primeiramente, pela relevância que o que é apresentado em *Os batalhadores* tem para o debate sobre as classes sociais no Brasil durante os governos do PT (2003-2013).

Se em Pochmann (2012; 2014) pela descrição dos tipos de trabalho que cresceram na base da pirâmide social brasileira conseguimos, como vimos no primeiro capítulo, dimensionar sobre quais estratos de renda e quais tipos de trabalho foram impactados na primeira década dos anos 2000, em Souza (2012) temos a descrição do caráter precário deste tipo de trabalho.

Em segundo lugar, a descrição dos “novos” tipos de trabalhadores feita pelos autores e autoras, nos será base para a análise da tese da “nova classe trabalhadora”, algo que faremos na próxima seção do capítulo. Indicada a importância da exposição, retomemos a apresentação.

Se no mercado de trabalho formal, o batalhador, segundo Souza (2012) deveria ser portador do “novo Espírito” do capitalismo, no mercado informal, as disposições necessárias seriam incorporadas em outra medida. Em o batalhador feirante⁶⁰ percebemos que a questão central é apresentar como a corporificação de práticas administrativas seriam a condição subjetiva necessária para o sucesso destes trabalhadores. Estas disposições, indispensáveis ao batalhador comerciante, teriam se tornado corpo por meio das experiências profissionais anteriores e no ambiente familiar (SÁ & BARBOSA, 2012, p. 93).⁶¹

Com isso, evidencia-se um aspecto da tese apresentada em *Os Batalhadores* (2012) que a diferencia das definições, apresentadas até aqui, de trabalhador e trabalho. Em Pochmann (2012; 2014), para exemplificar este ponto, vimos, no primeiro capítulo, que a relação de assalariamento, a origem histórica, a localização nas relações de produção e os tipos de trabalho seriam centrais para caracterizar o trabalhador. Já em Souza (2012), encontramos nos operadores de telemarketing alguma semelhança com esta definição de Pochmann (2012; 2014), mas no caso do comerciante, proprietário de uma barraca na feira, a distância na forma conceitual se evidencia. Ou seja, em Souza (2012) seria trabalhador o indivíduo que incorpora certas disposições subjetivas para o labor que correspondam às demandas da organização econômica de uma dada sociedade.

Nesse sentido, o trabalhador, como veremos na caracterização completa mais adiante, poderia ser um assalariado precarizado, ou um autônomo em um pequeno negócio, ou um

⁶⁰ SÁ, Márcio & BARBOSA, Felipe C. “O Batalhador feirante e sua administração”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 85-104.

⁶¹ Estas questões e caminho analítico são retomadas em MACIEL, Fabrício. “Batalhadores feirantes, o ver-o-peso de Belém e a feira de Caruaru”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 149-171. Há ainda o acréscimo de outras disposições subjetivas que seriam necessárias para a atividade econômica. Além disso, busca-se, nesse artigo, dar conta de universalizar os dados das pesquisas empíricas com os feirantes a partir destes aspectos subjetivos que tornaria estes indivíduos parte de uma “nova classe trabalhadora”: “Em suma, temos aqui três trajetórias de vida bem distintas, que não podem ser facilmente generalizadas como tipos ou perfis sociais homogêneos. Entretanto, elas reproduzem certos padrões de classe que contribuem para definir esta nova classe trabalhadora, que estamos chamando aqui de batalhadores, sejam eles empreendedores ou não. São eles: 1) origem familiar estruturada, infância vivida com pai e mãe juntos, sem passar necessidade material imediata; 2) disposição para o trabalho esforçado e honesto, o que significa também desejo de dignidade; 3) disposições econômicas básicas para cálculo e administração primários. Quanto ao batalhador empreendedor, os elementos diferenciais, afora os demais, o que podemos chamar de “disposições secundárias” de empreendedor, além das “disposições primárias” do batalhador no geral, parecem ser: 1) disposição e cálculo para autossuperação; 2) disposição para chefia e liderança” (SOUZA, 2012, p. 170-171).

empreendedor, desde que seja um indivíduo portador das disposições subjetivas necessárias às demandas do mercado capitalista por um trabalhador flexível. É interessante notar que se mostra com muita evidência a escolha por situar, conceitualmente, trabalho e classes sociais dentro da pressuposta esfera social cultural ou simbólica.

É nesta caracterização de trabalho que o batalhador empreendedor rural apareceria como membro da “nova classe trabalhadora”. Para este, duas seriam as condições básicas para o sucesso no mercado: “(...) a conciliação entre trabalho árduo e conhecimento específico do ramo, combinada com uma força produtiva familiar” (MACIEL, 2012, p. 107).

Novamente vemos, como já dito, a centralidade das relações familiares na formação dos indivíduos batalhadores. Posto que, a reprodução dos indivíduos da classe dos batalhadores no tempo dar-se-ia também por meio da família, neste sentido teórico caberia a ela:

(...) reproduzir, em cada indivíduo – de forma durável e inconsciente – a ordem do mundo, ou seja, a dominação impessoal, que ultrapassa sempre os limites da própria família; e, ao mesmo tempo, dotar o indivíduo da racionalidade prática, de um sentido prático da classe, capaz de antecipar a ordem do mundo, ou seja, a capacidade de agir no mundo em compatibilidade com suas estruturas, antecipando essas estruturas e sobrevivendo a elas.” (BERG, 2012, p. 127-128).

É nessa acepção conceitual, não de classe social apenas, mas como é definido trabalho por Souza (2012) e pelos autores e autoras de *Os Batalhadores*, que seria possível incluir de trabalhadores do telemarketing aos empreendedores rurais como integrantes da mesma classe social. Embora o conceito de trabalho não seja o objeto desta dissertação, é mediante esta forma de definição que aspectos simbólicos aparecem no autor como o fundamento de sua construção analítica.

Mediante esta posição, talvez, que os autores e autoras entendam que sua tese negaria o economicismo dos “marxistas enrijecidos” e dos “neoliberais”. No entanto, embora o pressuposto da atividade do trabalho sejam aspectos subjetivos como o “Espírito do Capitalismo” e valores apreendidos na família e na formação escolar, que na forma como são descritos ao longo da obra nos dão um conjunto riquíssimo de elementos para pensarmos o modo de vida da classe trabalhadora no Brasil, o conceito de classe social continua no campo econômico. Ou seja, é na dimensão do ato econômico que se efetiva o trabalhador, que existiria simbolicamente em potência, segundo Souza (2012).

Se nos colocássemos nessa perspectiva, poderíamos questionar Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e os “neoliberais” sobre o modo de vida, fora do espaço estritamente do trabalho, de seus trabalhadores. Possivelmente, se nos mantivermos na análise das obras que são objeto desta dissertação, não encontraríamos a riqueza de informações sobre esta descrição que

encontramos em Souza (2012), Visser (2012), Sá & Barbosa (2012), Maciel (2012) e Berg (2012). No entanto, os autores se equivalem quando evidenciamos que o centro da análise de classe social é a economia, apenas se diferenciando pela escolha do aspecto que será destacado na descrição: para aqueles os objetivos e para estes os subjetivos.

Embora os autores se assemelhem nisso, enfatizar a compreensão de aspectos imateriais e apresentar uma descrição do modo de vida da classe trabalhadora não é um mérito pequeno. Assim como de Pochmann (2012; 2014) extraímos os tipos de trabalho e de Singer (2012) a possibilidade de debater os aspectos políticos-ideológicos, reduzindo aqui o que já foi exposto com maior profundidade, a descrição do modo de vida da classe trabalhadora traz a esse debate material importante para a análise da classe trabalhadora no Brasil.

Um exemplo disso é uma questão que já anunciamos no segundo capítulo. Como vimos, segundo Sader & Paoli (1986), há uma característica que percorre certa tradição da teoria social onde se compreende as classes populares como anômicas. Nesse sentido, buscamos compreender a partir das questões postas pelo debate político as possibilidades de transcender esse momento analítico, ou seja, configurações analíticas que buscassem a apreensão das classes populares por sua forma de ser e não por suposições de como elas deveriam ser ou se apresentar na sociedade, ou seja, pelas relações de classe social que ao mesmo tempo que as constitui é constituída por elas.

Berg (2012), ao transformar a família das classes populares em momento analítico necessário para compreender a sua “nova classe trabalhadora”, afirma uma concepção diversa da propagada pela mídia e certos setores da sociedade. Para a autora, a família do batalhador é um espaço de relações sociais duráveis, ultrapassando a mera relação mecânica de dependência econômica entre os membros. Os fundamentos destas seria, segundo o autor, o:

(...) trabalho como um valor moral a ser aprendido desde a mais tenra infância, através do aprendizado prático do trabalho, e no sacrifício individual, na abnegação em favor da sobrevivência física e social do grupo familiar que, segundo Durkheim, é o fundamento de todo e qualquer ato moral (BERG, 2012, p. 148).

Outra questão que emerge com maior destaque, nesta perspectiva, é o racismo. Como vimos, em Pochmann (2012), por exemplo, a maior parte da classe trabalhadora é negra⁶² e,

⁶² Segundo Pochmann, como já apresentamos no primeiro capítulo, dos 14,4 milhões dos postos de trabalho criados até 2011, 72,4 são ocupações de até 1,5 salário mínimo; destas, 6,1 milhões são trabalhos no setor de serviços, 2,1 milhões no comércio, 2 milhões na construção civil, 1,6 milhões escriturários, 1,3 milhões na indústria têxtil e de vestuário e 1,3 milhão no atendimento ao público. Nessa faixa de remuneração, 10,6 milhões tem entre 25 e 44 anos. Do número total dos postos de trabalho criados, 77,2% dos empregados nessa faixa de remuneração são não brancos, 85% estudaram até o Ensino Médio e 60% foram ocupados por mulheres (POCHMANN, 2012).

também em Neri (2011), com o aspecto “moreno” de sua “nova classe média”. Desta maneira, embora não seja uma questão nova, no entanto, o referencial teórico que Souza (2012) traz ao debate é a relação entre outras formas de desigualdade social combinadas às desigualdades entre as classes sociais. Se ao batalhador às condições de sucesso e ascensão social seriam, nos termos do autor, as descritas até aqui, para a mulher negra não basta ser uma trabalhadora flexível, disposta a longas horas de trabalho e que tenha incorporado as novas formas de dominação, a ela é necessário embranquecer (OLIVÉRIO, 2012)⁶³.

Com esta análise, por exemplo, poderíamos criticar a tese de Neri (2011) de ascensão social já que do ponto de vista das desigualdades de gênero e etnia as estruturas de desigualdade não são debeladas, apenas, com o crescimento da renda e do consumo.⁶⁴

Na segunda parte de *Os batalhadores*, as teses se deslocam para a análise da *economia política do batalhador*, momento importante do desenvolvimento da análise de classe social já que é onde se busca fundamentar a universalização, para dar unidade ao conceito, da base empírica apresentada na primeira parte da obra.

Para isso, desenvolve-se uma articulação entre uma apropriação popular da religião e a ética do trabalho, ao mesmo tempo, examina-se o suposto conservadorismo popular e as teses do populismo. Para Medeiros (2012), não se trata de imputar aos trabalhadores da “nova classe trabalhadora” um certo conservadorismo, como faz a tradição liberal. Seria necessário, segundo o autor, compreender o sentido desta forma de localização política destes batalhadores. Com

⁶³ Segundo a autora do artigo: “O embranquecimento é um processo moderno de dominação do qual o negro na sociedade brasileira não consegue escapar caso obtenha alguma ascensão social. Não é uma questão de escolha para ele, porque o embranquecimento é imposto pelo modo de vida dominante. A mídia é o meio por excelência de propagação desse modo de vida. As pessoas mais bonitas raramente são negras, os bens de consumo (desde uma garrafa de cerveja, pasta de dentes até um carro) vêm acompanhados de gente muito bonita – nenhum ou apenas um negro. As propagandas acabam revelando que existe uma vida “boa”, de “sucesso” que não é projetável para negros e pobres. Ao telespectador (que nunca vai alcançar aquela vida ali mostrada) resta engolir seco e lutar com armas fracas por bens escassos. A condição para o reconhecimento do negro como digno passa pelo embranquecimento.” (SOUZA, 2012, p.184). É nesse sentido que emerge a especificidade da dominação da “batalhadora negra”, ou o que ela deve incorporar para ser dominada.

⁶⁴ Nina Madsen (2013) destaca, na análise do mesmo período que Souza (2012), o recorte de gênero e étnico-racial. Para a autora “(...) a pobreza produzida em nossa sociedade atua e existe a partir de uma estrutura patriarcal e racista” (MADSEN, 2013, p.137). Partindo desse recorte, a autora argumenta que não há uma nova classe média, pois o que se vê é a centralidade da manutenção da dominação de gênero e étnico-racial entre a parcela da população em que a renda, consumo e mobilidade social, interpretados por Neri (2008), “ascendeu” à uma “nova classe média”. Para que a “nova classe média” ascenda nos termos do governo e de Neri (2008), ela “(...) se escora na velha e injusta divisão sexual do trabalho, reproduzindo condições de vulnerabilidade na vida das mulheres (...)” (MADSEN, 2013, p.139). A autora ainda acrescenta que 64% dos trabalhadores que compõem a ‘nova classe média’, nos termos de Neri (2011), são trabalhadores domésticos, destas apenas 26,4% tem carteira assinada, número que cai entre as mulheres negras e chega a 24,6%, com rendimentos que variam respectivamente entre R\$ 364,80 a R\$ 386,40 (MADSEN, 2013, p. 143).

isso, afirma-se que estes trabalhadores encontram na religião um fundamento para “aceitar a tragédia do mundo” e ao mesmo tempo atribuir valor ao seu trabalho:

Como veremos a seguir, elementos do que designamos, seguindo inspiração weberiana, como uma “ética do sofrimento”, ou da purificação e salvação pelo sofrimento, que remonta às origens do cristianismo e permanece como conteúdo objetivo de sentido em práticas quase naturalizadas entre católicos, praticantes ou não, unidos à rotina de trabalho duro que disciplina o corpo numa ascese quase espontânea, aprendida desde a mais tenra idade no contexto de uma unidade de produção doméstica, permanecem como recurso de interpretação e de ação no mundo, isto é, de práxis no horizonte de um “mundo da vida” (...) Além do mais, aponta a compreensão tática de uma luta de classe, simultaneamente material e simbólica, que parece óbvia para os batalhadores, embora apareça sempre sob o nome de “pacto social”, “inconsciência de classe” ou “manipulação das massas analfabetas” na boca dos intelectuais adeptos a um liberalismo amesquinhado, hoje hegemônico no Brasil (MEDEIROS, 2012, p. 204).

Em vez de uma posição de espera, de “clientelismo”, essa unidade entre catolicismo popular e a ética do trabalho daria ao batalhador o papel de sujeito em sua ascensão social por meio de seu trabalho, durante a primeira década do século XXI, no Brasil⁶⁵. Ou seja, em lugar de uma ação política e econômica desprovida de cálculo, teríamos, segundo Medeiros (2012) um cálculo baseado na “acumulação” fundada no trabalho árduo. Com isso, seria possível limitar as possibilidades de escassez econômica no futuro. O fundamento desta ascese do trabalho, seria, desta forma, uma penitência do presente para a glória no futuro. Assim, segundo a autora, o conservadorismo pode ser explicado por uma necessidade que esta “nova classe trabalhadora” teria de garantir a estabilidade.

Outro aspecto que daria unidade de classe social entre os batalhadores empregados ou autônomos, empreendedores, donos de negócios próprios bem sucedidos e empregadores, além da família, da flexibilidade, desta ética do trabalho: “*A empatia com indivíduos que estão, sob*

⁶⁵ Novamente neste ponto, como dissemos no início deste capítulo, é possível identificar em que marcos se dá a crítica ao “economicismo liberal” na obra: “Nesse caso, a religiosidade católica popular, de acordo com a dialética do “santuário e oficina”, e bem ao contrário da visão de Sérgio Buarque de Holanda – para quem o culto aos santos e os oratórios familiares geram uma intimidade com as coisas sagradas estranha à “verdadeira religiosidade” e fundadora de uma fraqueza de espírito, vontade e personalidade características do personalismo de seu “homem cordial” (...) –, mostra-se fundamental para uma organização ascética da vida, ao mesmo tempo passiva, de aceitação da tragédia do mundo com todas as suas contradições, e ativa, que permite identificar e desenvolver armas para lidar com ela. Talvez não seja outro o fundamento do conservadorismo de que as classes populares são reiteradamente acusadas por sociólogos e cientistas políticos, um conservadorismo que pode significar simplesmente a necessidade de que o mundo de amanhã seja pelo menos parecido com o de hoje, seja previsível, para que se possa sobreviver com as poucas armas de que se dispõe. Mas podemos vislumbrar na base de todo o orgulho que o batalhador sente de sua trajetória de labuta e sofrimento esse pano de fundo religioso da ascese do trabalho como penitência em um mundo onde todos estão perdidos, ligado a uma estrutura corporal e mental de origem rural, ou à sua sombra, porque estruturada não segundo uma lógica temporal linear, de “planejamento”, mas a partir de uma temporalidade circular de “previdência”, de conformação com os ciclos da natureza, ao mesmo tempo que se tenta precaver da escassez por meio da diligência e do trabalho” (MEDEIROS 2012, p. 211 – 212).

uma dimensão, em contradição com seus próprios interesses, mas, sob outra, constituem seus semelhantes, provenientes de uma trajetória parecida com a sua própria, implica a existência de profundas relações de identificação” (MEDEIROS, 2012, p. 235).

Com isso, a autora pretende afirmar que até mesmo as posições políticas dos “batalhadores”, não importa se estão, na relação de trabalho em lados opostos, seriam influenciadas por uma “marca de origem”, ou uma trajetória de trabalhos precários que seria compartilhada entre os diferentes tipos de “batalhadores”:

Enfim, embora esteja fragmentada em uma massa de trabalhadores diversificados, desde operários fordistas, empregados irregulares, trabalhadores autônomos, até microempresários, essa massa se percebe como classe, classe trabalhadora, e talvez possa apresentar, de acordo com o contexto da luta de classes, interesses e objetivos em comum a partir desse pano de fundo compartilhado intersubjetivamente. Do batalhador rural ao microempreendedor, do camelô ou negociante autônomo ao empregado de fábrica formal ou irregular, esses diferentes atores podem, apesar de localizados em frações com características e interesses peculiares, articular os valores que tacitamente compartilham em comum e mobilizar uma solidariedade vivenciada implicitamente, revelando uma “consciência horizontal” quando o contexto lhe é propício e quando surgem canais próprios capazes de canalizar tais sentimentos (MEDEIROS, 2012, p. 240).

Esta busca pelos termos em que se poderia delimitar a unidade política para uma classe social é, em verdade, a inserção da autora e do conjunto de artigos que compõem *Os batalhadores*, em um tema que atravessa as análises de classes sociais na primeira década do século XXI, no Brasil, o posicionamento ou “(...) a adesão em peso das camadas populares ao que se convencionou chamar de ‘lulismo’” (MEDEIROS, 2012, p. 241).

Novamente, a lógica religiosa é, como determinação subjetiva, apontada como causalidade da identidade das chamadas “camadas populares”, da qual faria parte a “nova classe trabalhadora”, com Lula. O sentido desta identificação estaria no que Max Weber chamou de “profecia exemplar”.⁶⁶

Segundo Medeiros (2012), as entrevistas com os diferentes tipos de “batalhadores” indicariam o sofrimento, ao longo de sua trajetória de vida, como um valor positivo. Ao mesmo tempo, o presidente Lula apresentaria as características do profeta exemplar:

(...) em primeiro lugar, sua vida de retirante do sertão nordestino e trabalhador, bem como a persistência diante da frustração da derrota por três vezes seguidas, representa não apenas a trajetória de sofrimento característica de todo batalhador, mas também o horizonte final de redenção representado pela vitória. Por outro lado, os ataques contínuos da mídia desde o escândalo do mensalão – os quais, na apreciação dos batalhadores, eram contrastados empiricamente pela eficácia de suas políticas sociais na melhoria de sua condição de vida – foram interpretados como uma tentativa dos poderes tradicionais, que serviam às “elites”, de minar seu governo porque lutava por

⁶⁶ WEBER, Max. A psicologia social das religiões mundiais. In: *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1978, p. 328.

justiça social. Assim, os três elementos aparecem aqui para compor o quadro profético: a ascese pelo sofrimento, a defesa de um valor sagrado – a justiça social – e a perseguição resultante da “oposição aos poderes tradicionais”. (MEDEIROS, 2012, p.253).

Embora a explicação e o referencial teórico seja diverso do apresentado em Singer (2012) a identificação entre Lula e “as camadas populares”, em Medeiros (2012), ocorre a partir de fatores subjetivos de identificação entre a “massa” e o líder político.

Em Medeiros (2012) o então presidente aparece como “profeta exemplar”, em Singer (2012):

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da atividade do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital (SINGER, 2012, p. 15).

Se nesse sentido, embora por pressupostos teóricos diferentes, a compreensão da adesão e unidade política de classe em torno dos governos do PT estaria ligados a aspectos individuais e subjetivos de identificação com o líder, Singer (2012) apresenta um argumento de afastamento desta tese. Ou seja, se para se formar como processo político com fundamento de classe social o lulismo necessitou de uma identificação deste tipo, com a eleição de Dilma Rousseff em 2010 as teses sobre a liderança carismáticas seriam desmentidas, “(...) pois, mesmo sem o carisma e a capacidade retórica de Lula, Dilma conseguiu equilibrar as tensões importadas para dentro do Estado e manter o discurso que equaciona, em estilo lulista, as disparidades do capitalismo nacional” (SINGER, 2012, p. 40).

Em nossa leitura, o que leva Medeiros (2012) a restringir a compreensão do processo político a relação entre sua “nova classe trabalhadora” e a suposta “liderança carismática” de Lula é a ênfase que a autora dá a fatores subjetivos como explicativos para pensar a unidade de classe dos batalhadores⁶⁷, é na perspectiva teórica que aprisiona o conceito nas determinações subjetivas que ela aparece.

Como vimos, a religião e a análise de sua relação com a racionalidade econômica é central para a construção do conceito de classe e sua aplicação na compreensão da conjuntura

⁶⁷Embora se possa argumentar que “*Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*” foi escrito antes da eleição de Dilma Rousseff em 2010, não parece ser esse o motivo que justifica a escolha da “liderança carismática” como fator explicativo para a unidade de classe social que existiria com os governos do PT. Isso porque, no ano de 2012 foi publicada uma nova edição do livro revisada e esta tese se manteve na obra.

brasileira. Nesse sentido, a terceira parte do livro busca explicar com maior profundidade esta relação. Este encontro entre classe e religião, ou, em termos weberianos, dar conta de explicar as afinidades eletivas entre os batalhadores e o pentecostalismo (ARENARI & TORRES, 2012, p. 311). A religião neopentecostal e sua forma de organização seria, na acepção do autor, o espaço de incorporação de pressupostos necessários para os batalhadores agirem socialmente. Ao mesmo tempo, esta religião reforçaria os laços familiares dos batalhadores, além de acentuar a crença no sucesso profissional.

Como vimos até aqui, em Souza (2012), Visser (2012), Sá & Barbosa (2012), Maciel (2012), Berg (2012), Olivério (2012), Medeiros (2012) e Arenari & Torres (2012), a análise de classes sociais que enfatiza aspectos simbólicos e que pressupõe que o conceito de classes sociais estaria situado em uma esfera social particular, evidencia tais pontos: a precarização do trabalho formal; o peso da massa de trabalhadores informais que tem em sua trajetória de vida a marca da informalidade e da dominação por meio da incorporação de formas de gestão do trabalho que daria a esses trabalhadores as condições de se movimentarem em um “mercado de trabalho flexível” e; por fim, a articulação destas questões materiais e subjetivas com o catolicismo popular e o neopentecostalismo para analisar as posições políticas da “nova classe trabalhadora”.

Além disso, embora mantenha o conceito de classe social como o fundamento teórico para a análise das desigualdades sociais, compreende que as desigualdades de classe social são atravessadas por questões de “gênero” e “raciais”.

Neste sentido, se observarmos as teses que apresentamos desde o primeiro capítulo, estes seriam aspectos novos introduzidos pela inserção cultural do conceito de classes sociais ao debate desenvolvido, centralmente, por Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012).

Mediante estes pontos, nos questionamos: haveria uma nova classe social no Brasil que teria emergido no final da primeira década do século XXI?

3.2. A tese da “nova classe trabalhadora”

Como temos apresentado desde o primeiro capítulo desta dissertação, Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012) apresentam aspectos importantes para a descrição e análise da classe trabalhadora no Brasil de 2003 a 2013, isso do ponto de vista, respectivamente, das condições de produção e reprodução econômica, representação política e modo de vida.

No entanto, a referência constante aos clássicos da Teoria Social nos indica que não há, no debate, uma nova forma de construção do conceito de classes sociais. O que há, do ponto de

vista aqui teórico e metodológico, é o importante esforço dos autores de atualizar a utilização do conceito de classes sociais na conjuntura de 2003-2013, em alguma medida.

Desta atualização, diferente do que defendia Neri (2011), o período é caracterizado como o de mudanças na classe trabalhadora. Pochmann (2012;2014) e Singer (2012) defendem que ocorreu a ampliação da classe trabalhadora, já Souza (2012), defende que teria surgido uma “nova classe trabalhadora” no Brasil. É no sentido de compreender o que haveria de “novo” na relação entre as classes sociais no país e, sobretudo, na conformação da classe trabalhadora que seguiremos nesse capítulo.

Ricardo Antunes (2009), embora não esteja diretamente debatendo com os autores que expusemos até aqui, se insere na dimensão teórica que disputa o sentido do conceito de classes sociais, em principal, no debate interno às correntes da teoria social marxiana. Aqui, o autor nos parece pertinente, pois a formulação do conceito de classes sociais de Antunes (2009; 2015) oferece instrumentos para analisar as teses desenvolvidas por Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012), além da tese da “nova classe trabalhadora”.

Essa relação se explicita na questão de fundo que percorre a produção teórica de Antunes, qual seja: “(...) *qual é a conformação atual da classe trabalhadora? (...) qual é sua forma de ser hoje?*” (ANTUNES, 2015, p. 25).

Tal questão pressupõe elementos analíticos que devem ser considerados, segundo o autor, em uma análise sobre as classes sociais. Um desses elementos é o trabalho; mas não o trabalho no sentido que vimos até aqui, mas como uma relação social, compreendido como um processo de trabalho que em sua relação com suas configurações sociais produzem formas de ser dos assalariados, ou, na definição de Antunes (2009): a “classe-que-vive-do-trabalho”.

Além do trabalho, outros aspectos que aproximam a análise do autor com a de Pochmann (2012; 2014), e em alguma medida, a de Souza (2012) e de Singer (2012; 2016), são as noções de modo de produção capitalista, à relação entre as classes sociais e a influência da valorização do capital nestas relações.

Desta maneira, acompanhando Antunes (2009; 2015), podemos pensar que o modo como o autor conduz a investigação sobre as “formas de ser” da classe trabalhadora pode lançar luz sobre questões apresentadas por Pochmann (2012), como a precarização dos terceirizados, os tipos de trabalho que são característicos da classe trabalhadora e, até mesmo, de como estes elementos aparecem na tese da “nova classe trabalhadora”.

Assim, retomando este ponto, podemos problematizar a concepção de Souza (2012) de que haveria uma “nova classe trabalhadora”, já que este, em sua descrição das classes sociais

no Brasil, enfatiza, como marca da novidade desta classe social, a precarização do trabalho formal e o peso, na composição da classe trabalhadora, da massa de trabalhadores informais que incorporariam, ao longo de sua trajetória no mercado de trabalho, novas formas de dominação e de gestão do trabalho que dariam a esses trabalhadores as condições de se movimentarem em um “mercado de trabalho flexível”. Vejamos, portanto, como Antunes (2009; 2015) analisa estes aspectos.

Para o autor, compõem a classe trabalhadora a totalidade dos assalariados, ou seja, os despossuídos dos meios de produção que vivem da venda de sua força de trabalho. Mas, o conceito não se restringe a apenas esta relação, posto que:

(...) evidencia-se em nossa análise que a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende a sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Portanto, ela (ainda é centralmente) composta pelo conjunto de trabalhadores que produzem mais-valia e que participam do processo de valorização do capital, através da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico (ANTUNES, 2015, p. 26).

Isso nos indica que, é possível pensar a composição da classe trabalhadora no Brasil, não apenas considerando parte desta classe social os trabalhadores manuais ou ligados diretamente a produção industrial. Assim, é possível considerar outras formas de relação de assalariamento, sem atribuir a esses novos aspectos das relações de trabalho uma novidade do capitalismo e, conseqüentemente, das relações entre as classes sociais.

Se considerarmos que uma das características que definem o “trabalhador flexível”, de Souza (2012), são as diferentes formas precárias de trabalho, essa “novidade” parece ainda remontar a características da atualização da exploração capitalista, como pensadas por Antunes (2009; 2015). Ou seja, o que aparece como novo é, na verdade, uma permanência característica da produção capitalista, o que nos levaria a ponderar que a precarização, em si, não pode distinguir uma parte da classe trabalhadora de outra que estaria no mercado formal. Em outras palavras, as diferentes formas de assalariamento, os tipos de trabalho e os diferentes níveis de formalização ou precarização do labor indicam, em lugar de uma novidade, novas configurações das velhas formas de extração do valor trabalho e da relação entre as classes sociais.

No entanto, além da precarização, Souza (2012) utiliza o “novo espírito do capitalismo”, ou uma nova forma de gerir o trabalho, e a conseqüente incorporação por parte dos trabalhadores deste “espírito”, como argumentos para sustentar a sua tese. Para fazer isso, o autor retoma o debate da reestruturação produtiva. Com isso, Souza (2012) quer, ao comparar o período de organização da produção e gestão do trabalho fordista com a posterior

reestruturação toyotista, argumentar que, no Brasil, a sua “nova classe trabalhadora” se distinguiria da, quase desaparecida “classe trabalhadora fordista”, posto que aquela seria composta pelos indivíduos que incorporam as novas formas de gestão do trabalho, ou seja, no método que dá ênfase ao recorte simbólico há diferentes classes trabalhadoras.

Se o que caracterizava o fordismo, segundo o autor, era a combinação de: “(...) *rígido controle e disciplina de trabalho hierárquico e repetitivo, por um lado, e bons salários e garantias sociais, por outro*” (SOUZA, 2012, p. 34), no toyotismo, foi possível diminuir os gastos com controle e vigilância posto que foi possível “(...) *ganhar corações e mentes dos próprios trabalhadores*” (SOUZA, 2012, p. 37), ou seja, os trabalhadores incorporaram a dominação.

Ainda segundo o autor, no Brasil, sobretudo após a década de 1990, o capitalismo financeiro e sua nova forma de gerir as relações de trabalho chegou com maior força ao país, criando condições objetivas e subjetivas para que surgisse uma nova classe social:

Essa nova classe trabalhadora convive com o antigo proletariado fordista – ou com o que restou dele –, posto que o fordismo não acabou, e grande parte da produção de mercadorias e de acumulação de capital ainda é realizada na típica forma fordista de controle do trabalho. Ainda que o fordismo não tenha acabado e possua uma existência paralela à nova classe trabalhadora que se constitui, houve uma diminuição sensível do número de trabalhadores nesse setor, que não pode apenas ser creditada a ganhos em produtividade e inovação tecnológica (SOUZA, 2012, p. 47)

Vemos aqui, que o argumento de Souza (2012), tanto para a precarização das condições de trabalho, quanto para a existência de um “novo espírito do capitalismo”, que justificariam a tese da “nova classe trabalhadora”, embora pressuponha o simbólico como determinação do conceito, é atravessado pela consideração da diminuição da classe trabalhadora, que em seus termos, estaria ligada a mudanças na forma de gestão do capital. Segundo o autor, na década de 1980, existiam 240 mil metalúrgicos no ABC paulista, em 2012, haviam menos de 100. Essa diminuição dos trabalhadores da indústria não teria relação apenas com a inovação tecnológica, mas também com:

A estrutura da produção e sua relação com a demanda mudou radicalmente nas últimas décadas. A grande produção fordista estandardizada continua importante, mas, por outro lado, perde espaços importantes para um novo tipo de demanda que exige pequena produção – muitas vezes de “fundo de quintal” e seguindo uma lógica familiar – e maior conformidade com os desejos do consumidor. A relação entre oferta e demanda muda de modo importante, já que novos produtos e novos mercados têm que ser conquistados e mantidos pela constante inovação nos produtos. Esse tipo de nicho de mercado cada vez mais importante é um limite intransponível para o

fordismo que a pequena produção flexível vem ocupar com um exército de batalhadores (SOUZA, 2012, p. 55-56).⁶⁸

Evidencia-se nesse argumento que o autor apresenta dados para indicar que a classe trabalhadora teria diminuído e que esta diminuição também seria resultado de uma pressão do mercado de trabalho por outro tipo de trabalhador e outra forma de demanda produtiva e de circulação de mercadoria, mas, não apresenta os dados da produção de “fundo de quintal” que teria substituído “a grande produção fordista”.

Desta maneira, questionamos: os 140 mil trabalhadores do ABC desapareceram, ou, após a reestruturação produtiva, ocuparam novos postos de trabalho no mercado de trabalho? Nesse sentido, seria possível justificar o surgimento de uma nova classe social ou o que percebemos, foi o movimento de reestruturação na produção alterar a composição da classe trabalhadora, seu modo de vida, suas possibilidades de consumo, suas formas de atuação política, sem, no entanto, significarem necessariamente o aparecimento de uma nova classe social.

Isto é, poderíamos analisar as classes sociais em seu movimento histórico e da maneira que as múltiplas determinações, ou escolhermos uma determinação que circunscreveria o conceito como causa única (ou determinante) e a partir daí dividir a classe trabalhadora em quantos recortes estratificantes fossem possíveis.

Ainda da perspectiva deste questionamento, complementamos que Souza (2012) afirma que estas mudanças no mundo do trabalho teriam criado “(...) *uma nova classe trabalhadora que não precisa mais ser vigiada e controlada*” (SOUZA, 2012, p. 56). Ora, o trabalhador da indústria não teria sido afetado por esse arranjo no mundo do trabalho? E, sob o mesmo ponto de vista, haveria uma nova classe social ou uma nova forma de controle do trabalho?

⁶⁸ Essa cisão entre as partes que compõem a classe trabalhadora, como já indicamos em outras notas, parece remeter a tradição teórica que o autor se insere. Nesse sentido, a análise aqui não pretende indicar que Souza (2012), deveria ter escolhido um ou outro referencial teórico e nem tampouco um certo conceito de classe social mais correto. O que se pondera aqui é, na verdade, a conclusão analítica do autor. Nesse sentido, entendemos que o autor compreende as partes da classe trabalhadora como dicotômicas por sua escolha teórica. Destacamos, para efeito de exemplificar este diagnóstico, que Oliveira (2003), em a “Crítica à razão dualista” estabelece uma relação entre a produção industrial e os outros setores da produção e circulação de mercadorias, tais como: a produção agrícola e o setor de serviços. Para o autor, a unidade entre eles se estabelece na compreensão da produção do valor e da extração de mais-valia, a síntese analítica, portanto estaria nestes termos.

Com isso, queremos indicar que a separação entre produção industrial e os serviços ou a produção agrícola, muitas vezes usadas por Souza (2012) para argumentar no sentido da diferença entre a “classe trabalhadora tradicional” e sua “nova classe trabalhadora” se fundamenta em uma separação entre os momentos da produção e circulação de mercadorias, sem no entanto, esboçar os termos dessa dicotomia. Isso porque, quando pretende falar de trabalhadores, Souza (2012) usa o “mercado de trabalho” como instância analítica de unidade. Ora, os assalariados da indústria e do telemarketing, estão em mercados diferentes?

Druck (2011), ao inserir-se no debate sobre as relações de trabalho no Brasil, colocou em questão se a precarização social do trabalho é um novo e/ou velho fenômeno. Isto é, uma análise dos efeitos da reestruturação produtiva pensada a partir das relações sociais de produção. Ao fazer isso, conjectura sobre o “novo espírito do capitalismo”, para concluir que ao mesmo tempo que há aspectos novos, o novo reafirma o velho. Para dar sustentação a sua hipótese, a autora argumenta que em lugar de considerarmos a reestruturação produtiva como momento de gênese de novos aspectos das relações de classes sociais, deveríamos considerar que “(...) *ao lado de novas condições e situações sociais de trabalho, velhas formas e modalidades se reproduzem e se reconfiguram, num claro processo de metamorfose social*” (DRUCK, 2011, p. 37).

Nesta linha argumentativa, o que se considera é a unidade entre os diferentes momentos, ou distintas conjunturas do desenvolvimento histórico do capitalismo e não uma ruptura. Mediante este pressuposto, a autora afirma:

A acumulação flexível, que tão bem caracteriza o capitalismo contemporâneo, tem sua origem na busca por superar uma conjuntura de crise de outro padrão de desenvolvimento capitalista, marcado pelo fordismo e por um regime de regulação cuja experiência mais completa se deu nos países que conseguiram implementar um estado de bem-estar, experiência que nem mesmo na Europa se generalizou (DRUCK, 2011, p. 42).

Assim, a nova conjuntura política do Estado e do regime de regulação capitalista não seriam fases dicotômicas, mas estariam conectadas às relações entre as classes sociais. O que a reestruturação produtiva revelaria, da perspectiva destas relações, é uma nova hegemonia da classe social que dominaria a política do Estado e as formas sociais de representação da fração de classe ligada ao setor financeiro. Embora Druck (2011), na construção de sua análise, considere esse processo histórico a partir da articulação entre o econômico e o político, não o restringe a estes aspectos das relações sociais, posto que:

(...) essa hegemonia do setor financeiro ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um novo modo de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (DRUCK, 2011, p. 42).

Nestes termos, as formas de dominação, incorporadas pelos trabalhadores ao longo da história do capital estão relacionadas, e não mecanicamente determinadas, também pelas

condições de trabalho e de emprego precárias mediante um mercado que materializa a força política de uma classe social contra o labor e que tem na ameaça estrutural de desemprego, o impulso de tal força:

Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. Aplica-se aqui, de forma generalizada, o que Marx e Engels elaboraram acerca da função política principal do “exército industrial de reserva”, qual seja: a de criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores. O consenso se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores, influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis e, como tal, passam a ser justificadas como resultados de uma nova época ou de um “novo espírito do capitalismo”.

Esse “novo espírito” insiste em desqualificar os valores construídos na era anterior, fazendo desmoronar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor. Em nome da “via única” e do “pensamento único”, impõe um conjunto de mudanças que passam a ser justificadas no plano material e intelectual como uma força da natureza e, portanto, sem possibilidades de uma intervenção humana. Para Boltanski e Chiapello (2009), nesse processo, identifica-se uma “perplexidade ideológica” que atinge todos os segmentos críticos da sociedade (intelectuais, sindicatos, partidos) que, em nome de um “fatalismo dominante”, não dão vazão à sua indignação e acabam por se resignar diante dessa “força avassaladora” do capitalismo flexível (DRUCK, 2011, p. 43).

Se relacionarmos esta análise de Druck (2011) à conjuntura brasileira debatida por Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012), o crescimento dos empregos entre 2000 e 2009 revelam o crescimento das vagas até um salário mínimo (que se valorizou 171% entre 2003 e 2009). Porém, o crescimento de 19% dos desempregados entre os meses de out/2008 e mar/2009 revelam a instabilidade dessas vagas, posto que representa o mesmo percentual de recuperação do desemprego de 5 anos, entre 2003 e 2007. Além disso, os dados da primeira década do século XXI, sobretudo os da PNAD de 2009, revelam um grande índice de desigualdade e discriminação no mercado de trabalho:

(...) especialmente em relação às mulheres, aos negros e aos jovens, que continuam os segmentos mais precários de todos os trabalhadores. A taxa de desemprego das mulheres era de 11,1% contra 8,3% da dos homens; o desemprego dos jovens negros era de 18,8% e dos jovens brancos de 16,5%. Além dessa desigualdade étnica e de gênero, há também uma brutal diferença geracional, pois a situação de desemprego dos jovens é a mais grave de todas. Em 2009, quando a taxa total de desemprego era de 8,3%, os jovens desempregados entre 15 e 24 anos correspondiam a 18%. Entre as mulheres jovens, a situação é ainda pior: 22,4% de desempregadas. E havia 15,9%, ou 2,1 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que não estudavam nem trabalhavam (DRUCK, 2011, p. 48).

Aqui, se considerarmos a construção do argumento de Souza (2012) para fundamentar a tese de sua “nova classe trabalhadora” exposta na primeira parte deste capítulo, aparece com evidência a semelhança entre alguns pontos da tese da autora e do autor. No entanto, quando

acentuamos as diferenças teóricas e metodológicas de Druck (2011) e Souza (2012) a semelhança torna-se profunda diferença.

Para exemplificar este ponto, retomemos que o autor compreende que as correntes de pensamento marxista, aqui inclusa a autora, Pochmann (2012; 2014) e Singer (2012), ao não asseverarem o “novo” e conceitua-lo deixariam de ver aspectos sociais contemporâneos já que “forçariam” a realidade a um conceito de operário do século XIX. Ou seja, para o autor, compreender a classe trabalhadora como uma totalidade histórica que altera sua composição mediante fatores econômicos, políticos e sociais ao longo da história, seria não ver a atualidade das relações entre as classes sociais no Brasil da primeira década e meia do século XXI. Para Souza (2012) a diferença teórico-metodológica seria um problema já que não ver o “novo” poderia significar não ver.

No entanto, se no “marxismo enrijecido”, segundo o autor, os conceitos apareceriam congelados como em uma pré-história da história atual dos conceitos e da teoria social, cheia de novidades; em Souza (2012), os conceitos aparecem como uma fotografia que recorta e destaca o aspecto social que busca dar ênfase.

Aqui, se enfatizarmos a aproximação entre Druck (2011), Souza (2012) e Pochmann (2012; 2014), quanto a análise do trabalho, de sua precarização, da rotatividade, da “flexibilização” do mercado de trabalho e da relação destes fatores com a hegemonia política do capital financeiro, não nos parece que “os marxistas” deixaram escapar algo que Souza (2012) tenha nos apresentado.

Contudo, o autor, diferente do caminho analítico de Druck (2011) e Pochmann (2012; 2014), escolheu enfatizar a descrição do modo de vida da classe trabalhadora. Isso não nos parece um problema, mas apenas uma diferença teórico-conceitual. Eis aí, para nós, a gênese da “nova classe trabalhadora” no Brasil, ou seja, ela é possível como conceito dada a escolha teórica do autor e não por evidenciar aspectos “novos” da conjuntura que são também evidenciados por outras correntes teóricas.

Outra forma de exemplificar esse ponto, evidencia-se quando retomamos os enfoques das teses de Singer (2012) e Pochmann (2014) que também consideravam, de suas perspectivas teóricas, as mudanças como parte integrante de processos históricos estruturais e não apenas conjunturais. Nesse sentido, é que os autores compreendiam a mobilidade dos indivíduos dentro de uma classe trabalhadora historicamente heterogênea em seu modo de vida, em suas condições de acesso e trajetória no mercado de trabalho e em suas posições políticas, embora tenham buscado enfatizar referenciais analíticos diferentes.

Com a análise do debate que apresentamos até aqui, buscamos demonstrar que o debate sobre as classes sociais em vez de caracterizar conceitualmente a classe trabalhadora brasileira com base em suas múltiplas dimensões, escolheu delimitá-la, conceitualmente, dentro de um esfera social particular. Ou seja, nossa leitura do debate sobre as classes sociais, em especial da classe trabalhadora, no período de 2003-2013, teve por objetivo demonstrar que Pochmann (2012; 2014), Singer (2012) e Souza (2012), autores que sintetizam este debate, limitaram a caracterização conceitual da classe trabalhadora às esferas do econômico, do político-ideológico e da cultura, respectivamente. Ao fazerem isso, acabaram aprisionando o conceito de classes sociais a um universo limitado de possibilidades analíticas, conclusão esta que sintetizaremos, acompanhada de outras conclusões, na próxima parte desta dissertação.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se na introdução tivemos de pressupor que as mudanças políticas, econômicas e culturais dos governos do PT, isto é, os oito anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e o primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 – 2014), influenciaram a produção teórica, na conclusão, após a apresentação das teses podemos afirmar a centralidade do tema das classes sociais no Brasil entre os anos de 2003 e 2013 e seu impacto na teoria social, sobretudo nas análises que deram centralidade ao impacto da conjuntura na composição da classe trabalhadora.

A temática da ascensão social, dominante no imaginário da mídia e de algumas teses mais ligadas ao campo econômico, tiveram sua ênfase diminuída diante de análises que buscaram avançar para além do campo da mera mensuração.

Nesse sentido, nos questionamos inicialmente: como a delimitação econômica, político-ideológica e cultural compreendiam o impacto da conjuntura em aspectos mais amplos da relação entre as classes sociais no Brasil? Como hipótese, apresentamos que esses recortes aprisionam a dinâmica do conceito às suas delimitações, pois, consideram que as classes sociais e a realidade histórica, onde suas múltiplas determinações se fazem, possam ser isoladas em uma esfera social e analisadas a partir desse recorte. Para nós, no entanto, é:

(...) impossível a apreensão dessa ‘esfera’ em sentido isolado (...) Não há, assim, o ‘econômico’, o ‘político’, o ‘ideológico’ em sua forma isolada e pura. A síntese governada pelo capital na figura do econômico, na relação de produção-circulação de mercadorias, é expressão de uma síntese de elementos variados que ganham apenas a aparência de econômica (AMORIM; WOLFF & RASLAN, 2011, p. 19).

Mediante isso, ao longo desta dissertação, buscamos demonstrar que a crítica não se dirigia ao vasto aporte teórico e empírico dos autores e autoras aqui analisados, mas aos limites da compreensão das relações de classes sociais que o suposto “recorte do real” produz. Ao mesmo tempo, como indicamos na introdução, não se tratava de negar os aspectos econômicos, os político-ideológicos e os culturais como importantes para a análise das classes sociais, mas sim de negar o aprisionamento do conceito em uma destas esferas ou instâncias sociais, como se elas tivessem uma vida própria e conservassem dentro delas a essência do lugar econômico, do político e do cultural.

Para nós, não é apenas o pesquisador que escolhe um recorte ou outro das relações sociais. Ao se inserirem no debate sobre as classes sociais, não foram os teóricos e teóricas que imputaram às classes sociais os aspectos que analisaram, isto é: não foram eles que produziram

as alterações no mercado de trabalho, a conjuntura político-ideológico de um governo que se identificaria com a classe trabalhadora e, tampouco, que o modo de vida da classe trabalhadora e a precarização do trabalho explicam, em alguma medida, a desigualdade entre as classes sociais no Brasil; foi a própria conjuntura histórica, foi o fazer-se na história das classes sociais que apresentaram estes aspectos para as Ciências Sociais.

Nesta conclusão, não retomaremos os argumentos que desenvolvemos nos capítulos, mas buscaremos reforçar sinteticamente esta leitura e o que análise derivou delas.

Na perspectiva que enfatiza o econômico como determinação central, apresentamos uma diversidade de formas de conceituar as classes sociais e, a partir do conceito, as teses apresentadas sobre a conjuntura de 2003 a 2013. Desde as formas mais subjetivistas que estratificam a sociedade unindo renda e potencial de consumo a partir de um recorte fundado na subjetividade do pesquisador, passando pelo referencial teórico que delimita o conceito a fatores como: renda e qualificação profissional, até o recorte que articula, como determinações do conceito, o mercado de trabalho, a gênese histórica da estrutura das classes sociais, o desenvolvimento do capitalismo e a intervenção política de um governo que teria alterado as prioridades de investimento, tratavam-se de teses que enfatizaram o “econômico”.

A apresentação e a crítica aos aspectos metodológicos tinham a intenção de demonstrar que em todas elas havia uma unidade: o econômico e sua empiria como anatomia do conceito. Nosso questionamento, elaborado de diferentes maneiras à medida que avançávamos na compreensão das teses dos autores e autoras, foi sempre o de que não seria possível circunscrever a análise das classes sociais à determinação econômica.

Isto é, a questão crítica lançada ao debate econômico teve como objetivo central buscar nas teses analisadas o que elas expressariam das relações sociais a partir de sua representação conceitual.

Ao fazermos isso, indicamos em que medida os autores e autoras que delimitam o conceito à esfera do econômico se aprofundam analiticamente, para além de seu pressuposto e, dessa maneira, apresentariam não apenas os seus pressupostos, mas as classes sociais em seu movimento histórico e em sua forma de aparecer, sobretudo a classe trabalhadora, na conjuntura de 2003 a 2013.

As ocupações profissionais, foram apresentadas pelos autores e autoras como tentativa de superar o limite aleatório da renda. No entanto, o conceito manteve-se preso aos pressupostos já que o exame das classes sociais apenas descreveu o que pretensamente recortou do real.

Apresentamos ainda, inserindo-se na crítica à determinação econômica do conceito, um método que articulava outros aspectos, tais como: a estrutura social; as determinações históricas da classe trabalhadora; os diferentes padrões de mobilidade social; a estrutura do mercado de trabalho e os padrões de desenvolvimento do capitalismo, ou as cadeias globais de produção. Nesta forma conceitual, há muito mais da conjuntura do que apenas recortes de renda e itens de consumo, ou seja, esta tese se diferencia das outras, pois a sua noção de econômico expressa uma articulação de aspectos não apenas descritivos, mas, também, analíticos e históricos.

Como dissemos na introdução, as classes sociais se fazem na história a partir da luta. Portanto, uma análise destas que apreenda a sua forma de aparecer e seu movimento, necessita de um método que as compreenda em suas múltiplas determinações. Assim, em lugar do aprisionamento, o movimento; ao invés da circunscrição analítica a um determinado espaço da sociedade, a multiplicidade de aspectos que as determinam em uma dada conjuntura e que podem ser apreendidos em uma síntese.

Com isso, retomamos aqui a reflexão já desenvolvida anteriormente, isto é: não é a soma de aspectos que diferencia os métodos, mas a estrutura lógica e dialética do conceito, é isto que se opõe aos que pretendem localizar as classes sociais em esferas sociais. Assim, entendemos que:

(...) o conceito de classe social, como uma abstração concreta, como um mecanismo de análise das relações sociais em formações sociais distintas, que explicita os edifícios fundamentais da estrutura capitalista como a organização do Estado do governo, dos partidos, dos sindicatos, da escola, dos movimentos sociais. Ou seja, de como uma sociedade é constituída e com base em quais interesses políticos ela opera (AMORIM; WOLFF & RASLAN, 2011, p. 19).

Mediante esta perspectiva metodológica, mas ainda analisando a inserção econômica, destacamos um dado que emergiu e se manteve presente durante toda a dissertação: tratava-se de compreender se uma parcela da classe trabalhadora, durante a primeira década e meia do século XXI, por meio do crescimento da renda e do emprego, teria deixado a pobreza⁶⁹.

⁶⁹ O avanço no número de desempregados nos anos de 2016 e 2017 e o impacto deste crescimento entre as mulheres, os jovens e os negros e suas consequências no mercado de trabalho, coloca em questão as teses que defendiam mudanças estruturais na classe trabalhadora, sobretudo, se retomarmos a tese de Neri (2011). A questão aqui, novamente, é indicar o limite de teses que apenas medem certas quantidades do real sem, no entanto, avançarem analiticamente para o conjunto de relações sociais que constituem as classes sociais. A evidência da tese problemática da “nova classe média” parece ser superada pelo próprio processo histórico, ou seja, se analiticamente a tese apresenta os limites que já analisamos, do ponto de vista das relações de classes sociais no Brasil, a “nova classe média” surgiu e desapareceu no espaço de duas décadas? Nos parece, que o que ocorreu, referenciando-se aqui as análises já apresentadas ao longo da dissertação, foi a alteração na composição da classe trabalhadora e não a formação de uma nova classe social. Extraído de: <http://www.valor.com.br/brasil/4951844/brasil-tem-o-recorde-de-142-milhoes-de-desempregados-aponta-ibgeas> Acessado em: 16/09/2017; extraído de: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1861327-desemprego->

Usar a noção de pobreza é resultado de métodos que buscam fragmentar em conceitos e pressupostos as relações sociais. Nesse sentido, indicamos ao longo da dissertação, que a categoria pobreza poderia ser pensada em termos das relações entre as classes sociais e não como um termo separado ou que se referia apenas a classe trabalhadora. A dialética entre pobreza e riqueza, deveria ser compreendida nos termos da luta de classes sociais.

Assim, considerar a diminuição da desigualdade estratificando a classe trabalhadora em um dado recorte de tempo e comparar a uma nova estratificação em um outro recorte de tempo para concluir que estes dados, em si, indicariam a redução da desigualdade ou o crescimento dela seria insuficiente. Isto porque, nos parece possível compreender que a categoria pobreza sintetiza os movimentos populacionais internos a classe trabalhadora, dos estratos de renda e da localização no mercado de trabalho. No entanto, a pobreza em si não nos desvela, nela mesma, os movimentos de reprodução do capital, a luta de classes pela apropriação do mais-valor produzido pelo trabalho e as consequentes flutuações dos salários e seus impactos na composição e o padrão de vida dos diferentes estratos da classe trabalhadora; ou seja, a mobilidade interna desta classe social, se analisarmos no sentido que indicamos ao final do primeiro capítulo, não é da classe trabalhadora, mas da relação entre as classes sociais⁷⁰.

Isto é, não nos parece que a pobreza é um conceito e classes sociais seja outro, ou população seja um conceito e classe trabalhadora outro, mas é para os teóricos e teóricas que pressupõem a circunscrição dos conceitos a recortes e determinadas esferas sociais que estas cisões aparecem.

Na perspectiva que enfatiza o político-ideológico como determinação esse debate também aparece com destaque, posto que a tese central do segundo capítulo indica que a primeira década do século XXI é marcada pela integração de uma “massa de miseráveis” à classe trabalhadora.

em-2016-foi-maior-entre-pretos-pardos-mulheres-e-jovens.shtml Acessado em: 16/09/2017; extraído de: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161219_cc33_mercado_trabalho.pdf Acessado em: 16/09/2017.

⁷⁰ Para indicar que este caminho metodológico não é original, mas parte de correntes da teoria social brasileira, retornamos à *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira (2013). Ao refletir sobre os tipos de trabalho que, na aparência, não expressariam relações de trabalho do capitalismo industrial, ou seja, do grande peso do setor de serviços na economia brasileira, sobretudo pós-anos 1930, Oliveira (2013) defende em 1972: “Esses tipos de serviços, longe de serem excecência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados ao processo de acumulação global e da expansão capitalista” (OLIVEIRA, 2013, p. 58); e ainda refletindo sobre esse movimento “interno” à classe trabalhadora indica que a exploração do trabalho é o que dinamiza o capitalismo no Brasil. Com isso, a classe trabalhadora e sua composição, estaria submetida a movimentos de expansão e retração, de aumento da renda de trabalhadores de um setor e da miséria para outros. É nesse sentido que indicamos que enfatizar a renda, os tipos de trabalho e as categorias profissionais imobilizaria o conceito de classes sociais ao seu pressuposto.

Nesse sentido, não há diferença substancial no diagnóstico dos autores e autoras que debatem o conceito da perspectiva econômica. No entanto, a “esfera social” destacada nesta perspectiva é a político-ideológica.

Assim, nos questionamos: essa perspectiva ao enfatizar esse recorte produziria um avanço analítico se comparada ao debate econômico?

Isso porque, os dados econômicos que fundamentaram as teses do primeiro capítulo reaparecem agora articulados a partir da ênfase no recorte político-ideológico. Assim, a renda, o crescimento do emprego formal, o crescimento do crédito de baixa renda, a pobreza e a ascensão social, delimitam-se pelo questionamento aos sentidos políticos do debate. No entanto, se assemelha às teses econômicas posto que, metodologicamente, situa as classes sociais dentro de uma esfera particular.

Mais que isso, uma corrente teórica que compreende às relações entre as classes sociais com determinações diferentes: um momento em que as classes sociais apareceriam como agregado econômico e em outro, na luta política, como classes sociais conscientes de seu papel histórico.

Ao pressupor essa separação, afasta da análise a necessidade da compreensão da luta de classes. Nesse sentido, as classes sociais e suas frações aparecem na tese, mas sem o conteúdo histórico delas. O argumento usado pelo autor é o de que as classes sociais antagônicas, burguesia e proletariado, teriam ficado em segundo plano na cena política durante a primeira década e meia do século XXI. Para nós, as classes sociais e a luta de classes sociais desaparecem, no autor, metodologicamente, posto que em sua tese elas estavam em um segundo plano teórico, escondida por seu recorte.

Além disso, argumentamos que o recorte político-ideológico, ao considerar metodologicamente determinações externas à luta de classes, transforma as classes sociais em instrumento analítico, sobretudo às classes populares. Assim, a dinâmica das relações sociais desaparece imobilizada nestas formas metodológicas; em lugar das classes sociais e suas determinações em seu processo histórico, encontramos a ênfase em uma outra determinação analítica escolhida pelo teórico.

No mesmo movimento crítico, analisamos as teses que indicavam que a classe trabalhadora, sobretudo os estratos de menor renda, teriam ocupado o centro da cena política. Por meio de referencial teórico que não apenas pressupunha a luta política, mas buscava fundamentar a análise na luta de classes, indicamos que existiriam processos políticos em que os dominados, embora na aparência expressassem uma posição política hegemônica, não

efetivavam esta hegemonia. Isto é, buscamos evidenciar que uma “hegemonia eleitoral” ou um predomínio eleitoral não é suficiente para indicar uma transformação nas relações de dominação entre as classes sociais no Brasil.

Na perspectiva que enfatiza o cultural como determinação do conceito de classes sociais, ou seja, que compreende que a análise das classes sociais deve delimitar-se pela esfera social simbólica encontramos a centralidade analítica da aquisição e reprodução de aspectos simbólicos e, conseqüentemente, de sua desigual distribuição na sociedade brasileira. Para esta corrente teórica, é central evidenciar que a desigualdade e as diferenças entre as classes sociais não estariam circunscritas, apenas, ao acesso ao emprego, à renda, ao consumo, a propriedade e ao poder político, mas seria determinada pelo simbólico.

Como demonstramos no terceiro capítulo, esse modelo analítico acrescentou para a análise de classes sociais no Brasil os seguintes pontos: a precarização do trabalho formal; o peso da massa de trabalhadores informais em um “mercado de trabalho flexível” e; por fim, a articulação destas questões materiais e subjetivas com o catolicismo popular e o neopentecostalismo para refletir sobre as posições políticas da “nova classe trabalhadora”. Além disso, embora mantenha o conceito de classe social como o fundamento teórico para a análise das desigualdades sociais, argumenta que as desigualdades de classe social são atravessadas por questões de “gênero” e “raciais”.

Além disso, esta perspectiva metodológica criticou as correntes teóricas que delimitavam o conceito de classes sociais a determinações econômicas. No entanto, como argumentamos, ao criticar o “determinismo economicista” fez, do ponto de vista metodológico, o mesmo movimento de delimitar as classes sociais a uma esfera social.

Com isso, identificou que haveria uma “nova classe trabalhadora” no Brasil posto que novos aspectos simbólicos que determinariam o “novo trabalhador flexível” diferenciariam esta suposta nova classe social da “classe trabalhadora fordista”.

Mediante esta tese, argumentamos que a precarização do trabalho e o processo de desenvolvimento das classes sociais no Brasil e a reestruturação da produção capitalista poderiam ser fatores para identificar uma manutenção das relações de trabalho capitalista e não uma mudança nas relações de produção social.

Nestes termos, as formas de dominação, incorporadas pelos trabalhadores ao longo da história do capital estariam relacionadas, e não mecanicamente determinadas.

Assim, indicamos que é para as correntes que compreendem as classes sociais como recortes teóricos que é possível produzir novas classes sociais mesmo que não se apresentem

processos históricos que indiquem a gênese, a formação e a reprodução de novas relações de classes sociais, ou, uma nova forma de organizar as relações de produção social.

Por fim, nos questionamos: um trabalhador, seria apenas uma posição no mercado de trabalho? Ou expressaria a incorporação de novos atributos simbólicos da dominação do capital sobre o trabalho? Ou seria uma posição político-ideológica?

Para nós, ele não está cindido, mas aparece como uma síntese do concreto que, como indicamos na introdução, pode ser compreendido no movimento lógico da análise em suas múltiplas determinações.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Henrique. Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Caxias do Sul, RS: Educus, 2006.

_____.; WOLFF, Simone; RASLAN, Filipe. Classes sociais, relações de classe e trabalho: política e teoria. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, p. 11-23, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. A classe trabalhadora hoje: a nova forma de ser da classe-que-vive-do-trabalho. In: *Classes e lutas de classes: novos questionamentos*. Henrique Amorim e Jair Batista da Silva (Org). São Paulo: Annablume, 2015, p. 25 – 33.

ARENARI, Brabd & TORRES, Roberto. “Os Batalhadores e o pentecostalismo. Encontro entre classe e religião”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 311 – 348.

BELLO, Carlos A. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* André Singer, Isabel Loureiro (org.). 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo*. Portugal: Edições Combate, 2013.

BERG, Tábata. “O Batalhador e sua família”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 123-148.

BIANCHI, Álvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, n. 23, p. 34-57, 2006.

_____. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. *Revista Outubro*, n. 28, abril de 2017.

BOITO JR, Armando. O governo Lula e a reforma do neoliberalismo. Adusp, 2005.

_____. Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007.

_____. Novo operariado, velhos desafios: o sindicalismo dos trabalhadores terceirizados. *Estudo social*, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 341 – 362, 2011.

_____. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Crítica Marxista*, n. 37, p. 171-181, 2013a.

_____ & BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de sociologia e política*, V. 21, n° 47: 31-38 SET. 2013b.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 4ª Edição, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001. 322p.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *A distinção crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007, pp. 560.

_____. *Capital simbólico e classes sociais*. *Revista Novos Estudos*, 96, julho de 2013, p. 105 – 115.

BRAGA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1987.

DA SILVA, Andréa Ferreira, et al. *Análise da Pobreza Multidimensional no Brasil. Anais do XLII Encontro Nacional de Economia*. No. 169. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2016.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

DIAS, Edmundo F. *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Edmundo Fernandes Dias e outros. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996, pp. 170.

_____. *A liberdade (im)possível na ordem do capital – Reestruturação Produtiva e Passivização*, Unicamp, 1997.

DRUCK, Graça. *TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?* Salvador, Bahia, Caderno CRH, vol. 24, núm. 1, 2011, pp. 37-57.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 16, n° 46, JUN/2001, p. 5 – 27.

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política. Investigação para uma reconstituição do sentido de dialética*, tomo II. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

FURTADO, Clayton. Classificações dos pobres: questões, construções e análise. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n° 26, jan/abr. 2011, p. 306 – 330.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. *Campinas, Crítica Marxista*, n. 39, p. 35 – 55, 2014.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: uma reflexão política. In: *Classes e lutas de classes: novos questionamentos*. Henrique Amorim e Jair Batista da Silva (Org). São Paulo: Annablume, 2015, p. 143 – 162.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. In: *Escritos políticos*, vol. IV, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 171 - 197.

_____. Caderno 11. In: *Cadernos do cárcere* (vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a, p. 93 – 168.

_____. Caderno 22. In: *Cadernos do cárcere* (vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b, p. 237 – 282.

_____. Caderno 25. In: *Cadernos do cárcere* (vol. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004c, p. 129 - 145.

HERMETO, Ana Maria; JAYME, Frederico; MARTINI, Ricardo. Ciclos econômicos e a composição da pobreza no Brasil: uma análise para as décadas recentes. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n.1, abr. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe trabalhadora tem dois sexos. *Estudos Feministas*, 2 (3), 1994.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014.

HOFFMANN, Rodolfo & KAGEYMA, Angela. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), 2006, p. 79 – 112.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. São Paulo: Campus/CNI, 2010.

LOBO, Vinícius G. & GREER, Viviani R. A.. O primeiro governo Dilma e a retração do lulismo. Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro, v.12, n. 20, jan.-jun. 2017, pp. 61-97.

LOCKWOOD, David. *El trabajador de la clase media: un estudio sobre la conciencia de clase*. Madri, Espanha: Aguilar Ediciones, 1962.

MACIEL, Fabrício. “Batalhadores empreendedores rurais, unidade familiar, unidade produtiva”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 107-121.

MADSEN, Nina. Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da ‘nova classe média’. In: *A ‘nova classe média’ no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p.136-p.146.

MARIANO, Silvana. Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família. Florianópolis, SC: Revista Estudos Feministas, setembro-dezembro/2009.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. *O Capital, o processo de produção do Capital*.V.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

_____. *O Capital, o processo de produção do Capital*.V.2. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

_____. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo Editorial 2012.

MEC. A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014. Extraído de:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192 Acessado em: 19/04/2016.

MEDEIROS, Maria L. “Populismo ou medo da maioria? Como transformar em tolice as razões da massa”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 199-255.

MILLS, C. Wright. *Os marxistas*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1968.

_____. *A nova classe média (White Collar)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. *Hegemonia às avessas*. Piauí, n.4, 2007.

_____. *O avesso do avesso*. In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs). – São Paulo: Boitempo, 2010. p. 369 – 376.

OLIVÉRIO, Djamilla A. “Batalhadores e racismo”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 173-196.

PAULANI, Leda Maria. *Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil*. In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs). – São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 109-134.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea*. *Lua Nova* [online]. 2007, n.71, pp. 81-121.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

QUADROS, Waldir; MAIA, Alexandre Gori. *Estrutura sócio-ocupacional no Brasil*. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, 2010.

_____; GIMENEZ, Denis M.; ANTUNES, Davi J. *Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000*. In: *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 32 – 41.

REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Bolsa Família. *Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho*, UFPB, n. 38, p.21-42, abr. 2013.

SÁ, Márcio & BARBOSA, Felipe C. “O Batalhador feirante e sua administração”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 85-104.

SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora no mercado de trabalho – Como entender a aparente contradição? *Rio de Janeiro/RJ, Revista Estudos Avançados*, 28 (81), 2014, p. 115 – 125.

SADER, Eder; PAOLI, M. C. P. M. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro. In: Ruth Cardoso. (Org.). *A Aventura Antropológica*. 1ed.São Paulo: Paz e Terra, 1986, v. 1, p. 39-67.

SAFFIOTI, Heleieth Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, 2005, n.65, pp. 11-42.

SCALON, Maria Celi. Mapeando estratos: critérios para a escolha de uma classificação. *Dados*, v.41, nº2, 1998

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Ver. Katál, Florianópolis*, v. 12, n.1 p. 41 – 49, jan/jun, 2009.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* André Singer, Isabel Loureiro (org.). 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania, para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

THOMPSON, E. P. A formação da classe trabalhadora inglesa. *A árvore da liberdade*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004.

VISSER, Ricardo. “A formalidade precária: os batalhadores do telemarketing”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, pp. 61-84.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento em Ciência Social e na Ciência Política. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Editora da Unicamp, 1973. p. 107 – 154.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: UNB, 1991, p. 3-35.

_____. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.